

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*DOUTORADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

AS CONCEPÇÕES DE DIRETORES ESCOLARES ACERCA DA GESTÃO EDUCACIONAL E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS ESTADUAIS DO VALE DO TAQUARI/RS/BRASIL

Daiani Clesnei da Rosa

Daiani Clesnei da Rosa

AS CONCEPÇÕES DE DIRETORES ESCOLARES ACERCA DA GESTÃO EDUCACIONAL E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS ESTADUAIS DO VALE DO TAQUARI/RS/BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado *Stricto Sensu* em Ambiente e Desenvolvimento – Doutorado do Centro Universitário Univates, como parte da exigência para obtenção do título de Doutora em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Odorico Konrad

Coorientadora: Profa. Dra. Márcia Jussara Hepp

Rehfeldt

Daiani Clesnei da Rosa

AS CONCEPÇÕES DE DIRETORES ESCOLARES ACERCA DA GESTÃO EDUCACIONAL E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS ESTADUAIS DO VALE DO TAQUARI/RS/BRASIL

A banca examinadora abaixo aprova a tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do grau de Doutor em Ambiente e Desenvolvimento na área de concentração de Espaço e Problemas Socioambientais:

Prof. Dr. Odorico Konrad – Orientador
Centro Universitário Univates

Profa. Dra. Márcia Jussara Hepp Rehfeldt – Coorientadora
Centro Universitário Univates

Prof. Dr. Juarez Ferla
Centro Universitário Univates

Profa. Dra. Jacqueline Silva da Silva
Centro Universitário Univates

Profa. Dra. Ledi Schneider

Pontifícia Universidade Católica - PUC/RS

Dedico este trabalho aos meus pais/famílias Iracema Damiana da Rosa (em memória) e Zeferino Braz da Rosa (em memória) em gratidão por todos os ensinamentos. Aos meus filhos Augusto Braz da Rosa Carvalho e Gustavo Braz da Rosa Carvalho em agradecimento por todas as aprendizagens.

AGRADECIMENTOS

A palavra para esse momento é *gratidão*. Quero começar agradecendo a Deus, por meio de meus mestres espirituais, que colaboraram nos momentos de inspiração.

Gratidão a minha família, mãe e filhos pelo apoio e compreensão durante mais essa caminhada.

Agradeço ao Centro Universitário Univates pela oportunidade de continuar meu aprimoramento profissional.

Gratidão ao meu orientador prof. Dr. Odorico Konrad pela paciência e pelos momentos problematizadores e reflexivos, oportunizando a possibilidade de chegar à etapa final desse trabalho.

Agradeço a minha coorientadora profa. Dra. Márcia Jussara Hepp Rehfeldt pelas considerações, desafios e provocações que me mobilizaram a continuar trabalhando muito.

Agradeço, também às minhas colegas de trabalho Janaíne e Fabieli por toda a dedicação e auxílio nos momentos de correria.

Gratidão a 3ª CRE, a profa. Regiane Mallmann e aos diretores das escolas estaduais pela confiança e disponibilidade em participar dessa pesquisa.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo geral investigar como os diretores das escolas estaduais pertencentes a 3ª Coordenadoria Estadual de Educação, localizadas no Vale do Taquari/RS-BR, compreendem o papel da gestão escolar e da educação ambiental nas escolas de Educação Básica. A proposta aqui desenvolvida apresenta as reflexões acerca: da educação ambiental crítica na construção da cidadania, sustentadas pelas ideias de Carvalho (2010), Tristão e Jacobi (2010), Lacerda (2010), Sato e Carvalho (2005), Capra (2006), González-Gaudiano (2005), Leff (2006) e Rosa (2009); da gestão democrática e participativa, discutidas com as ideias de Cóssio (2006), Mello e Cóssio (2006), Alves (2010), Ferreira (2008), Oliveira (2012), Paro (2007), Cury (2012) e Freire (2010). É uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa, descritiva e exploratória, bibliográfica e de levantamento, utilizando como instrumento de coleta de dados o questionário, aplicado a 52 diretores das escolas estaduais, equivalendo a aproximadamente 56,5% dos diretores das escolas estaduais pertencentes a 3ª CRE, localizadas no Vale do Taquari/RS/Brasil. A técnica utilizada para realizar a interpretação de dados foi análise de conteúdos de Bardin (2012). Os resultados apontam que: a) a escola foi um dos locais mais vistos como um espaço propício para desencadear ações que promovam essa mudança paradigmática da relação do ser humano com o meio ambiente; b) a educação ambiental aparece como uma inquietação constante da gestão escolar, no entanto a escola desenvolve ações pontuais acerca dessa temática, sem uma certa continuidade e reflexões mais aprofundadas e c) acredita-se que essa pesquisa auxiliou a organizar um referencial teórico significativo acerca das temáticas de gestão escolar e educação ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Gestão Escolar. Ensino e Perspectivas.

ABSTRACT

The present thesis have with general objective is to investigate how Principals of state schools from to the 3rd State Education Coordination (CRE) in The Taquari Valley / RS-BR understand school management and environmental education role in Basic Education Schools. The proposal herewith presents reflections on criticism environmental education in the construction of citizenship based on Carvalho (2010), Tristão & Jacobi (2010), Lacerda (2010), Sato & Carvalho (2005), Capra (2006), González-Gaudiano (2005), Leff (2006) and Rosa (2009); on democratic and participative management based on Cóssio (2006), Mello & Cóssio (2006), Alves (2010), Ferreira (2008), Oliveira (2012), Paro (2007), Cury (2012) and Freire (2010). It is a bibliographical qualitative and quantitative descriptive and exploratory survey research. Data collection was based on a questionnaire to 52 state school Principals ranging about 56.5% of them from the 3rd CRE in The Taquari Valley/RS/Brazil. The technique used to perform the interpretation of the data was Content Analysis of Bardin (2012). Results indicate that (a) school is one of the most favored space to prompt procedures for changing paradigms of human being and environment relationship; (b) even environmental education seems to be a constant concern of school management and schools develop procedures regarding such theme, continuity and deeper reflections are required; (c) It is believed that the research helped to organize a meaningful theoretical support on school management and environmental education themes.

Keywords: Environmental Education. School Management. Perspectives and Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Formação em Graduação	71
Gráfico 2 – Formação em Pós-Graduação Especialização (<i>latu sensu</i>)	72
Gráfico 3 – Formação em Pós-Graduação stricto sensu	73
LISTA DE QUADROS	
Quadro 1 - Quadro Sinóptico dos artigos publicados entre 2009 e 2014 refe	rentes a Gestão
Escolar	27
Quadro 2 - Quadro Sinóptico dos artigos publicados entre 2009 e 2014 refere	ntes a educação
Ambiental	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Faixa Etária dos Diretores	70
Tabela 2 - Tempo de Atuação (anos) na Docência	73
Tabela 3 - Tempo de Atuação na Direção Escolar	
Tabela 4 - Ações desempenhadas pela gestão escolar	88
Tabela 5 - Ações com mais dificuldades para serem desenvolvidas	89
Tabela 6 - Maior facilidade para desenvolver	89
Tabela 7 - Temáticas relacionadas a gestão	90
Tabela 8 - Objetivos da educação ambiental desenvolvidos na escola	92
Tabela 9 - Quem tem a iniciativa para as ações em educação ambiental	93
Tabela 10 - As ações em educação ambiental envolvem quais atores	94
Tabela 11 - Tema em educação ambiental e atores envolvidos	95
Tabela 12 - Participação em formação em Educação Ambiental	96
Tabela 13 - Não participou de formação em educação ambiental	97
Tabela 14 - Presença da educação ambiental nas atividades de gestão	98
Tabela 15 - Tipos de atividades em que o gestor indica acerca da educação ambiental	98
Tabela 16 - Atuação da gestão escolar na formação continuada de docentes em educaç	ão
ambiental	99
Tabela 17 - Dificuldades em desenvolver a educação ambiental na escola10	00
Tabela 18 - Definição da Educação ambiental desenvolvida na escola10	02
Tabela 19 - Planejamento em educação Ambiental para os próximos anos na escola10	03

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

3ª CRE Coordenadoria Regional de Educação

AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A

ANPAE Associação Nacional dos Profissionais de Administração da Educação

ANPED Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa

CE Contextualização do Ensino

CF Constituição da República Federativa do Brasil – 05/10/1988

EBSCO Elton B. Stephens Company - Base de Dados de Pesquisa

EMATER/RS Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Rio Grande do Sul

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IES Instituição de Ensino Superior

LDBEN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96

PAR Protocolo de Avaliação de Rios

RAD Relatório de Atividades Diversidade

RPPN Reservas Particulares de Patrimônio Natural

RS Rio Grande do Sul

SAEB Sistema de Avaliação da Educação Básica

SCIELO Scientific Electronic Library Online

SEDUC/RS Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul

SMED Secretaria Municipal de Educação

TD Tecnologias Digitais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1 Gestão Educacional e Escolar: Histórico, Legislação e Concepção	20
2.1.1 Gestão Democrática e Participativa e a Relação Dialógica	24
2.1.2 Estudos Recentes na área da Gestão Escolar (2009-2014)	26
2.2 Educação Ambiental: Histórico, Legislação e Concepções	42
2.2.1 Educação Ambiental Crítica na Construção da Cidadania	
2.2.2 Estudos Recentes na Área da Educação Ambiental (2009-2015)	
2.3 Síntese dos estudos nas áreas da Gestão Escolar e Educação Ambiental	61
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
3.1 Classificação da pesquisa	63
3.2 Local da pesquisa	64
3.3 Sujeitos da pesquisa	65
3.4 Instrumento de Pesquisa	65
3.5 Coleta de dados	66
3.6 Análise dos dados	67
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	69
4.1 Identificação do contexto	70
4.2 Compreensão da gestão escolar	75
4.2.1 Administração dos recursos econômicos, físicos e humanos da escola	76
4.2.1.1 Administração como cerne do trabalho da gestão	76
4.2.1.2 Administração preocupada com o planejamento	77
4.2.1.3 Administração como Gerenciamento de Forma Transparente	e
Responsável	78
4.2.1.4 Administração como visão sistêmica	80
4.2.2 Acompanhamento do trabalho pedagógico	
4.2.3 Integração entre sujeitos e o relacionamento com a comunidade escolar	83
4.2.4 Formação continuada dos docentes da escola	85
4.2.5 Ações desempenhadas pelos diretores	
4.2.6 Síntese parcial da compreensão acerca da gestão escolar	91
4.3 Educação ambiental na escola e o papel da gestão escolar	91

4.3.1 Objetivos, Atores, Ações e Temas em Educação Ambiental na Escola	92
4.3.2 Relação entre gestão escolar e educação ambiental na escola	
4.3.3 Síntese da Compreensão da Gestão Escolar e Educação Ambiental pelos	s Diretores
das Escolas Estaduais	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES	124
APÊNDICE A - Autorização para a realização da pesquisa	125
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	127
APÊNDICE C – Questionário	129

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre a gestão escolar e a educação ambiental é um desafio constante, pois são áreas que recebem reiterada atenção e são muitos os autores que dedicam suas obras a essas temáticas. Esses assuntos trazem em suas essências várias visões e reflexões. Analisando a situação ambiental atual e levando em consideração as mudanças ocorridas na nossa sociedade, percebe-se a carência de propostas educacionais alternativas e inovadoras para acompanhar ou questionar essas transformações.

Ao justificar a proposta de pesquisa aqui apresentada é necessário descrever a minha trajetória profissional e as formações que busquei durante essa trajetória. Meu foco de formação, no início da carreira, era, especificamente, a formação docente e sua importância para o desenvolvimento de uma prática pedagógica voltada para a reflexão crítica e para a cidadania. Nesse aspecto, minha atuação era nos cursos de Magistério em nível médio e, posteriormente, nos cursos de graduação em licenciatura (Pedagogia, História, Educação Física, Biologia, Letras) em nível superior, no Centro Universitário Univates em Lajeado, na Universidade de Caxias do Sul e no Instituto Superior de Educação Cenecista de Farroupilha, todas localizadas no estado do Rio Grande do Sul.

Como minha formação inicial esteve voltada a formação continuada de docentes foi possível perceber que, tanto no Brasil como no exterior, dada a sua relevância, essa formação necessita de compreensão e análise mais aprofundada. A forma como os docentes desenvolvem sua prática pedagógica consta em pesquisas e discussões desenvolvidas por vários autores, dentre eles destaco: Enricone (2008), que aborda as reflexões sobre a docência,

_

¹ Nesse primeiro momento, é apresentada a trajetória profissional da pesquisadora, com o intuito de contextualizar a proposta dessa pesquisa, nesse sentido a tese será escrita na primeira pessoa.

considerando as questões referentes às mudanças na educação para o XXI; Freire (1992, 1995a, 1995b, 2000, 2010), que destaca as questões referentes à necessidade da liberdade dos educandos, da autonomia escolar e a reorganização curricular, da necessidade dos docentes compreenderem as relações de 'falar ao educando, a falar a ele e com ele, de ouvir o educando a ser ouvido por ele', do direito e do dever de mudar o mundo e os saberes necessários à prática educativa; Imberón (2005) que alerta para o 'formar para a mudança e para a incerteza'; Trindade e Cosme (2010) que destacam a necessidade de reflexões acerca do 'educar e do aprender', a partir de questões e desafios na escola; Shön (2000) que propõe a formação de um docente reflexivo; Rios (2006, 2010) que mostra as mudanças pelo qual passa a atividade docente e o desafio de "compreender e ensinar" e as competências na formação de professores; Tardiff (2002) que questiona acerca dos saberes docentes e a formação profissional, os saberes dos professores em seu trabalho e em sua formação e Tiballi e Chaves (2003) que descrevem sobre os diversos olhares acerca das concepções e práticas em formação de professores.

Partindo de análises que visam contribuir para o desenvolvimento de um ensino com mais qualidade, essas pesquisas problematizam as questões que envolvem o conhecimento profissional dos docentes que atuam na Educação Básica. As pesquisas desenvolvidas pelos autores citados anteriormente, também trouxeram em suas análises que a forma como os docentes desenvolvem sua prática influencia na maneira como os estudantes aprendem. Portanto, se faz necessário compreender como os estudantes desenvolvem sua aprendizagem para assessorar aos docentes, na compreensão de sua própria aprendizagem e, por conseguinte, melhorar a aprendizagem de seus estudantes, ou seja, a busca da ação-reflexão-ação como um processo contínuo (FREIRE, 1995).

Portanto, essas pesquisas destacam que, ao considerar a necessidade de ressignificar a formação continuada de docentes, os processos de ensino e de aprendizagem precisam ser explorados e refletidos para que os docentes possam desenvolver suas práticas pedagógicas comprometidas com uma visão crítica acerca de um mundo complexo e em transformação. Sob essa perspectiva de um mundo em transformação, exige-se dos docentes uma percepção ampla e ética do significado das relações entre o ser humano e o ambiente.

Minha experiência se expandiu, ao trabalhar com as assessorias pedagógicas, via extensão universitária no Centro Universitário Univates, em cursos de formação continuada para docentes, tanto em municípios localizados no Vale do Taquari/RS, quanto em outros

municípios do Rio Grande do Sul. Esses trabalhos me proporcionaram a oportunidade de transitar e observar *in loco* o desenvolvimento da prática docente nessas regiões, por meio das solicitações de atuação junto às escolas vinculadas às secretarias municipais/famílias de educação, às escolas particulares e às escolas estaduais.

Ao desenvolver o trabalho de assessoria pedagógica fui me interessando pela temática em gestão escolar que vinha ao encontro de minha experiência na função de coordenação pedagógica, em diversas instituições de ensino, tanto particulares quanto públicas (escolas e secretaria municipal de educação). Essas experiências me fizeram buscar subsídios na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394, promulgada em 1996 (LDBEN 9.394/96) que traz em seu texto uma visão sobre a forma como deve se organizar a gestão escolar. Essas deliberações surgem na Constituição Federal de 1988, a partir da relação dos princípios da educação brasileira, onde consta a designação voltada para a gestão democrática do ensino público.

A LDBEN 9.394/96 apresenta a explicação mais detalhada da forma como a gestão do ensino público deve ser conduzida, conforme consta nos artigos 14 e 15, que tratam da definição das normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica, seguindo os princípios de participação dos profissionais na elaboração do Projeto Pedagógico da escola, bem como a participação dos representantes das comunidades nos conselhos escolares e a gradativa autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira das unidades escolares. Esses princípios suscitaram meu interesse em aprofundar meus conhecimentos na temática da gestão escolar e promoveram a inclusão de duas disciplinas chamadas "Processos de Gestão" e "Estágio Supervisionado em Gestão Escolar", na matriz curricular no curso de Pedagogia do Centro Universitário Univates, sob a minha responsabilidade à época.

Refletindo acerca do desenvolvimento de atitudes significativas e comprometidas, diversas pesquisas tratam da necessidade de discussão e da revisão do papel da gestão escolar em relação à formação continuada de docentes. Os estudos e pesquisas em gestão escolar, desenvolvidos por: Souza (2009) que trata sobre as relações entre a política, o poder e a democratização na escola pública; Barroso (2009) que apresenta o estudo acerca das relações entre as políticas de autonomia e a gestão escolar; Paro (2003, 2007 e 2010) que reflete acerca das perspectivas da gestão das escolas públicas e a estrutura administrativa e a participação na escola; Camargo et al. (2006) que descrevem sobre a gestão e as políticas da educação, a partir de discussões de concepções, impactos e formas de concretização dessas gestões;

Ferreira (2008) que trata acerca dos desafios e compromissos da gestão da educação e as políticas de formação de profissionais da educação; Bittar e Oliveira (2006) que discutem as políticas públicas educacionais e a gestão da Educação Básica; Vieira, Almeida e Alonso (2003) que pretendem trazer novas ideias ao repensar as práticas escolares e o papel dos gestores educacionais, mediados pelas tecnologias de informação e comunicação; Lück (2006, 2008, 2011 e 2014) que descreve seus estudos para a reflexão sobre as bases da gestão escolar, relacionadas a prática de liderança.

O estudo da temática em educação ambiental surgiu ao participar de uma pesquisa que abordava as práticas sobre a educação ambiental nas escolas municipais/famílias do município de Lajeado/RS, no primeiro semestre de 2009. Nesse trabalho foi possível acompanhar as representações construídas por gestores, docentes e discentes das escolas que desenvolviam práticas voltadas para a temática ambiental. Essa pesquisa provocou minha reflexão acerca de aprofundar meus estudos na temática ambiental. Por meio desse trabalho, a educação ambiental passou a fazer parte de minhas reflexões.

Ao buscar subsídios acerca da temática ambiental percebi que essas eram preocupações de diferentes instâncias, tanto nacionais, quanto internacionais. As pesquisas em educação ambiental, realizadas, por exemplo, por Sato e Carvalho (2005) destacam que a educação ambiental pode ser uma preciosa oportunidade na construção de novas formas de ser, pensar e conhecer. Barcelos (2005) provoca um debate sobre as possibilidades de intervenção nas questões ecológicas, partindo do cotidiano vivido. Carvalho (2005, 2008 e 2010) discute os processos de subjetivação implicados na internalização de um ideário ecológico e as raízes da construção social da questão ambiental e suas implicações no cenário contemporâneo, visando compreender o campo de atuação do educador ambiental. Gadotti (2000, 2001) destaca a necessidade de compreender melhor o papel da educação na construção de um desenvolvimento humano com justiça social e a ecopedagogia como um movimento pedagógico com uma abordagem curricular mais ampla e transdisciplinar.

Em adição, cabe destacar as pesquisas de Gutiérrez e Prado (2002) que alertam para a necessidade de mudanças na percepção do papel que deve desempenhar o ser humano no ecossistema planetário. Rosa (2009) ainda destaca a necessidade da reflexão acerca da formação docente e suas inter-relações com a educação ambiental. González-Gaudiano (2005) discute sobre interdisciplinaridade, a educação ambiental, as relações entre teoria e prática e entre educação e sociedade. Lacerda (2010) destaca acerca dos caminhos que podem

favorecer transformações para a religação dos seres humanos consigo mesmos, entre si e com o nosso planeta. Loureiro (2010, 2011) analisa a interdependência entre teoria social crítica e a questão ambiental na sociedade contemporânea. Tristão e Jacobi (2010) apresentam um percurso histórico acerca do campo da educação ambiental e como se constituíram as pesquisas nessa temática Por fim, Soffiati (2011) realiza uma análise histórica para auxiliar a compreensão da crise ambiental atual para uma tomada de postura dos ecoeducadores.

Esses estudos e pesquisas visam a promover a contribuição para as mudanças necessárias nas relações entre os seres humanos e o ambiente e para o desenvolvimento de atitudes significativas, comprometidas com a realidade em que os estudantes da Educação Básica, estão inseridos. No entanto, essas contribuições precisam ser compreendidas e discutidas no universo escolar, pelos docentes e pela gestão escolar, para que essas atitudes se concretizem em habilidades desenvolvidas pelos estudantes.

Ao refletir sobre a gestão escolar e a educação ambiental, percebi que necessitava de um maior aprofundamento acerca dessas áreas. Então, surge a oportunidade de participar da seleção do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento no Centro Universitário Univates, promovendo a oportunidade de continuar meus estudos nessas temáticas.

Portanto, este trabalho se propõe a pesquisar acerca de como os diretores das escolas estaduais, pertencentes a 3ª. Coordenadoria Regional de Educação (3ª. CRE – RS), localizadas no Vale do Taquari/RS, compreendem o papel da gestão escolar e a educação ambiental nas escolas de Educação Básica, de modo a indicar possíveis elementos para a ressignificar o papel da gestão escolar em relação reflexão acerca da educação ambiental.

O tema dessa tese é Gestão Escolar e a Educação Ambiental. A delimitação desse tema se apresenta em pesquisar a visão que os diretores das escolas estaduais, pertencentes a 3ª. Coordenadoria Regional de Educação (3ª. CRE – RS/BRASIL) possuem acerca da gestão escolar e da educação ambiental.

A questão problema norteadora dessa pesquisa é como os diretores das escolas estaduais pertencentes a 3ª. Coordenadoria Regional de Educação (3ª. CRE), localizadas no Vale do Taquari/RS-BR, compreendem o papel da gestão escolar e da educação ambiental nas escolas de Educação Básica? O objetivo geral dessa pesquisa é investigar como os diretores das escolas estaduais, pertencentes a 3ª. Coordenadoria Regional de Educação (3ª. CRE –

RS), localizadas no Vale do Taquari/RS, compreendem o papel da gestão escolar e a educação ambiental nas escolas de Educação Básica, de modo a indicar possíveis elementos para ressignificar o papel da gestão escolar e da educação ambiental.

Os objetivos específicos estão descritos da seguinte forma:

- a) Conhecer acerca da gestão escolar e da educação ambiental, visando à organização de um referencial teórico significativo para a reflexão sobre essas áreas, contemplando aspectos históricos, conceituais e da legislação educacional;
- b) Identificar a compreensão que os diretores das escolas estaduais, pertencentes à 3^a.
 CRE RS têm sobre o papel da gestão escolar e da educação ambiental na escola de Educação Básica;
- c) Reconhecer as percepções dos diretores das escolas estaduais, pertencentes à 3^a.
 CRE RS acerca da temática da educação ambiental tangenciada à gestão escolar;
- d) Caracterizar os aspectos que são contemplados sobre a educação ambiental, na Educação Básica das escolas estaduais pertencentes à 3ª. CRE – RS, a partir das ações desenvolvidas pelo setor de Educação Ambiental dessa Coordenadoria.

Essa pesquisa está organizada sob a forma de cinco capítulos que visam focar os aspectos da seguinte forma: o primeiro capítulo que contempla a introdução, na qual são abordados a trajetória pessoal, a motivação para desenvolver a pesquisa, a questão problema e os objetivos da pesquisa.

O segundo capítulo trata da revisão de literatura e apresentam os dois temas: gestão escolar e educação ambiental. Na primeira parte desse capítulo constam os aportes teóricos utilizados para refletir acerca da gestão educacional e escolar, partindo de elementos históricos, da retomada da organização, via legislação educacional brasileira e dos estudos recentes na área da gestão.

A segunda parte do capítulo de revisão de literatura está dedicada à Educação Ambiental, sua trajetória como temática de estudo no Brasil, a partir dos documentos oficiais. Constam também nessa parte os estudos recentes realizados na área da educação ambiental.

O terceiro capítulo descreve o contexto da pesquisa por meio dos procedimentos

metodológicos adotados, desde a classificação da pesquisa até a explicação de como foi realizada a análise das informações. No quarto capítulo são descritas os resultados e discussões possibilitados pela análise dos dados coletados. Para encerrar essa pesquisa, mas não necessariamente os estudos, constam as considerações finais com os apontamentos e indicações de possíveis conclusões.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O referencial teórico está organizado da seguinte forma: primeiramente são apresentados os aspectos que compõem a gestão escolar, no segundo momento são discutidas as reflexões acerca da educação ambiental, enquanto histórico, legislação e concepções das duas temáticas. Constam, também, os quadros sinópticos com os estudos recentes nas duas áreas – gestão escolar e educação ambiental.

2.1 Gestão Educacional e Escolar: Histórico, Legislação e Concepção

As discussões acerca de gestão escolar passam a entrar no cenário educacional como um termo adotado pela legislação educacional, a partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 que traz esse termo junto com a ideia de gestão democrática para o ensino público e de autonomia administrativa. Essa ideia se repete, nos anos subsequentes, por meio da promulgação da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul de 1989 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394 em 1996 que retoma a gestão democrática como a forma que passa a vigorar ao administrar as instituições de ensino.

No artigo 14 da LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 2016, p. 6), aparece a descrição de como as instituições de ensino devem ser administradas

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes; [...].

A partir dessas proposições legais surgem diversas políticas públicas para determinar

como essa gestão democrática deve acontecer, pois as instituições de ensino públicas passam a administrar as verbas enviadas pelos Governos, tanto Federal como Estadual. O artigo 15 da LDBEN 9.394/96 descreve a forma como esse processo deve acontecer: "os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de Educação Básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, [...]" (BRASIL, 2016, p. 6). No entanto, essa proposta de gestão está mais vinculada às questões da escola. Lück (2006, p. 25) apresenta uma separação entre gestão educacional e gestão escolar, ou seja, quando se fala acerca da "gestão educacional, faz-se referência à gestão em âmbito macro, a partir dos órgãos superiores dos sistemas de ensino, e em âmbito micro, a partir das escolas".

Tomando como base essas legislações — Constituição Federal do Brasil/88, Constituição Estadual do Rio Grande do Sul/89 e a LDBEN nº 9.394/96 - é possível perceber uma mudança significativa no papel da gestão escolar e dos sujeitos que compõem essa gestão — direção, vice-direção, coordenação pedagógica ou supervisão escolar e os demais membros. Para Rodriguez (2004, p. 17), essas mudanças que ocorreram no sistema educacional brasileiro surgiram para "modernizar os sistemas de ensino adaptando-os às exigências da economia globalizada". Essas reformas visavam à descentralização como forma de transferência de responsabilidade, tanto da gestão como da execução dos serviços educativos da União para os estados e municípios. Essas mudanças políticas estavam em discussão desde a década de 80, priorizadas pela ideia de igualdade de acesso a educação.

Contudo, as reflexões acerca da temática de administração escolar são preocupações desde os anos 1940. De acordo com Junquilho et al. (2012, p. 330), "os estudos pioneiros sobre administração escolar [...] têm origem com Leão (1945), Teixeira (1961, 1964) e Lourenço Filho (1968). Comum nesses autores o enfoque nos princípios da Abordagem Clássica da Administração [...]", buscando transferir esses aspectos para a educação. Esses pioneiros visavam utilizar a Abordagem Clássica da Administração como bases científicas para orientar a "prática administrativa da organização escolar, em conformidade com os padrões de eficiência e produtividade empresarial" (JUNQUILHO et al., 2012, p. 330). A partir dos anos 80, as discussões acerca da administração escolar passam por processos de questionamentos críticos que influenciaram os estudos posteriores.

Rodriguez (2004, p. 19) destaca, ainda, que essas ações ocorreram seguindo quatro eixos: a) gestão, b) equidade e qualidade, c) capacitação dos professores e d) financiamento.

Destes quatro eixos, o destaque, nesse trabalho, está na gestão, que segundo a autora supracitada deve abordar a "descentralização administrativa e pedagógica; fortalecimento das capacidades gestoras; autonomia escolar e participação da comunidade; aperfeiçoamento dos sistemas de informação e gestão; avaliação / mediação de resultados / rendição de contas". O outro eixo que, está relacionado com meus estudos iniciais, porém não será destaque nesse trabalho, diz respeito a capacitação dos professores que deve considerar, conforme a autora, "qualificação profissional de professores em serviço; remuneração por desempenho; políticas de incentivos" (RODRIGUES, 2004, p. 20).

Portanto, ao iniciar a discussão sobre gestão escolar é necessário apresentar alguns conceitos que surgem nos estudos dessa área. Nesse sentido, Paro (2010, p. 765) destaca que, os termos administração e gestão, são sinônimos, e que a administração é vista como sendo a "utilização racional de recursos para a realização de fins determinados". Dessa forma, o termo administração pode ser empregado para designar a administração industrial, pública, privada, hospitalar, escolar, etc., como também, pode ser utilizado para indicar vários setores, ou seja, administração de pessoal, de material, financeira, de atividades-meio, e assim por diante.

Paro (2010, 2007), Junquilho et al. (2012) e Thomaz e Schmitz (2013) discutem que a administração ou gestão escolar é preocupação constante no meio acadêmico e, também, nos meios políticos e governamentais, cuja preocupação está voltada para a melhoria do desempenho administrativo, visando restringir gastos e aproveitar racionalmente os recursos disponíveis. Na mídia e no senso comum, a administração da escola também tem destaque, considerando que "o ensino é importante e é por isso que se deve realizá-lo da forma mais racional e eficiente [...]" (PARO, 2010, p. 765).

Retomando a discussão em relação à diferença entre os termos de administração e gestão Lück (2013, p. 109) destaca-se que

Ao se adotar o conceito de gestão, assume-se uma mudança de concepção a respeito da realidade e do modo de compreendê-la e de nela atuar. [...] com a denominação de gestão, o que se preconiza é uma nova óptica de organização e direção de instituições, tendo em mente a sua transformação e de seus processos, mediante a transformação de atuação, de pessoas e de instituições de forma ativa e recíproca, a partir de uma perspectiva aberta, democrática e sistêmica.

Essa mudança de concepção, destacada por Lück (2013), denota a necessidade de reflexões com a comunidade escolar no que diz respeito ao trabalho da equipe diretiva, principalmente na atuação do diretor escolar. Para tanto, Junquilho et al. (2012, p. 336)

destacam que esses profissionais devem receber uma "formação capaz de dotá-los de uma visão macro da sociedade que aborde a integração entre realidades política, social, econômica, cultural, tecnológica e ideológica".

Em seus estudos, Paro (2010, 2007), Thomaz e Schmitz (2013), Passador e Salvetti (2013) e Esquinsani et al. (2006) apresentam como ideias que se relacionam os conceitos de administração (ou gestão), numa concepção de política como convivência entre sujeitos, envolvidos numa relação de poder e a possibilidade do caráter democrático da educação. Esses autores abordam subsídios teóricos para a discussão sobre como se desenvolve a ação administrativa do diretor da escola básica, ou seja, busca discutir "a natureza das atividades do diretor escolar" (PARO, 2010, p. 766). Nesse sentido, o papel do diretor na escola se define por ações de cunho administrativo, que envolvem os aspectos de estrutura física e de pessoal.

Quanto à definição de diretor escolar, Lück (2006, 2010, 211), Paro (2010, 2007), Thomaz e Schmitz (2013), Passador e Salvetti (2013) abordam como aquele que é responsável pelo controle das pessoas e pela organização e funcionamento da escola. Nesse sentido, o autor trata da diferença entre administrador escolar e diretor, que muitas vezes se confundem, pois o diretor tem sob sua responsabilidade a administração escolar, porém em algumas instituições existem pessoas diferentes para exercer as duas funções. No entanto, o diretor escolar é "aquele que ocupa o cargo hierarquicamente mais elevado no interior de uma unidade de ensino" (PARO, 2010, p. 769), denominado oficialmente por regimentos, leis ou estatutos.

Em consequência disso, Paro (2010, p. 774) destaca que na escola o diretor é visto como 'chefe', sendo aquele que "enfeixa em suas mãos os instrumentos para 'mandar' em nome de quem detém o poder". Aqui surge o conceito de autoridade que está vinculada a uma ideia de obediência, sendo que na visão democrática a autoridade passa a ter outro significado. Os reflexos dessa forma de visão da autoridade estão na maneira como o diretor escolar desempenha suas funções, sendo que a representação dessa visão afeta a concepção adotada pela escola e pelo docente ao desenvolver sua prática pedagógica, agindo, muitas vezes, de forma autoritária com o conhecimento e com o aluno.

A função do diretor escolar precisa acompanhar e compreender o caráter específico do trabalho pedagógico, levando a visão democrática para o processo pedagógico. Passador e

Salvatti (2013, p. 481) alertam que "o diretor supostamente possui direito e autonomia [...], mas, de fato, [...] acaba por exercer muito mais esta função que a de gestor escolar, em suas atribuições administrativas e pedagógicas". Nesse sentido, a função do diretor escolar numa gestão democrática e participativa requer mudanças na visão tradicional de administração escolar, exigindo, portanto, dessa função outras atribuições.

Para Lück (2006, p. 79), a mudança de paradigma passa pelo processo de descentralização, sendo a "consideração e a participação, em acordo com os princípios democráticos, daqueles que irão atuar [...] promove-se a autêntica e genuína mobilização dos agentes de mudança como sujeitos [...]". Nesse sentido, é preciso fazer com que os participantes tenham consciência da responsabilidade de suas ações.

2.1.1 Gestão Democrática e Participativa e a Relação Dialógica

A gestão escolar está atrelada às políticas da educação voltadas a gestão democrática e participativa da educação e a qualidade do ensino no Brasil – Meta 19 do Plano Nacional de Educação/2014². A dimensão que trata da gestão democrática da educação apresenta vários questionamentos na forma como essa está sendo desenvolvida. Nesse sentido, Cóssio (2006, p. 30-31) destaca que "democratizar a gestão da educação numa perspectiva social [...] requer, fundamentalmente, que a sociedade possa participar no processo de formulação e avaliação da política de educação e na fiscalização de sua execução". Assim, a participação do cidadão enquanto sujeito atuante nos aspectos que abordam a educação está entrelaçado à prática administrativa e pedagógica desenvolvida nas escolas.

Para Mello e Cóssio (2006, p. 43), a "participação coletiva constitui-se em instrumento básico de uma gestão democrática e pressupõe a disposição para o debate, reflexão, problematização, estudo, aplicação, avaliação e reformulação em função das próprias mudanças sociais e políticas". Essa participação necessita do exercício de um sujeito ativo, aberto e disposto ao diálogo que, no coletivo possa expor suas opiniões e ouvir às opiniões dos outros. Para Alves (2010, p. 31), a comunidade escolar deve ter ciência que, muitas vezes, "as decisões tomadas por especialistas, gestores ou pelos que ocupam posições de chefia,

_

² **Meta 19**: assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (Plano Nacional de Educação 2014-2024, 2015, p. 83).

cujas ações repercutem sobre coletividades".

Considerando a necessidade do desenvolvimento da participação como processo de construção de um coletivo mais justo e cidadão, a gestão da educação tem um papel importante nesse processo, sendo que as políticas de gestão descritas na Constituição Federal do Brasil/1988 e na LDBEN nº 9.394/1996, fazem referências à gestão escolar democrática e participativa (FERREIRA, 2008), responsável pela mediação e construção coletiva do Projeto Político e Pedagógico das escolas e a relação com a formação continuada dos profissionais da educação. Esse documento da escola passa a ter uma função de mobilizar a comunidade para refletir acerca da realidade escolar e a busca de possibilidades de mudanças nessa realidade, ou seja, a "tensão entre repetição e inovação" (OLIVEIRA et al., 2012, p. 41).

A gestão escolar deveria desempenhar, segundo Paro (2007, p. 50), a função de "mediadora entre a administração escolar e o pedagógico", desencadeando a possibilidade de reflexão sobre esse pedagógico e da inclusão dos pais/famílias e da comunidade escolar nessa discussão. Paro (2007) descreve, ainda, sobre o papel educador da escola que se estende aos pais/famílias dos estudantes que também são cidadãos e podem se beneficiar com essa ação escolar, incentivando a dimensão da participação.

Cury (2012, p. 17) destaca que atualmente os cidadãos almejam conhecer os "processos de decisão por meio da transparência dos atos [...] e exercer uma fiscalização do exercício do poder", descrevendo um cidadão ativo. Esse autor destaca, também, que a gestão democrática como um princípio da educação brasileira se torna uma das formas de capacitar à comunidade escolar para exercer sua cidadania, para participar da sociedade "como profissionais compromissados e não se ausentem de ações organizadas que questionam [...]" (CURY, 2012, p. 17).

Ao destacar a importância de formar um cidadão ativo, que questione e que atue na realidade, se pressupõe a convicção de que a mudança é possível (FREIRE, 2010). Nesse sentido, Freire (2010, p. 77, grifos do autor) também destaca que "nos tornamos capazes de *intervir* na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela". Para que isso aconteça é necessária uma mudança na forma de desenvolver o trabalho da gestão escolar.

Freire (2010, 2000, 1995a, 1995b) destaca em suas reflexões que a relação dialógica do ser humano é um exercício e, como tal, precisa ser realizada e promovida no coletivo.

Nesse aspecto, vale destacar a importância do sujeito se "abrir ao mundo a aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade" (FREIRE, 2010, p. 136).

Ao discutir acerca da gestão escolar muitas pesquisas e reflexões trazem subsídios que contribuem para uma discussão mais aprofundada da área. No próximo item são apresentados os estudos recentes realizados na área da gestão escolar que vem corroborar para esse aprofundamento.

2.1.2 Estudos Recentes na área da Gestão Escolar (2009-2014)

A gestão escolar, por ser uma temática mais recente, passa a ser referência a partir da publicação da Constituição Federal do Brasil de 1988. No entanto apresenta um número menor de publicações. Nas pesquisas às bases de dados *EBSCO*, Portal de Periódicos da CAPES, *Scielo, Redalyc* e Banca Nacional de Dissertações e Teses, utilizando como descritores 'gestão escolar' e 'educação ambiental' não foram encontradas trabalhos que vinculassem essas duas temáticas, sendo essa a probabilidade da possível originalidade desse trabalho de pesquisa. Assim, foram buscados separadamente os estudos na área da gestão escolar e da educação ambiental.

Ao buscar publicações com a temática em gestão escolar no período entre 2009 a 2014 foram encontrados 104 artigos, no entanto para esse trabalho foram escolhidos 31 artigos que se aproximavam dessa pesquisa, utilizando como método a bibliometria³. Os artigos foram classificados conforme delineamento de pesquisa e eixos articuladores, observadas nos trabalhos. O quadro sinóptico apresenta essa classificação. Após é realizada a análise dos trabalhos e são avaliadas suas contribuições para essa pesquisa. Esses trabalhos foram utilizados, novamente, na análise e discussão dos dados coletados, como forma de atualização, busca e aprofundamento das reflexões, bem como corroborar os resultados encontrados.

³ Segundo Muniz Jr., Maia e Viola (2011, p. 2) "a bibliometria se refere a uma análise quantitativa da comunicação escrita, ou seja, consiste em análises estatísticas dos padrões que aparecem na publicação e utilização de documentos".

Quadro 1 - Quadro Sinóptico dos artigos publicados entre 2009 e 2014 referentes a Gestão Escolar

Nº	Ano	Revista	Título Português	Autores	Eixo	Delineamento da Pesquisa
1	2009	Educação e Sociedade	A utilização do conhecimento em política: o caso da gestão escolar em Portugal	João Barroso	Políticas em gestão escolar	Qualitativa
2	2009	Educação em Revista	Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática	Ângelo Ricardo de Souza	Políticas em gestão escolar	Qualitativa
3	2009	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	A gestão escolar no contexto das recentes reformas educacionais brasileiras	Marília Fonseca e João Ferreira de Oliveira	Programas em Gestão escolar	Qualitativa
4	2009	Educação e Sociedade	Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da Educação Básica brasileira	Vera Maria Vidal Peroni, Regina Teresa Cestari de Oliveira, Maria Dilnéia Espíndola Fernandes	Políticas em gestão escolar	Qualitativa
5	2009	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	Escola de gestores: política de formação em gestão escolar	Alfredo Macedo Gomes, Ana Lúcia Felix dos Santos, Darci Barbosa Lira de Melo	Programas em Gestão Escolar	Qualitativa
6	2009	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	Democratização da gestão e atuação do diretor de escola municipal	Marisa Shneckenenberg	Políticas de gestão escolar	Qualitativa
7	2009	Revista Amazônica	Gestão escolar e qualidade no ensino: uma relação inseparável	Angela Maria Gonçalves de Oliveira	Gestão escolar e Qualidade no Ensino	Qualitativa
8	2010	Educação e Sociedade	Gestão escolar e o trabalho dos educadores: da estreiteza das políticas à complexidade do trabalho humano	Wanderson Ferreira Alves	Políticas em Gestão escolar	Qualitativa
9	2010	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	Gestão dos sistemas educacionais: modelos e práticas exercidas na Baixada Fluminense	Dinair Leal da Hora	Modelos de gestão	Qualitativa

Nº	Ano	Revista	Título Português	Autores	Eixo	Delineamento da Pesquisa
10	2010	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	Anais dos eventos da Anped e da ANPAE (2000-2008) e o estado da temática gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados	Donaldo Bello de Souza	Gestão e Autonomia Escolar	Qualitativa
11	2010	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	Gestão educacional e reinvenção da democracia: questões sobre regulação e emancipação	Maria de Fátima Cóssio, Álvaro Moreira Hypólito, Maria Cecília Lorea Leite, Maria Antonieta Dall'Igna	Políticas em Gestão Escolar	Qualitativa
12	2010	Educação Cultura e Comunicação	Gestão e pedagogia empreendedoras urgem educador- empreendedor	Marco Antonio de Oliveira	Modelos de Gestão Escolar	Qualitativa
13	2010	Revista Científica Intr@ciência	A prática social dos gestores como fator de sucesso na escola	Marco Aurélio Guimarães Gonçalves	Gestão Democrática	Qualitativa
14	2010	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	Gestão, autonomia e accountability na escola pública portuguesa: breve diacronia	Almerindo Janela Afonso	Modelos de Gestão Escolar	Qualitativa
15	2010	Revista de Educação IDEAU	Uma visão diacrônica da díade: escola e gestão	Silvio Carlos dos Santos, Arlei Peripolli, Marilu Palma de Oliveira, Soraia Napoleão Freitas	Modelos de Gestão escolar	Qualitativa
16	2011	Revista Labor	Gestão participativa: um processo contínuo?	Lydia Maria Pinto Brito, Josiana Liberato Freire, Fernanda Fernandes Gurgel	Modelos de Gestão Escolar	Qualitativa
17	2011	Educação e Sociedade	Gestão escolar em instituições de ensino médio: entre a gestão democrática e a gerencial	Antonio Neto e Alda Maria castro	Gestão Democrática	Qualitativa
18	2011	PUC – POA Tese	Gestão escolar: um modelo para a qualidade Brasil e Coreia	José Paulo da Rosa	Gestão escolar e Qualidade de Ensino	Qualitativa

Nº	Ano	Revista	Título Português	Autores	Eixo	Delineamento da Pesquisa
19	2011	Cadernos de Pesquisa	Estado da arte: gestão, autonomia da escola e órgãos colegiados (2000/2008)	Ângela Maria Martins e Vandré Gomes da Silva	Gestão Escolar e Autonomia	Qualiquantitativa
20	2011	Revista Brasileira de Educação	Gestão e autonomia escolar: um estudo comparado Brasil/ Portugal	Ângela Maria Martins	Gestão Escolar e Autonomia	Qualitativa
21	2011	Simpósio 2011 – ANPED	O conceito de redes de interação social aplicado à gestão escolar: uma leitura a partir das contribuições de Norbert Elias	Rosilda Arruda Ferreira	Modelos de Gestão Escolar	Qualitativa
22	2011	Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília	A re-configuração das atribuições do diretor escolar com a instauração do regime da Gestão democrática da escola.	Maraisa Priscila Samuel da Silva	Gestão Democrática	Qualitativa
23	2011	Revista Interdisciplina r Aplicada Blumenau	O papel da gestão escolar nos processos de ensinar e aprender história e geografia nos anos iniciais	Ricardo Guilherme e Julianne Fischer	Papel do gestor escolar	Qualitativa
24	2012	XVI ENDIPE - UNICAMP	Gestão escolar: práticas nas escolas da rede pública municipal de Fortaleza-CE	Gabrielle Silva Marinho e Marcos Antonio Martins Lima	Papel do gestor escolar	Qualiquantitativa
25	2012	PUC – Goiás Dissertação	Gestão escolar e o paradigma multidimensional da administração da educação	Cleberson Pereira Arruda	Políticas em Gestão Escolar	Qualitativa
26	2012	Revista Brasileira de Educação	A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola	Ângelo Ricardo de Souza	Políticas em gestão escolar	Qualitativa
27	2013	Simpósio ANPAE	A formação do gestor escolar em escolas católicas: estudo sobre o perfil do gestor e sua relação com a qualidade da educação.	Sérgio Eduardo Mariucci	Gestão escolar e Qualidade no Ensino	Qualitativa

Nº	Ano	Revista	Título Português	Autores	Eixo	Delineamento da Pesquisa
28	2013	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	As mutações na oferta da educação pública no período pós-Constituição Federal e suas implicações na consolidação da gestão democrática	Maria Vieira Silva e Vera Maria Peroni	Gestão Democrática	Qualitativa
29	2013	Revista Cocar. Belém	Parcerias público- privadas e gestão escolar pública	Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	Programas em Gestão escolar	Qualiquantitativa
30	2014	Revista Portuguesa de Educação	Tecnologias digitais na gestão escolar: Práticas, proficiência e necessidades de formação dos diretores escolares em Portugal	João Piedade e Neuza Pedro	Programas em gestão escolar	Qualitativa
31	2014	Educación	Sobre o "essencial" e o "insubstituível" na gestão escolar: perspectivas e abordagens possíveis em contextos institucionais atuais. Rosário, Argentina 2004 – 2014	José A. Tranier	Políticas em Gestão escolar	Qualitativa

Fonte: Autora, 2016.

Para analisar o quadro sinóptico 1 foi utilizada, como identificação dos artigos, a numeração arábica de 1 a 31, possibilitando designar os trabalhos de forma mais adequada. Esses trabalhos se encontram divididos por anos de publicação; revistas, eventos ou instituições no qual estão publicados; título em português; autores; eixo temático e delineamento da pesquisa.

Em relação ao ano de publicação os trabalhos estão assim organizados: 7 (22,5%) publicados em 2009, 8 (25,8%) trabalhos em 2010, 8 (25,8%) trabalhos publicados em 2011, 3 (9,6%) trabalhos em 2012, 3 (9,6%) trabalhos em 2013 e 2 (6,4%) trabalho em 2014. Em relação ao eixo temático, os artigos foram classificados, pela autora da pesquisa, da seguinte forma: Políticas em gestão escolar, Programas em gestão escolar, Gestão escolar e Qualidade no ensino, Modelos de gestão escolar, Gestão escolar e Autonomia, Gestão Democrática e Papel do gestor escolar.

O eixo Políticas e gestão escolar trazem os estudos publicados nos trabalhos 1, 2, 4, 6,

8, 11, 25, 26, 31 (29%) que abordam reflexões acerca de aspectos que discutem as políticas educacionais, tanto no Brasil como no exterior.

O artigo 1 apresenta um estudo por meio de projeto de investigação acerca das políticas de autonomia e gestão escolar em Portugal, no período de 1986 a 2009. Foi possível perceber que as mudanças educacionais em Portugal se assemelham com as brasileiras no que diz respeito aos processos de ação pública que, conforme Barroso (2009, p. 997) "não é um processo linear e envolve vários atores e 'racionalidades', antes e depois da decisão política". O autor destacou também que a relação entre conhecimento e política podem desencadear a construção de problemas ou definir soluções. Como solução, o autor constatou a estratégia de reforço na autonomia das escolas e, essa solução, também surgiu no Brasil como consta nas legislações – CF/88 e LDBEN 9.394/96.

No trabalho 2 de Souza (2009, p. 124), o objetivo foi o de destacar os componentes referentes a gestão escolar que lhe "caracterizam como fenômeno fundamentalmente político e [...] como palco para os processos de disputa e de dominação". Entre os aspectos trazidos pelo autor, dois ficaram mais evidentes. O primeiro trata da necessidade de buscar a teorização mais aprofundada acerca da gestão democrática e o segundo aspecto possibilitou a identificação de elementos para a construção de um conceito de gestão escolar democrática.

O trabalho 4 de Peroni, Oliveira e Fernandes (2009, p. 761) "analisa as conexões entre o público e o privado, no contexto particular do capitalismo de redefinições no papel do Estado, [...]". Esse trabalho busca, também, aprofundar as discussão acerca da reforma do Estado brasileiro em relação às políticas da administração pública.

Peroni, Oliveira e Fernandes (2009, p. 774/775) trazem como considerações finais que o "Estado é o culpado pela crise, a lógica de mercado é que passou a ser sinônimo de qualidade [...] que a gestão democrática de educação – processo ainda em construção [...]", precisa voltar ao centro do debate educacional. Dessa forma, esse trabalho traz uma reflexão acerca da forma como a educação absorve as políticas educacionais, aparentemente, sem debate ou discussão.

O trabalho 6, de autoria de Schneckenenberg (2009, p. 115) tem como objetivo discutir "a atuação do diretor de escola pública à luz de sua indicação política para o cargo e a democratização da gestão escolar". Esse trabalho relata a pesquisa realizada com escolas municipais/famílias de um município do estado do Paraná. As informações coletadas

revelaram que a indicação política inibe a autonomia na escola, porém o artigo conclui que o "diferencial na atuação do diretor de escola encontra-se mais na sua prática cotidiana em escolas que adotam procedimentos democráticos e estão comprometidas com a implantação de seu projeto pedagógico" (SCHNECKENBERG, p. 115).

No trabalho 8, Alves (2010, p. 17) relata que o objetivo é "efetuar a crítica de alguns ideários que cercam as noções de gerir e de trabalhar, bem como evidenciar a amplitude e a complexidade dos aspectos que envolvem o trabalho humano". Esse artigo trata de um estudo teórico no campo da sociologia e psicologia do trabalho, envolvendo, também a ergonomia.

O destaque para o trabalho de Alves (2010) está nas articulações apresentadas entre as políticas educacionais vigentes e o ideário do mundo do trabalho, influenciando na compreensão de gestão e trabalho humano, nesse caso, na educação. Como uma das conclusões abordadas pelo artigo de Alves (2010, p. 17) destaca-se que a "racionalidade redutora das complexidades presentes nas situações de trabalho comumente se apresenta nas ações de gestão, comprometendo a finalidade social das instituições e repercutindo sobre os trabalhadores [...]".

O trabalho 11, de autoria de Cóssio, Hypolito, Leite e Dall'Igna (2010, p. 325) tem como objetivo "refletir sobre as relações de poder que permeiam as decisões no campo educacional no sentido de ampliar a compreensão do conceito das práticas de gestão democrática". Esse artigo busca uma crítica, pautada nos estudos de Boaventura Santos e de Laclau e Mouffe, realçando possibilidades através da racionalidade não hegemônica, por meio do relato da pesquisa realizada em escolas municipais/famílias de uma cidade localizada ao sul do estado Rio Grande do Sul.

Cóssio, Hypolito, Leite e Dall'Igna (2010, p. 339) concluíram que "não há uma forma de gestão mais adequada ou melhor, mas experimentações sociais baseadas na democracia, que não se constituem em modelos a serem seguidos, mas em incentivo para a produção e expansão de novas experimentações".

O trabalho 25 traz a dissertação de mestrado de Arruda (2012, p. 9) apresentou como objetivo "elucidar reflexões a respeito da administração escolar, assim como analisar o paradigma multidimensional ensaiado e defendido por Sander (2007)", desenvolvida na rede municipal de educação de Goiânia-GO. O trabalho descreve as multidimensões com: a relevância cultural, a efetividade política, a eficácia pedagógica e a eficiência econômica.

Arruda (2012, p. 9) concluiu que "é possível uma gestão escolar se pautar nas multidimensões (cultural, política, pedagógica e econômica), mas deve partir da constituição do Projeto Político Pedagógico".

No trabalho 26, de autoria de Souza (2012, p. 240) o objetivo do estudo é "discutir conceitualmente a gestão escolar [...]", contribuindo com o debate teórico desse campo. Esse trabalho destaca que a gestão escolar encontra-se imbuída da face política e da complexidade de seus processos. Arruda (2012, p. 240) conclui que "a presença de objetivos e processos institucionais claros e racionais na organização e gestão escolar [...] não escondem a natureza política da gestão escolar, pois a ação dos sujeitos neste campo é marcada pela disputa de poder".

O trabalho 31 de Tranier (2014, p. 8) busca "investigar a relação existente entre as novas lógicas políticas e sociais que tiveram lugar no inicio do século XXI na Argentina e suas formas de retradução em práticas educacionais concretas [...]". Para tanto, esse autor buscou desenvolver sua pesquisa em relatos de experiências e de observações de diversos atores do universo da prática educacional. Tranier (2014, p. 8) destaca a necessidade de tentar "reconstruir a estrutura de significados inerentes a uma determinada visão do mundo educativo desdobrado em processos de fortes mudanças sociais ao longo da história recente", pode vis a auxiliar os estudos dessa área.

No eixo *Programas em gestão escolar* foram agregados os trabalhos 3, 5, 29 e 30 (12,9%) que trazem as discussões acerca de alguns programas brasileiros de gestão escolar e as práticas de gestores portugueses no uso de tecnologias digitais. O trabalho 3 traz como objetivo "refletir sobre o impacto do Pró-Qualidade e do Fundescola na gestão e organização do trabalho escolar" (FONSECA; OLIVEIRA, 2009, p. 234).

Esse trabalho descreve a reforma do Estado e da gestão educacional brasileira, por meio das políticas publicas, destacando a visão de cooperação internacional, descentralização e eficiência administrativa. Fonseca e Oliveira (2009) destacaram a importância da participação da comunidade escolar na preparação e implantação dos programas, anunciados como alternativas inovadoras. Os autores destacaram, também, a necessidade de desenvolver, nos profissionais da educação um posicionamento ativo, reflexivo e crítico, cuja função é a de desencadear as mudanças com comprometimento.

O trabalho 5, de Gomes, Santos e Melo (2009) discorre acerca do programa nacional

Escola de Gestores da Educação Básica, em relação ao seu papel no processo de formação de gestores de escolas públicas, proposto e coordenado pelo MEC em colaboração com estados e municípios. O objetivo do trabalho foi "analisar o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, em particular o curso de especialização em gestão escolar [...] como política de formação de gestores escolares" (GOMES; SANTOS; MELO, 2009, p. 278).

Os autores destacam que a preocupação da SEB/MEC com esse programa é "consolidar, nas práticas de gestão escolar, o principio da gestão democrática da escola e a concepção de educação como direito e de qualidade social" (GOMES; SANTOS; MELO, 2009, p. 278). Esse programa foi desenvolvido devido a colaboração entre os estados, municípios e acolhido pelas universidades federais. No entanto, os autores destacam que o foco mãos está vinculado a formação discursiva e que, nesse aspecto, "há diversos elementos que demonstram que a formação discursiva se contrapõe à formação neotaylorista de gestão escolar, cujas características são o gerenciamento e o produtivismo na escola" (GOMES; SANTOS; MELO, 2009, p. 279).

O trabalho 29, de autoria de Santos (2013, p. 66) tem como objetivo "analisar a gestão das escolas públicas paraenses que firmaram parceria público-privada com o Instituto Ayrton Senna". A autora destaca como resultado da pesquisa, por meio da utilização de observação não participante e entrevistas semiestruturadas, que as parcerias firmadas, na educação do Pará, "não vem demonstrando ganhos em termos de democratização das relações de poder, nem ampliação dos direitos de cidadania [...] reforçando o individualismo e a competição [...]" (SANTOS, 2013, p. 71).

No eixo programas em gestão escolar, o trabalho 30 descreve uma investigação, de caráter descritivo, realizada em Portugal, de autoria de Piedade e Pedro (2014, p. 109) que traz o objetivo de "analisar o índice de utilização das tecnologias digitais (TD) nas práticas de gestão escolar e o sentido de autoeficácia na utilização das mesmas, apresentados pelos diretores escolares". Esta pesquisa demonstra a preocupação com o processo de integração das tecnologias nas práticas profissionais das escolas, visando conhecer o nível de proficiência e utilização das TD nas práticas dos diretores de escolas, buscando sinalizar quanto a necessidade de formação nessa temática.

Esse trabalho destaca que ocorreu uma parceria entre o Ministério da Educação de Portugal e a Microsoft Portugal, por meio do projeto Líderes Inovadores, que passou a integrar o programa de formação com um total de 150 horas, em que participam diversos especialistas, estruturado em diversas áreas do saber. Esse programa estava desenvolvendo a 4ª edição e apresenta como objetivo "promover o desenvolvimento de competências de liderança e gestão inovadoras" (PIEDADE; PEDRO, 2014, p. 115) com os diretores escolares.

Os autores destacaram como conclusões que "os diretores escolares nacionais apresentam um grau de proficiência e um índice de utilização das TD favorável [...], contudo a utilização de forma de comunicação com recurso às novas tecnologias, como forma de contato entre os vários agentes educativos (pais/famílias, professores, alunos e órgão de gestão), apresenta *score* reduzido" (PIEDADE; PEDRO, 2014, p. 126), indicando a necessidade de formação específica.

No eixo *gestão escolar e qualidade no ensino* destacam-se 3 trabalhos: 7, 18 e 27 (9,6%). O trabalho 7 apresenta como objetivo "analisar a relação existente entre o modelo de gestão e a qualidade na educação" (OLIVEIRA, 2009, p. 146) em uma determinada escola, com o intuito de entender o contexto da gestão escolar. Essa autora destaca que é preciso ultrapassar a ideia de que qualidade na educação está ligada apenas aos "resultados oficiais do IDEB, ENEM e SAEB, mas deve preparar o educando para fazer-se sujeito de sua história" (OLIVEIRA, 2009, p. 157).

O trabalho 18 traz a pesquisa desenvolvida por Rosa (2011), em sua tese, que apresenta como objetivo "identificar qual o sistema de gestão escolar de instituições que obtêm bons resultados na aprendizagem dos alunos" (ROSA, 2011, p. 5). O autor traça um comparativo entre escolas da Coreia e do estado do Rio Grande do Sul, que apresentaram as melhores notas no IDEB e ENEM. Conforme o autor, a pesquisa revela a "forma como essas escolas fazem a gestão escolar e identifica que não existe um modelo característico nas oito escolas, nem mesmo entre as quatro coreanas, ou entre as quatro brasileiras" (ROSA, 2011, p. 5).

Essa pesquisa trouxe como aspectos a serem considerados que "a qualidade, no caso do Brasil, decorre de práticas administrativas e pedagógicas isoladas; a qualidade, no caso da Coreia, se encontra no sistema de gestão educacional do país" (ROSA, 2011, p. 251). Segundo o autor, as escolas pesquisadas, tanto na Coreia como no Brasil, não adotam um modelo de excelência em gestão escolar.

O trabalho 27, de autoria de Mariucci (2013, p. 1), tem como objetivo "ampliar a

reflexão sobre a relação entre a gestão escolar e a qualidade da educação [...]", em escolas privadas confessionais. Este autor destaca que a relação entre o processo de formação dos gestores e a qualidade da educação precisa ser mais aprofundada, pois conforme os dados coletados "o diretor de uma escola deve, [...], ser um bom professor, entender de sala de aula conhecer as 'lidas' da docência e estar familiarizado com os valores que se pretende promover na escola" (MARIUCCI, 2013, p. 14).

Quanto ao eixo *Modelos de gestão* foram destacados 6 trabalhos: 9, 12, 14, 15, 16 e o 21 (19,3%). O trabalho 9 apresenta como objetivo "analisar diferentes modelos de gestão de quatro municípios [...], por meio da abordagem do ciclo de políticas" (HORA, 2010, p. 565). A autora traz reflexões acerca de subsidiar os responsáveis pela implantação das políticas públicas educacionais com relação a compreensão e promoção de "modelos de gestão educacional mais coletivos, com vistas a tornar a escola verdadeiramente pública, de qualidade e com relevância social e política" (HORA, 2010, p. 565).

A pesquisa de Hora (2010, p. 578) constatou que "as relações de poder ainda são verticais e as estruturas lineares e segmentadas", conforme os dados coletados nas escolas. Quanto aos modelos de gestão adotados pelos municípios investigados, a pesquisa concluiu que predomina "as práticas orientadas pela teoria clássica-burocrática, em que há uma determinação detalhada de funções e tarefas [...] em que o poder está centralizado no gestor em posição hierárquica mais elevada [...]" (HORA, 2010, p. 578).

O trabalho 12, de autoria de Oliveira (2010) traz uma proposta diferenciada em relação a educação como um todo, pois o artigo pretende "promover uma reflexão sobre a gestão e a pedagogia empreendedoras", propondo subsídios para a formação continuada dos educadores. Este trabalho discute o empreendedorismo como uma forma de transformação educacional, por meio da implantação da gestão empreendedora por meio da pedagogia empreendedora, com "ênfase nos gestores e coordenadores" (OLIVEIRA, 2010, p. 56).

O trabalho de Oliveira (2010) apresenta considerações que visam a implantação da pedagogia empreendedora na formação docente, por meio de um gestor empreendedor, cujo foco está na "sensibilização dos pais/famílias e da comunidade, através de suas lideranças e representações de todos os seus segmentos". A discussão aborda a necessidade de se discutir o empreendedorismo como forma de trabalhar com a valorização da docência.

O trabalho14 busca "apresentar a evolução dos modelos de direção e gestão que se

foram sucedendo, nas ultimas décadas, no que diz respeito às escolas públicas de Portugal" (AFONSO, 2010, p. 13). O autor descreve como se configura o sistema de ensino português nas escolas públicas estatais, com ênfase na estrutura da direção e de gestão.

O trabalho destaca, também, a reflexão e o aprofundamentos em relação a temática em direção e gestão em Portugal, em relação às tensões e controvérsias acerca da autonomia das escolas, "tendo acabado por naturalizar-se e ser transversal aos discursos, o que a torna, nessa medida, parte de um certo senso comum" (AFONSO, 2010, p. 14). O autor conclui, provisoriamente, o artigo traçando que a preocupação com o "conjunto articulado de relações entre avaliação, prestação de contas e responsabilização, está em desenvolvimento em Portugal" (AFONSO, 2010, p. 27) e que essa visão está ligada aos discursos da administração pública e da vida social.

O artigo 15, de autoria de Santos, Peripolli, Oliveira e Freitas (2010, p. 2) objetiva "promover uma reflexão voltada ao tempo/espaço de aprendência, (re)significando o conceito de gestão escolar". O trabalho se baseou numa pesquisa bibliográfica e descritiva, discorrendo acerca da evolução histórica da escola, como espaço/tempo.

Este artigo constata que considerando as incertezas e mudanças que estão ocorrendo na educação a equipe da gestão precisa (re) significar suas ações e práticas. Santos, Peripolli, Oliveira e Freitas (2010, p. 15) destaca que a "equipe gestora carece acolher a diversidade e abrir-se às condições de incerteza que caracterizam todo o desenvolvimento do indivíduo [...]". Por esse motivo a equipe gestora necessita de um perfil com características capazes de "atender a diversidade no contexto que atua" (SANTOS; PERIPOLLI; OLIVEIRA; FREITAS, 2010, p. 15).

O trabalho 16, de autoria de Brito, Freire e Gurgel (2011, p. 99) tem como objetivo "analisar o grau de participação dos servidores docentes e técnicos administrativos na gestão escolar de um Instituto Federal de Educação – IFE". A pesquisa descreve um estudo de caso, com a aplicação de questionário, como coleta de dados.

O resultado dessa pesquisa apontou que a participação dos docentes e dos técnicos administrativos ocorre em graus diferentes. Segundo Brito, Freire e Gurgel (2010), a participação os docentes se torna mais efetiva na dimensão planejamento e na dimensão execução. Outro aspecto que os autores apontam é que "a concepção de gestão institucionalmente adotada, tem a necessidade de avançar cada vez mais na direção de

consolidar uma participação crítica e consciente de toda a comunidade acadêmica" (BRITO; FREIRE; GURGEL, 2011, p. 113).

O artigo 21 pretende "constituir uma reflexão teórica sobre as possibilidades de construção de uma gestão de escolas publicas a partis da configuração de redes de interação social colaborativas" (FERREIRA, 2011, p. 1). Este trabalho está pautado nas reflexões de Norbert Elias acerca da relação indivíduo e sociedade.

A autora constatou que existe um distanciamento entre o que se propõe de discursos acadêmicos e político sobre gestão democrática e participativa e a realidade social das escolas. As contribuições dos estudos de Norbert Elias, segundo Ferreira (2011, p. 10) trazem um conceito de rede de interação social, em que o processo civilizador se configura "por meio da internalização das regras sociais e do autocontrole frente ao controle externo" e que esse processo necessita de novos contornos civilizatórios.

O eixo *Gestão escolar e autonomia* traz os estudos propostos nos trabalhos 10, 19 e 20 (9,6%). O trabalho 10 traça uma análise dos trabalhos publicados em anais de eventos da ANPED e da ANPAE de 2000 a 2008, tendo como objetivo "examinar os trabalhos publicados [...] sobre processos de gestão, autonomia e órgãos colegiados [...]" (SOUZA, 2010, p. 441). Esse artigo resulta da pesquisa sobre o estado da arte dessas temáticas, por meio da análise do perfil geral das produções publicas.

O autor constatou que foi possível visualizar que os trabalhos publicados acerca do "processo de gestão, de construção de autonomia escolar e de funcionamento dos seus órgãos colegiados" (SOUZA, 2010, p. 455) estão relacionados à função da qualidade e da descentralização da gestão, resultando na participação da comunidade interna e externa à escola.

O trabalho 19, de autoria de Martins e Silva (2011), também trata das temáticas: gestão, autonomia e órgãos colegiados, sob forma de sistematização da produção cientifica, como estado da arte em banco de teses da CAPES, entre 2000 e 2008. O objetivo desse trabalho é "identificar os desenhos metodológicos e os referenciais teóricos adotados por estudiosos de políticas educacionais [...]" (MARTINS; SILVA, 2011, p. 228).

Essa pesquisa classificou as fontes documentais em quatro categorias centrais: espaços e canais de participação intraescolar; relações e práticas intraescolares; políticas, programas e

projetos governamentais e não governamentais e teorias e conceitos. A pesquisa de Martins e Silva (2011, p. 242-243) considerou com esse estudo que "a gestão da escola costuma ser tratada como reflexo do contexto político, econômico e cultural mais amplo [...] e o uso do termo 'gestão democrática' aparece em partes dos estudos, de forma vaga e difusa". Essa pesquisa buscou contribuir para o debate e o aprofundamento em outras pesquisas das temáticas: gestão, autonomia e órgãos colegiados.

O estudo 20 aborda a gestão e autonomia escolar num comparativo entre Portugal e Brasil é de autoria da Martins (2011) e trata das aproximações herdadas da cultura burocrática e administrativa nas regiões ocupadas por portugueses no Brasil. O trabalho traz, também, algumas contribuições de estudos comparados para a análise de políticas educacionais e o esboço legal e normativo em Portugal e no Brasil.

Para compreender diferentes níveis de uma mesma organização esse estudo contou, também, a entrevista como coleta de informações com dirigentes de escolas acerca da gestão e autonomia, tanto em Portugal como no Brasil. Martins (2011, p. 92) apresentou como considerações finais que "os dilemas e tensões [...] nos espaços escolares entre direção, professores e alunos, que envolvem conflitos, consensos, colaborações, parcerias e dissimulações são semelhantes em ambos os países". E que os mecanismos de gestão e de autonomia nos dois países estão "submetidos ao conjunto legal e normativo que impõe excessivas regras e determina níveis e modalidades de funcionamento, [...] participação organizada e imposta" (MARTINS, 2011, p. 96).

O eixo *Gestão democrática* promove os estudos trazidos pelos trabalhos 13, 17, 22 e 28 (12,9%). O trabalho 13, publicado por Gonçalves (2010, p. 72) "analisou a prática dos gestores de cinco escolas públicas de Santos/SP [...] objetivando demonstrar que esses gestores são atores sociais engajados e desempenham um papel crucial na consecução do sucesso da escola [...]".

Essa pesquisa se caracteriza como um estudo comparativo entre escolas da cidade de Santos. O artigo discorre acerca da administração na sociedade capitalista e apresenta como considerações "a capacidade e a condição de sensibilizar os diversos atores em relação à necessidade de transformações de suas práticas [...] é preciso que o diretor de escola se transforme no gestor escolar, consciente de seu papel mobilizador de esforços e recursos [...]" (GONÇALVES, 2010, p. 82). E que tanto a autonomia como a participação podem ser

aprendidas, sendo a escola o lugar para desenvolver esse processo.

O trabalho 17, de autoria de Neto e Castro (2011, p. 745), busca com base nos resultados de sua pesquisa efetuada em escolas públicas estaduais, no estado do Rio Grande do Norte, "descrever como a gestão escolar se organiza, considerando o projeto político e pedagógico e os conselhos escolares".

Esse trabalho trouxe como considerações que as escolas pesquisadas são desafiadas a trabalhar com dois mecanismos de gestão "o projeto político-pedagógico – concebido no âmbito da escola [...] e o Plano de Desenvolvimento da escola – concebido com base em regras e orientações elaboradas por agentes externos a escola" (NETO; CASTRO, 2011, p. 766). E que todos os profissionais entrevistados "consideram o mecanismo da gestão democrática o mais adequado para gerir o espaço público [...] teoricamente, [...] não há argumentação contrária à necessidade da gestão democrática [...]" (NETO; CASTRO, 2011, p. 767).

O trabalho 22, de autoria de Silva (2011, p. 6) buscou "compreender se a mudança de paradigma sobre a administração escolar e a implementação da gestão democrática como princípio legal mudaram as funções a serem desempenhadas pelo diretor de escola". Esse trabalho é o resultado da pesquisa bibliográfica e documental das legislações acerca da gestão escolar.

Silva (2011) propôs, também, analisar as funções do diretor da escola publica e suas implicações na organização do ambiente escolar. Como considerações finais, se pode destacar que mesmo com a inserção do principio da gestão democrática na legislação o poder de decisão ainda se encontra na pessoa do diretor, pois suas atribuições enfatizam as questões administrativas e burocráticas, em detrimento das pedagógicas.

O trabalho 28 apresenta como proposta de pesquisa "buscar uma conexão entre o presente e o passado, para desenvolvermos balanços analíticos das conquistas alcançadas no campo da educação [...]" (SILVA; PERONI, 2013, p. 244). Essa pesquisa traçou aspectos que tem contribuído para potencializar as articulações entre entidades públicas e privadas no período pós a promulgação da Constituição federal de 1988.

O trabalho apresenta uma descrição histórica do período em que foi promulgada a Constituição Federal e suas consequências para as políticas educacionais. Diferentes

processos foram desenvolvidos para a incorporação e modificação do papel do estado em relação a educação. Silva e Peroni (2013, p. 258) consideram "incorporação da gestão democrática como um princípio constitucional e até no novo PNE, [...] forças por projetos societários, de educação e de gestão permanecem".

O eixo *Papel do gestor escolar* compõe os estudos apresentados nos trabalhos 23 e 24 (6,4%). O trabalho 23 tem como objetivo "analisar o papel da gestão escolar na rede municipal de ensino de Blumenau em relação às questões que viabilizem o acesso aos Cadernos Temáticos pelas docentes atuantes nos segundo e terceiros anos dos anos iniciais" (GUILHERME; FISCHER, 2011, p. 49).

Esse trabalho apresenta os dados coletados por meio de entrevistas individuais com docentes acerca da utilização dos Cadernos Pedagógicos. Os dizeres dos docentes, segundo Guilherme e Fischer (2011, p. 49) "apontam inquietações [...] sobre os fatores da gestão escolar [...] que dificultaram ou impossibilitaram [...] vários docentes não acessassem o material enviado". Os autores constataram, também, que é necessário "que o grupo gestor para que uma proposta pedagógica seja implementada na escola, assuma-a como uma proposta de equipe ou como uma proposta do coletivo da unidade" (GULHERME; FISCHER, 2011, p. 59).

O trabalho 24, de autoria de Marinho e Lima (2012, p. 24) tem como objetivo geral "conhecer alguns dos principais traços ou estruturas da gestão predominantes nas escolas municipais/famílias públicas de Fortaleza-CE". Esse trabalho apresenta uma discussão quanto a estrutura, sistema e gestão, considerando aspectos teóricos. A pesquisa utilizou para a coleta dos dados um formulário aplicado por pesquisadores nas escolas, com representações de alunos, técnicos, professores e gestores.

Como considerações finais, Marinho e Lima (2012, p. 33) destacam que foi possível identificar a "predominância da gestão participativa nas escolas pesquisadas". No entanto, que há a necessidade de aprofundar os estudos da gestão escolar e que os "gestores desenvolvam a consciência de que a implantação da gestão democrática e participativa requer esforços, paciência [...]" (MARINHO; LIMA, 2012, p. 34).

2.2 Educação Ambiental: Histórico, Legislação e Concepções

As preocupações com as questões ambientais estão sendo discutidas, mais enfaticamente, desde o século XVIII, após a primeira Revolução Industrial. Carvalho (2010, p. 54) descreve que nos séculos XVI e XVII houve a busca da "afirmação humana pelo domínio da natureza no contexto social [...]", resultando numa "nova ordem burguesa e mercantil". A indústria, nesse período, cresce trazendo a possibilidade de progresso, porém atrelada à degradação ambiental, a partir da utilização do carvão como combustível.

As consequências, na época, da utilização do carvão como combustível e o trabalho nas fábricas são, destacadas por Carvalho (2010), como as grandes transformações sociais e ambientais que trazem a deterioração do ambiente urbano, a partir da migração do campo para as cidades, resultando no aumento da população nas cidades, sendo que nessas não havia coleta de lixo e nem saneamento básico.

No século XIX, surge a valorização da natureza com o movimento do romantismo. Segundo Carvalho (2010, p. 56), "as pais/famíliasagens naturais e a natureza [...] passam a se afirmar como um bem, desejado e valorizado pela sociedade". Esse movimento de valorização da natureza preconizou transformações culturais de longa duração, que se tornam as raízes do ambientalismo contemporâneo.

Carvalho (2010, p. 58) destaca que nos séculos XX e XXI, as questões ambientais se disseminam por meio "das lutas sociais, da prática educativa ou ainda das ações de organismos governamentais e internacionais [...]", trazendo esse problema para os domínios públicos. Nesse aspecto, a educação ambiental é, segundo Carvalho (2010, p. 58), "entendida como intervenção político-pedagógico que tem como ideário a afirmação de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa".

No Brasil, as questões ambientais surgem a partir do movimento ecológico, que compunha uma área da Biologia. Tristão e Jacobi (2010, p. 14) explanam que a educação ambiental "emergiu como decorrência da visibilidade e repercussão das ações promovidas pelo movimento ecológico, e foi gradualmente assimilada como um campo da educação geral, e mais recentemente da pesquisa em educação". As questões ambientais passam a ser foco de pesquisas nas mais diversas áreas das ciências sociais e humanas, das ciências naturais e da terra, pois recebe atenção de jovens profissionais e estudantes que vislumbram projetos de transformações sociais.

Tristão e Jacobi (2010, p. 15) destacam, ainda, que a educação ambiental pode ser

Entendida como um processo integral, político, pedagógico e social orientado para conhecer e compreender na sua complexidade a realidade socioambiental e promover a participação ativa e organizada da sociedade na transformação de um quadro de crescente degradação das condições ambientais.

Nesse sentido, a educação ambiental vem sendo vista como um processo integral, político, pedagógico e social, estando ligada ao contexto histórico-cultural que sofreu influência dos valores perpetuados pelo ecologismo. Tristão e Jacobi (2010, p. 15) descrevem que a educação ambiental teve sua construção agregada aos preceitos do movimento do ecologismo, que teve "um importante papel na formulação e implementação de políticas públicas e na promoção de estratégias para inserir o conceito de sustentabilidade ao de desenvolvimento".

A implementação de políticas públicas também acontece na dimensão educacional e conforme Lacerda (2010, p. 38), as "reflexões sobre a transição paradigmática, as formas de globalização e a sustentabilidade são importantes para a compreensão do surgimento e difusão da educação ambiental, como dimensão educativa de alguns desses processos". Lacerda (2010) destaca, ainda, que a trajetória da educação ambiental propagada, a partir da realização das Conferências Mundiais de Tbilisi (1977) e da Rio/92, e concretizada nos suas continuações locais, surge de uma entrelaçada "rede de saberes, que compreende questões históricas, sociais, culturais, políticas, filosóficas, discursivas, educacionais, ambientais, entre outras[...]", que fica difícil ser trabalhada na educação por apenas uma disciplina ou grupo de disciplinas. Nesse sentido, surge a dimensão interdisciplinar ou transdisciplinar da educação ambiental.

Ao falar em ambiente é necessário resgatar algumas ações e documentos que vem sendo desenvolvidos e organizados sobre essa temática, compondo a dimensão ambiental no processo educativo – práticas possíveis e necessárias. Entre os documentos destacam-se: a Agenda 21 (BRASIL, 1992)⁴, na qual foi construída a Carta Brasileira para Educação Ambiental, Carta da Ecopedagogia, Carta da Terra, além desses existem as Políticas Brasileiras em Educação Ambiental que constam nos documentos oficiais, por meio de Leis, Decretos, Portarias, Normas e Regulamentos expedidos pelo Poder Público no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

⁴ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992.

A Agenda 21 é vista como um dos principais documentos elaborados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano – Rio/92 que reuniu representantes de aproximadamente 170 países. Ela constitui-se num planejamento para o futuro com ações de curto, médio e longo prazo, trata-se de um roteiro de ações concretas, com metas, recursos e responsabilidades definidas, estabelecendo uma parceria entre governos e sociedades.

As propostas descritas, na Agenda 21, tem o intuito de servir de guia para as ações dos governos e de todas as comunidades que buscam um desenvolvimento sem agredir o meio ambiente. Da mesma forma que os diversos países se reuniram e elaboraram a Agenda 21, as cidades, os bairros e as escolas também podem elaborar sua Agenda 21, descrevendo as ações e atividades que esses locais podem organizar para alcançar o desenvolvimento, com o olhar crítico sobre as questões ambientais (BRASIL, 1992).

A Carta Brasileira para a Educação Ambiental (MEC, Rio/92) reforça o que já estava previsto na Constituição Federal (1988) acerca da educação ambiental. Esse documento destaca que "no momento em que se discute o desenvolvimento sustentável como estratégia de sobrevivência do planeta [...] e da melhoria da qualidade de vida, fica definida ser a Educação um dos aspectos mais importantes para a mudança pretendida" (BRASIL, 2013, p. 1). A educação passa a assumir uma incumbência grandiosa com essa indicação.

Outro documento que ressalta a preocupação com a educação ambiental é a Carta da Ecopedagogia – Em defesa de uma Pedagogia da Terra, organizada pelo Instituto Paulo Freire e difundida por Moacir Gadotti. Essa carta está organizada em 10 itens que trazem as ideias que precisam ser trabalhadas. Gadotti (2012, p. 2) destaca no item 10

A ecopedagogia propõe uma nova forma de governabilidade diante da ingovernabilidade do gigantismo dos sistemas de ensino, propondo a descentralização e uma racionalidade baseadas na ação comunicativa, na gestão democrática, na autonomia, na participação, na ética e na diversidade cultural.

A Carta da Terra também é um documento utilizado nas ações em educação ambiental que surgiu a partir da Eco 92, está sob a responsabilidade da ONG *Earth Council*, órgão vinculado a ONU, com sede na Costa Rica. Uma das suas atribuições é manter atualizada essa carta, que é "uma declaração universal para orientar a humanidade a caminhar com o desenvolvimento sustentável e criar uma ética global" (ADAMS, 2003, p. 1). Essa carta foi escrita por vários autores, em nível internacional,e está organizada em 7 módulos intitulados: a carta da Terra; Terra, nosso lar; A situação global; Desafios para o futuro; Responsabilidade

universal; Princípios e O caminho adiante. Nela constam sugestões de textos e atividades a serem desenvolvidas na educação.

No Brasil, um dos principais documentos é a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795 de 1999 que define a educação ambiental como "um componente essencial e permanente da educação nacional" (BRASIL, 1999, art. 2°). Esse documento foi "base da resolução nº 2 de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental interdisciplinar, em todas as séries e em todas as disciplinas" (CAVALCANTI, 2013, p. 71).

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano – Rio/92, além da Agenda 21, foram organizados outros quatro acordos entre os países presentes: a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica e a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

A partir dessas legislações, se pode considerar que a educação ambiental está amparada legalmente. No entanto, ainda se percebe poucas ações efetivas nas escolas em relação a essa temática. No próximo item, a proposta de trazer a educação ambiental como possibilidades de desenvolver uma postura crítica e reflexiva, nas escolas, que possa contribuir na construção da cidadania.

2.2.1 Educação Ambiental Crítica na Construção da Cidadania

A educação ambiental encontra-se no centro das reflexões da sociedade, pois traz questionamentos que envolvem e influenciam a forma que os sujeitos relacionam-se entre si e com o ambiente. Esses questionamentos são pertinentes e envolvem todos os segmentos sociais, exigindo uma postura crítica e cidadã diante dos problemas planetários. Nesse sentido, Sato e Carvalho (2005, p. 12) destacam que "a educação ambiental pode ser uma preciosa oportunidade na construção de novas formas de ser, pensar e conhecer que constituem um novo campo de possibilidades de saber".

A Educação Básica, nesse contexto, tem a função de desenvolver essa postura crítica e cidadã, pois opera com a formação de sujeitos atuantes na sociedade. Essa formação deve ser combinada com a prática docente mais comprometida com o "aprender a aprender"

(DELORS, 2000), com metodologias inovadoras e com as mudanças de paradigmas que requerem uma "expansão da percepção e da maneira de pensar, também os valores" (CAPRA, 2006, p. 27).

Para Carvalho (2005), a educação ambiental precisa considerar de forma séria a noção de aprendizagem entendida como processo de mudanças cognitivas, sociais e afetivas dos sujeitos, grupos e instituições para sair do lugar marginalizado que ocupa na escola. O seu desafio, destaca ainda a autora, é construir uma sensibilidade e uma leitura crítica dos problemas ambientais. Nesse sentido, Brown (apud Capra, 2006, p. 24) alerta que "uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras".

Essa preocupação com um novo currículo para a Educação Básica no Brasil aparece nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que fazem menção ao currículo CTS (Ciência-Tecnologia-Sociedade). A relação dessa forma de abordar o currículo é uma das preocupações trazidas por Gadotti (2000, p. 236) quando alerta acerca dos conteúdos curriculares que precisam ser "significativos para o aluno e só serão significativos para ele se esses conteúdos também forem significativos para a saúde do planeta num contexto mais amplo".

González-Gaudiano (2005, p. 119) auxilia na proposta de pensar o currículo escolar propondo um diálogo entre as disciplinas que deve desencadear a busca "de novos sentidos do conhecimento que as disciplinas individuais por si mesmas não estavam em condições de proporcionar". No entanto, essa mudança de olhar sobre a proposta curricular escolar vai exigir uma formação continuada dos docentes, pois a lógica, ainda, desenvolvida nas escolas parte da visão do trabalho por disciplinas individualizadas no seu tempo e espaço.

Para Leff (2006, p. 374), a crise ambiental foi "associada ao fracionamento do conhecimento", trazendo como consequência a necessidade da compreensão da complexidade do mundo atual. Nesse sentido, o autor destaca que a "interdisciplinaridade e a teoria de sistemas emergem como dispositivos metodológicos para a constituição de um saber holístico", que podem contribuir para a reintegração das partes de um conhecimento. Dessa forma, contribuindo para a ressignificação ou religação da educação ambiental nas esferas escolares.

Para Barcelos (2005, p. 87), essa visão mais tradicional e dicotômica exige uma

reflexão mais aprofundada, pois

O pensamento ecológico carrega, desde as suas origens, a marca de tentar estabelecer esta relação de diálogo e de pertencimento entre os seres humanos e os demais seres vivos e, porque não dizer, entre todas as coisas do universo. O sistema educativo, cada vez mais, está sendo questionado justamente pela falta desta relação de diálogo e de pertencimento solidário e planetário. O processo mecanicista e cartesiano, que hegemonizou a educação na modernidade, acabou alijando do mesmo estas dimensões que hoje estão sendo reclamadas.

Rosa (2009, p. 47) destaca que a formação docente necessita "desenvolver as reflexões sobre a dimensão ambiental no currículo escolar, na escolha de metodologias adequadas para despertar a consciência planetária e contribuir na gestão das políticas públicas". Portanto, a função dos profissionais da educação deveria ser a de contribuir para uma sociedade mais crítica e questionadora. Nesse aspecto, o papel do docente se transforma em um sujeito ativo e não apenas transmissor de informações, que para o estudante, muitas vezes, não tem 'sentido', assim para Gutiérrez e Prado (2002, p. 63) a "educação é um processo de elaboração de sentidos".

Segundo Loureiro (2011, p. 69)

A educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade da vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distintos do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade - natureza.

Nesse sentido, o trabalho com a educação ambiental deve propor um embasamento teórico que possa "compreender a Educação Ambiental numa abordagem integradora, crítica e transformadora" (LOUREIRO, 2011, p. 59). Para que esse trabalho possa se desenvolver, nesse momento, surgem diversos questionamentos que podem auxiliar na implementação da compreensão da educação ambiental.

Para tanto, se faz necessário a reflexão aprofundada dessa temática em relação ao desenvolvimento de uma postura crítica e na construção da cidadania. Para corroborar com essas reflexões apresenta-se o quadro sinóptico acerca das pesquisas em educação ambiental.

2.2.2 Estudos Recentes na Área da Educação Ambiental (2009-2015)

A proposta aqui é apresentar os estudos recentes na área da Educação Ambiental,

buscando contribuir para o mapeamento dos trabalhos desenvolvidos no período de 2009 a 2014. Os artigos apresentados foram obtidos na busca às bases de dados EBSCO, Portal de Periódico da CAPES, *Scielo, Redalyc* e Banca Nacional de Dissertações e teses, utilizando como descritores 'educação ambiental'.

Ao realizar a busca com a temática em educação ambiental no período de 2009 a 2014 foram encontrados 123 artigos, no entanto nesse quadro constam 43 que se aproximam da proposta dessa pesquisa. Os artigos foram classificados por delineamento de pesquisa e por eixos articuladores, com o intuito de melhor compreensão. Esses trabalhos foram utilizados, novamente, na análise e discussão dos dados coletados, como forma de atualização, busca e aprofundamento das reflexões na temática ambiental.

Quadro 2 - Quadro Sinóptico dos artigos publicados entre 2009 e 2014 referentes a educação Ambiental

Nº	Ano	Revista	Título Português	Autores	Eixo	Delineamento da pesquisa
1	2009	Revista de Biologia Tropical.	Diversidade e distribuição de epífitos vasculares em uma floresta insular costeira brasileira.	Rodrigo de Andrade Kersten, Marília Borgo, Sandro Menezes Silva	Ciências Naturais	Quantitativa
2	2009	Revista Ambiente e Água	Tecnologia geoespacial aplicada na identificação de áreas de recarga de águas subterrâneas no nordeste de São Paulo, Brasil.	Nelson Wellausen Dias, Hélio Nóbile Targa, Marcelo dos Santos Batista e Getúlio Teixeira	Ciências Naturais	Quantitativa
3	2010	Restauração ecológica	Sobrevivência e crescimento de espécies arbóreas em dois sistemas de plantio direto de mudas	Betina O. Bruel, Márcia C. M. Marques, Ricardo M. Britez	Ciências Naturais	Quantitativa
4	2011	Gestão Ambiental	Dramas Marinhos protegidas: as falhas do Sistema Nacional de zonas marinhas protegidas.	Leopoldo C. Gerhardinger, Eduardo A. S. Godoy, Peter J. S. Jones, Gilberto Sales e Beatrice P. Ferreira	Ciências Naturais	Quantitativa
5	2011	Revista de Gestão Social e Ambiental	Uso público nas reservas particulares do patrimônio natural convergência entre turismo e conservação ambiental no Brasil.	Murilo de Oliveira, Alencar Souza, Paulo dos Santos Pires	Relação Homem e Meio Ambiente	Quantiquali
6	2011	Mestrado acadêmico em desenvolvimento e meio ambiente urbano Universidade da Amazônia	Educação ambiental no ensino ambiental no ensino médio: uma análise da prática docente em uma escola estadual de Belém-Pará	Paulo Rodrigues Costa	Educação Básica	Qualitativa

Nº	Ano	Revista	Título Português	Autores	Eixo	Delineamento da pesquisa
7	2012	Journal of Threatened Taxa	Philodendron williamsii Hook. f. (Araceale), uma espécie endêmica e vulneráveis do sul da Bahia - Brasil usado para população local.	Luana S. B. Calazanas, Erica B. Morais, Cassia M. Sakuragui	Ciências Naturais	Quantitativa
8	2012	Mestrado profissional em gestão de políticas públicas Univali	Educação ambiental e agenda 21: experimentação da com-vida e perspectivas a política ambiental	Fabio Oniazzo, Alexandre da Silva	Educação Ambiental e a Agenda 21	Qualitativa
9	2012	Doutorado em Educação Universidade Federal da Paraíba	Políticas de formação docente em educação ambiental no contexto da Educação Básica	Maria Gorete Cavalcante Pequeno	Formação em Educação Ambiental	Qualitativa
10	2012	Mestrado acadêmico em geografia Universidade Estadual de Ponta Grossa	Implementação na agenda 21 escolar em Fernandes Pinheiro/PR: educação ambiental para territorialidades	Ian Navarro de Oliveira Silva	Educação Ambiental e a Agenda 21	Qualitativa
11	2012	Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)	Desmatamento no Brasil: um Problema Ambiental.	Anna Júlia L. Gelain, Daniel B. Lorenzet, Maurício R. Neuhaus e Cláudia bach	Ciências Naturais	Qualitativa
12	2012	Revista Ambiente e água	Adequação de um protocolo de avaliação rápida de rios para ser usado por estudantes do ensino fundamental.	Ariane Guimarães, Aline Sueli de Lima Rodrigues e Guilherme Malafaia	Educação Básica	Qualitativa
13	2012	International Journal of Business Management & Economic	É a integração de Criação de Valor Compartilhado (SVC) com a gestão estratégica das organizações produtivas uma abordagem inovadora para os desafios ambientais enfrentados pelas empresas hoje em dia?	Luiz Leandro e Elza Neffa	Ciências Naturais	Quantitativa
14	2012	Environmental & Social Management Journal	Proposta para o ensino da controladoria ambiental nos cursos de graduação de Ciências Contábeis nas IESs brasileiras.	Sonia Maria da Silva Gomes, Mácio S. Sampaio, Tânia C. Azevedo e Guilherme Fernandes	Formação em Educação Ambiental	Quantiquali
15	2012	Revista Ambiente e Água	Efeito do uso e ocupação do solo na qualidade da água na microbacia do Córrego Banguelo Contagem.	Patrícia Procópio Pontes, Andréa Rodrigues Marques e Guilherme Fernandes Marques	Ciências Naturais	Quantitativa
16	2013	Ciência Rural	Fatores epidemiológicos do dengue na região central do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 2007- 2010.	Ivan Xavier, Gabriela Valle, Danieli Lunkes, Anderson Spohr Nedel, Vagner Anarbor, Marli Matiko Anraku Sônia de Ávila Botton, Miriam Cabrera Corvelo Delboni e Luís Antonio Sangioni	Ciências Naturais	Quantitativa

Nº	Ano	Revista	Título Português	Autores	Eixo	Delineamento da pesquisa
17	2013	Pesquisa em Educação Ambiental	O local e a pesquisa em educação ambiental: a cidade como local e contexto de ensino e ação.	Denis Barros Carvalho	Pesquisa em Educação Ambiental	Qualitativa
18	2013	Pesquisa em Educação Ambiental	Formação_inicial de professores em atividades de educação científica: explorando ambientes não formais de educação.	Cecília do Carmo Araújo, Juliana Santiado Simião ferreira, Juan Carlos Pires Faquim, Carollinny Vilas Boas dos Passos, Anna Claudia dos Santos, Herick soares de Santana, Ramilla dos Santos Braga e Gislene Lisboa de Oliveira	Formação em Educação Ambiental	Qualitativa
19	2013	Pesquisa em Educação Ambiental	As quatro_dimensões da relação homem meio ambiente.	Job Antonio Garcia Ribeiro e Osmar Cavassan	Relação Homem e Meio Ambiente	Qualitativa
10	2013	Pesquisa em Educação Ambiental	Concepções de ambiente de futuras professoras portuguesas: um estudo de caso	Marisa Monteiro Correia	Formação em Educação Ambiental	Qualitativa
21	2013	Pesquisa em Educação Ambiental	Investigando ações em educação ambiental: o programa Agrinho e as histórias de vida de seus ex-alunos.	Antonio José Radi, Cleverson Vitorio Andreoli e Valdir Fernandes	Formação em Educação Ambiental	Qualitativa
22	2013	Journal of Vegetation Science	Delimitação de espécies de plantas em uma floresta altamente diversificada na amazônica: o que vemos da mesma espécie?	Ana C.S. Gomes, Ana Andrade, Juan S. Barreto Silva, Tania B. Arguedas, Dairon C. López, Camila C. Freitas, Carla Lang, Alexandre A. Oliveira, Alvaro J. Pérez, Rolando Perez, Joao B. Silva, Alexandra M. F. Silveira, Marcel C. Vaz, Juliana Vendramini, Alberto Vicentini e Michael Palmer	Ciências Naturais	Quantitativa
23	2013	Pesquisa em Educação Ambiental	Estudantes do ensino fundamental e o meio Ambiente	Raul Calixto Flores	Educação Básica	Quantiquali
24	2013	Business Wire	PADF, Caterpillar e SPVS parceiro para proteger a biodiversidade e florestas ameaçadas no Sul do Brasil	Pan American Development Foundation (PADF)	Ciências Naturais	Quantitativa
25	2013	Pesquisa em Educação Ambiental	Percepções sobre meio ambiente e o mar por interessados em ecoturismo marinho na área de proteção ambiental marinha de armação de Búzios, estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.	Alexandre G. Pedrini, Daniel S. Brotto, Marcela C. Lopes, Luisa P. Ferreira e Natalia P. G. Lopes	Pesquisa em Educação Ambiental	Quantiquali

Nº	Ano	Revista	Título Português	Autores	Eixo	Delineamento da pesquisa
26	2013	Studies on Neotropical Fauna & Environment	Efeitos de riqueza e de borda de espécies em comunidades de morcegos de Perobas Reserva Biológica, Paraná, sul do Brasil.	Josiane Rodrigues Rocha da Silva, Henrique Ortêncio Filho e Thomas E.Lacher	Ciências Naturais	Quantitativa
27	2013	Pesquisa em Educação Ambiental	Sobre conflitos ambientais e educação ambiental.	Marco Antonio Sampaio Malagodi	Pesquisa em Educação Ambiental	Qualitativa
28	2013	Revista Latinoamericana de Psicología	Vivências de crianças no ambiente rural: aproximações e distanciamentos na educação infantil.	Juliana Bezzon da Silva e Ana Paula Soares da Silva	Educação Básica	Qualitativa
29	2013	Pesquisa em Educação Ambiental	Um curso de educação ambiental para professores da Educação Básica e a questão da contextualização do ensino como diretriz metodológica.	Danilo Seithi Katho, Natalia Vieira de Carvalho e Clarice Sumi Kawasaki	Formação em Educação Ambiental	Qualitativa
30	2014	Pesquisa em Educação Ambiental	Sobre precarização, flexibilização e intensificação do trabalho do educador ambiental: percursos na formação e na atuação profissional.	Cláudia Lino Piccinini	Formação em Educação Ambiental	Qualitativa
31	2014	Pesquisa em educação ambiental	Educação ambiental não formal: uma análise de sua importância sob a ótica de profissionais de meio ambiente atuantes na região carbonífera catarinense.	Gláucia Cardoso de Souza e Geraldo Milioli	Formação em Educação Ambiental	Quantiquali
32	2014	Pesquisa em Educação ambiental	Dimensões da realidade relacionadas ao processo educativo e à temática ambiental presentes nos manuais dos professores, referentes aos livros didáticos de biologia aprovados no PNLD 2012.	Romualdo José dos Santos e Luciano Fernandes Silva	Pesquisa em Educação Ambiental	Qualitativa
33	2014	Ambiência	Distribuição de parâmetros hidroquímicos das águas subterrâneas na região da Lagoa da Confusão TO Brasil.	Karine Beraldo Magalhães Oliveira, Fernando de Morais e Luís de Almeida Prado Bacellar	Ciências Naturais	Quantiquali
34	2014	Ambiência	Educação ambiental: da pesquisa à extensão em três escolas de ensino fundamental, Guarapuava – Paraná	Adriana Massaê Kataoka, Ana Lucia S. Affonso, Mauricio Camargo filho e João Fernando Ferrari Nogueira	Educação Básica.	Qualitativa

Nº	Ano	Revista	Título Português	Autores	Eixo	Delineamento da pesquisa
35	2014	PLoSONE	Estrutura genética e Origens de imaturos Tartarugas Hawksbill Natal em Águas Brasileiras	Maira C. Proietti, Julia Reisser, Luis Fernando Marins, Clara R. Zarate, Maria A. Marcovaldi, Danielle S. Monteiro, Charitha Pattiaratchi e Eduardo R. Secchi	Ciências Naturais	Quantitativa
36	2014	Pesquisa em Educação Ambiental	A constituição do pensamento ambiental: de Leff a Ingold bases da visão crítica?	Aline de Fátima Câmara Cooper e Maylta Brandão Santos dos Anjos	Pesquisa em Educação Ambiental	Qualitativa
37	2014	Pesquisa em Educação Ambiental.	A formação do educador ambiental em debate: uma perspectiva interdisciplinar sobre o perfil deste profissional.	Valéria Sousa Duarte, Maria do R. Knechtel, Eloisa B. Loose, Joyde G. Martinez, Livia P. Gonçalves e Renata B. Giacomitti	Formação em Educação Ambiental	Qualitativa
38	2014	Pesquisa em Educação Ambiental	As percepções de estudantes do ensino fundamental em relação às espécies exóticas e o efeito antrópico sobre o ambiente: uma análise com base nos pressupostos da <u>CTSA</u>	Mariana de Souza Proença, Eduardo Ubel Oslaj e Rossano André Dal-Farra	Educação Básica	Quantiquali
39	2014	Pesquisa em Educação Ambiental	Pesquisa em educação ambiental e políticas públicas: apontamentos e memória de um processo.	Luiz Carlos Santana	Pesquisa em Educação Ambiental	Qualitativa
40	2014	Pesquisa em Educação Ambiental	Percepção ambiental da população urbana próxima ao rio Buriti no município de São Bernardo/MA.	Enio Oliveira Ferreira de Sousa, Natilene Mesquita Brito e Ozelito Possidônio de Amarante Junior	Relação entre Homem e Meio Ambiente	Quantiquali
41	2014	InterfacEHS	Política nacional de resíduos sólidos – lei 12.305/2010 uma visão geral e sua interface com o porto de Santos.	Jamir Mendes Monteiro, Carla C. P. Gomes, Loany Sá e Thatiane Freitas de S. Furtado	Ciências Naturais	Quantiquali
42	2014	Pesquisa em Educação Ambiental	Representações sociais de um espaço florestal: o parque natural municipal da freguesia (Rio de Janeiro/RJ) como área de lazer.	Eduardo Silva de Freitas	Relação entre Homem e Meio Ambiente	Qualitativa
43	2014	Pesquisa em Educação Ambiental	Uma situação de estudo como estratégia de educação ambiental à abordagem da problemática dos riachos degradados em uma escola.	Laísa Wociechoski Cavalheiro e Toshio Nishijima	Educação Básica	Quantiquali

Fonte: Autora, 2016.

Como no quadro sinóptico 1, para analisar o quadro sinóptico 2 foi utilizada, como identificação das artigos, a numeração arábica de 1 a 43, possibilitando designar os trabalhos

de forma mais adequada. Esses trabalhos se encontram divididos por anos de publicação; revistas, eventos ou instituições no qual estão publicados; título em português; autores; eixo temático e delineamento da pesquisa.

No quadro sinóptico 2, as pesquisas estão divididas conforme os anos de publicações da seguinte forma: 2 (4,6%) pesquisas em 2009; 1 (2,3%) pesquisa em 2010; 3 (6,9%) pesquisas em 2011; 9 (20,9%) pesquisas em 2012; 14 (32,5%) pesquisas em 2013 e 14 (32,5%) pesquisas em 2014. Quanto ao eixos temáticos, criados pela autora, as pesquisas estão classificadas, assim: 15 (34,8%) pesquisas em Ciências Naturais, 7 (16,2%) pesquisas em Educação Básica, 5 (11,6%) pesquisas que tratam da Relação entre o Homem e o Meio Ambiente, 9 (20,9%) pesquisas na Formação em Educação Ambiental, 5 (11,6%) Pesquisas em Educação Ambiental e 2 (4,6%) Educação Ambiental e Agenda 21.

Na classificação por eixo é necessário esclarecer acerca do que se aborda nesses eixos, pois essa é uma forma de aproximação em relação a proposta apresentada pelas pesquisas. As pesquisas em *Ciências Naturais* tratam das questões que envolvem: a) conhecimentos nas áreas da botânica, distribuídos por temáticas em relação à Floresta Amazônica e mata Atlântica, preservação de áreas verdes urbanas, registro e coleta de espécies de plantas utilizadas pela população (trabalhos 1, 3, 7, 11, 22, 24); b) conhecimentos na área da fauna que tratam de pesquisas relacionadas aos mosquitos da dengue, com enfoque na área da saúde, às tartarugas e aos morcegos (16, 26 e 35); c) conhecimentos vinculados aos aspectos hídricos, tanto relacionados ao mar quanto aos rios (trabalhos 2, 4, 15 e 33) e d) conhecimentos na área de gestão de resíduos sólidos e dos desafios ambientais das empresas (trabalho 13 e 41).

Quanto aos trabalhos do eixo *Ciências Naturais*, a temática ambiental está citada na ênfase da sustentabilidade do planeta e da preocupação com a degradação ambiental como um todo. Esses trabalhos não tem vinculação direta com os sistemas de ensino ou com a Educação Básica. Esses trabalhos foram citados com o intuito de se observar que as produções em educação ambiental apresentam uma grande diversidade de áreas. Além disso, esses trabalhos trazem descrições de algum tipo de degradação ambiental que, para Loureiro (2010, p. 46) "é a resultante de um complexo interativo de fatores econômicos, políticos e culturais".

Os trabalhos classificados no eixo: Educação Básica abordam os estudos

desenvolvidos com estudantes no Ensino Fundamental e Médio (trabalhos 6, 12, 23, 34, 38 e 43) que discorrem acerca das temáticas: a) análise da prática docente no ensino médio em educação ambiental; b) aproximação dos conteúdos trabalhados em sala de aula com a realidade; c) representações sociais dos alunos, d) trabalho de extensão em escolas públicas; e) análise do ambiente com base nos pressupostos da CTSA (Ciência-Tecnologia-Sociedade-Ambiente), f) situação de estudos como estratégia de educação ambiental. Em relação à Educação Infantil consta uma pesquisa (trabalho 28) com enfoque nas vivências das crianças no ambiente rural.

Em relação à análise da prática docente no ensino médio em educação ambiental, o trabalho 6, de autoria de Costa (2011) tem como objetivo "analisar a prática docente em Educação Ambiental no ensino médio, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 1998". O trabalho discorre acerca da importância da formação docente em educação ambiental aos professores que atuam no ensino médio, visto que essa temática tem influências significativas na construção da cidadania dos alunos, conforme Costa (2011). A pesquisa constata que 53,57% dos professores pesquisados dizem que discutem o tema Educação Ambiental. Outro resultado dessa pesquisa diz respeito às possíveis contribuições em forma de propostas de oficinas e atividades em formação continuada de docentes na temática em educação Ambiental.

O trabalho 12, que trata da aproximação dos conteúdos trabalhados em sala de aula com a realidade, de autoria de Guimarães, Rodrigues e Malafaia (2012, p. 241) traz como objetivo "adequar um protocolo de avaliação rápida de rios (PAR) para utilização por crianças do ensino fundamental". Para a realização da pesquisa foi oferecido aos alunos, inicialmente, uma oficina de monitoramento e utilização dos equipamentos. Uma das constatações dessa pesquisa foi o relato dos alunos que afirmaram que "o instrumento desenvolvido os aproxima das questões ambientais, que a oficina de monitoramento os ajudou a compreender o instrumento e que as ilustrações facilitaram a avaliação em campo" (GUIMARÃES; RODRIGUES; MALAFAIA, 2012, p. 241).

O trabalho 23 abordou as representações sociais dos alunos, apresentando como objetivo "identificar as representações sociais (RS) de meio ambiente" (FLORES, 2013, p. 112). Este trabalho foi realizado com quatro escolas secundárias do estado de Jalisco/México, possibilitando a compreensão de que as representações são produtos do processo de socialização e que a escola contribui para a seleção, transformação e organização dos

conhecimentos cotidianos (FLORES, 2013). Uma das conclusões apontadas por Flores (2013, p. 112) diz respeito que o "estudo destaca a relação das representações sociais com as práticas específicas de educação ambiental".

O trabalho 34, de autoria de Kataoka, Affonso, Camargo Filho e Nogueira (2014, p. 399) tem como objetivo promover uma reflexão crítica acerca da temática ambiental em três escolas no município de Guarapuava/Paraná". Esse foi um trabalho de extensão em escolas públicas e trouxe como resultados a necessidade de reforçar a pesquisa em auxiliar as atividades de extensão nas universidades e promover um conhecimento mais aprofundando da realidade escolar (KATAOKA; AFFONSO; CAMARGO FILHO; NOGUEIRA, 2014, p. 407).

A pesquisa descrita no trabalho 38 trata da análise do ambiente com base nos pressupostos da CTSA (Ciência-Tecnologia-Sociedade-Ambiente), de autoria de Proença, Oslaj e Dal-Farra (2014, p. 52-53), traz como objetivo "analisar a percepção dos estudantes em relação aos possíveis prejuízos da introdução de espécies exóticas na agricultura, [...]". Esse trabalho visou, também, examinar a opinião dos estudantes em relação ao efeito antrópico e os seus reflexos sobre a biodiversidade, analisadas sob a perspectiva da CTSA. Como resultados dessa pesquisa, Proença, Oslaj e Dal-Farra (2014) destacaram que um número considerável de alunos desconhecia os possíveis prejuízos na agricultura da introdução de espécies exóticas no ambiente, implicando uma atenção redobrada no trabalho em Educação Ambiental, no ensino de Ciências.

O trabalho 43 apresenta o trabalho com situações de estudos como estratégia em educação ambiental, de autoria de Wociechoski e Nishijima (2014, p. 10) e teve como objetivo "analisar a problemática dos riachos degradados, intermediada pela Educação ambiental em uma escola". A metodologia utilizada foi o desenvolvimento de situações de estudos como vivências práticas com estudantes do ensino fundamental. Este trabalho trouxe como considerações que "a Situação de Estudo é uma estratégia significativa às abordagens de educação Ambiental nas escolas e que os trabalhos sensibilizaram os estudantes [...]" (WOCIECHOSKI; NISHIJIMA, 2013, p. 20).

As pesquisas classificadas no eixo *Formação em Educação Ambiental* (trabalhos 9, 14, 18, 20, 21, 29, 30, 31 e 37) discorrem acerca de temáticas que envolvem: a) as políticas de formação em educação ambiental, b) proposta de ensino para cursos de graduação em

Ciências Contábeis; c) a formação inicial de professores em ambientes não formais de educação; d) as concepções de ambiente de futuros professores; e) a identificação das contribuições de programas com ações voltadas para a educação ambiental; f) a análise de um curso de educação ambiental para professores da Educação Básica e g) a análise da trajetória profissional de educadores ambientais.

O trabalho 9, de autoria de Pequeno (2012, p. 9) teve como objetivo "analisar em que medida a política de Formação Continuada em Educação Ambiental proposto pelo programa *Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas*, [...] contribuiu para a institucionalização da educação Ambiental no contexto da Educação Básica". Este trabalho buscou, também, "verificar os impactos dessa formação para a promoção do cuidado na escola" (PEQUENO, 2012, p. 9). Como resultados a autora indicou que esse programa de formação pouco contribuiu para a institucionalização da Educação Ambiental na escola, por outro lado, foi possível perceber indícios da presença da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico das escolas e em ações como projetos.

O trabalho 14, de autoria de Gomes, Sampaio, Azevedo e Marques (2012, p. 177) traz como objetivo "apresentar uma proposta de ensino da Controladoria Ambiental nos Cursos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras". Esse trabalho busca a proposta de inserir a temática da educação ambiental de forma interdisciplinar, considerando que os estudantes de graduação serão os responsáveis pelos tomadas de decisões corporativas. Os autores perceberam que a forma atual de abordagem da Educação Ambiental nos cursos de graduação de Contabilidade é fragmentada em disciplinas.

O trabalho 18 buscou como objetivo "utilizar a prática científica para testar a eficiência de ambientes não formais de educação na formação de acadêmicos em licenciatura em Ciências Biológicas" (ARAUJO; FERREIRA; FAQUIM; PASSOS; SANTOS; SANTANA; BRAGA; OLIVEIRA, 2013, p. 97). Para a realização desse trabalho foi organizada uma capacitação dos acadêmicos, sob forma de uma trilha interpretativa de educação ambiental. Como resultado, Araújo, Ferreira, Faquim, Passos, Santos, Santana, Braga e Oliveira (2013) descreve que a proposta de capacitação foi eficiente e possibilitou o aumento no conhecimento dos estudantes, constatado no pós-teste.

Quanto às concepções de ambiente de futuros professores, o trabalho 20, de autoria de Correia (2013, p. 87) teve como objetivo "analisar as concepções de ambiente de um grupo de

32 estudantes que frequentavam um curso de formação de professores numa instituição de ensino superior portuguesa". A coleta de informações foi realizada por meio de uma questão aberta em que os participantes deveriam escrever o que entendiam por ambiente. A autora constatou com esse trabalho que a maioria dos estudantes "apresentam concepções que refletem a ideia de ambiente como um objeto e não como a relação entre o mundo natural e os sistemas sociais [...]" (CORREIA, 2013, p. 94).

O trabalho 21 discorre acerca da identificação das contribuições de programas com ações voltadas para a educação ambiental, de autoria de Radi, Andreoli e Fernandes (2013, p. 125) que tem como objetivo "caracterizar e identificar as contribuições do Programa Agrinho em suas ações voltadas para a educação ambiental". Como coleta de dados foi utilizada as histórias de vida e entrevistas semiestruturadas com ex-alunos maiores de 18 anos. Como resultados desse trabalho Radi, Andreoli e Fernandes (2013) destacaram que os ex-alunos tiveram poucas lembranças do programa em si, porém os assuntos ligados ao meio ambiente os ex-alunos estão cientes das questões que envolvem essa temática.

Quanto a análise de um curso de educação ambiental para professores da Educação Básica, o trabalho 29 de autoria de Kato, Carvalho e Kawasaki (2013, p. 76) traz como objetivo "identificar e analisar as concepções de contextualização do ensino (CE) presentes em um curso de educação ambiental voltado para professores da Educação Básica [...]". A pesquisa fez, também, a avaliação do projeto pedagógico desse curso e das sequências didáticas produzidas pelos professores participantes, analisando os textos relacionados ao curso. Como resultados esse trabalho demonstrou que o projeto pedagógico do curso propôs a Contextualização do Ensino (CE). No entanto as sequências didáticas produzidas pelos professores apresentam concepções de CE voltadas ao cotidiano dos alunos.

O trabalho 30, produzido por Piccinini (2014, p. 67) apresenta como objetivo "analisar trajetórias profissionais e de formação inicial e continuada a partir de narrativas baseadas nas memórias de profissionais de educação ambiental". Como resultados a autora constatou que existem diversas mudanças no tipo de trabalho realizado por esses profissionais que, em alguns casos deriva o "acúmulo de funções com a intensificação das jornadas de trabalho, precarização e flexibilização das relações de trabalho, dentre outras" (PICCININI, 2014, p. 78).

O trabalho 31, de autoria de Souza e Milioli (2014, p. 83) tem como objetivo

"investigar qual a importância atribuída a educação ambiental pelo profissional da engenharia ambiental nas suas atividades cotidianas". O trabalho foi realizado com entrevistas aos egressos do curso de engenharia ambiental e trouxe como resultados que "a grande maioria dos entrevistados a emprega em suas atividades cotidianas com frequência, seja atrelado aos processos de licenciamento ou à gestão ambiental" (SOUZA; MILIOI, 2014, p. 94).

O trabalho 37 apresenta as discussões da pesquisa de autoria de Sousa, Knechtel, Loose, Martinez, Gonçalves e Giacomitti (2014, p. 98) que traz como objetivo "discutir a necessidade e o público da formação de educadores ambientais". A proposta desse trabalho está organizada numa revisão de literatura acerca dos "significados da crítica ao profissionalismo, da importância da criatividade no processo educativo e de diferentes abordagens sobre a educação ambiental" (SOUSA; KNECHTEL; LOOSE; MARTINEZ; GONÇALVES; GIACOMITTI, 2014, p. 100).

No eixo *Relação entre Homem e Meio Ambiente* as pesquisas (trabalhos 5, 19, 40 e 42) tratam de temáticas que envolvem: a) o uso público de Reservas Particulares do Patrimônio Natural; b) as quatro dimensões da relação homem meio ambiente; c) as percepções ambientais de populações ribeirinhas e d) a representação social de parques Municipais/famílias como área de lazer.

O trabalho 5, de autoria de Oliveira, Souza e Pires (2011, p. 132) buscou a "análise exploratória sobre o estado atual das RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural) e da identificação da ocorrência de atividades de uso público (ecoturismo, pesquisa e/ou de educação ambiental, bem como o fomento à interação das comunidades de entorno) nestas reservas/UCs (Unidades de Conservação)". Para os autores, uma das constatações foi que as RPPNs podem realizar atividades de turismo aliadas a educação ambiental, a melhoria de renda e condições de trabalho para as comunidades locais.

Ao tratar das quatro dimensões do homem com o meio ambiente, o trabalho 19 apresenta um ensaio teórico, trazendo contribuições para a temática ambiental para as "discussões a respeito da relação entre o homem e o meio ambiente" (RIBEIRO; CAVASSAN, 2013, p. 11). As quatro dimensões, citadas pelos autores, são: a filogenética, a ontogenética, a sociogenética e a microgenética, pautadas nos trabalhos de Vygotsky e Yifu Tuan. Ribeiro e Cavassan (2013, p. 28) apresentam como constatação que o conceito de meio ambiente pode ser compreendido como uma "esfera abstrata, construída individualmente no

intercambio sociocultural".

O trabalho 40, de autoria de Sousa, Brito e Amarante Júnior (2014, p. 37) apresenta como objetivo "avaliar a percepção ambiental da população que vive mais próxima ao rio". Para a realização desse trabalho foram aplicados questionários que trouxeram como resultados que os participantes apresentam uma percepção ambiental adequada, o que surpreendeu os pesquisadores e que estes apontaram causa e soluções coerentes para a questão ambiental.

Quanto à representação social de parques municipais/famílias como área de lazer, o trabalho 42, de autoria de Freitas (2014, p. 23) buscou "identificar a representação social do Parque Natural Municipal da Freguesia, [...] a partir do discurso de um dos seus mais importantes grupos usuários, os Amigos do Bosque". Esse trabalho como metodologia a proposta de Lefèvre, dedica a utilização da análise do discurso do sujeito coletivo. Como resultados, Freitas (2014) destacou que as representações sociais do Bosque foram divididas em cinco ideias centrais: patrimônio público, refúgio, relações humanas, ambiente natural e área de lazer. E nesse sentido, o autor constatou que a "educação ambiental torna-se imprescindível, configurando-se em uma poderosa ferramenta de cidadania" (FREITAS, 2014, p. 34).

O eixo *Pesquisa em Educação Ambiental* apresenta as pesquisas (trabalhos 10, 17, 25, 27, 32 36 e 39) que abordam as temáticas acerca: a) a cidade como local nas pesquisas em educação ambiental; b) percepções sobre o meio ambiente e o mar por interessados em ecoturismo; c) a relação entre conflitos ambientais e a educação ambiental; d) dimensões da realidade relacionadas à temática ambiental dos manuais de biologia; e) dos pressupostos teóricos de Tim Ingol nos apontamentos de Enrique Leff; f) pesquisas em educação ambiental e as políticas públicas.

O trabalho 17, de autoria de Carvalho (2013, p. 45) traz como objetivo "investigar como as dissertações e teses abordam a educação Ambiental em âmbito municipal, relacionando as cidades estudadas com os locais de produção [...], analisando a endogenia e a exogenia desses trabalhos [...]". O trabalho apresentou critérios de seleção para as pesquisas, constatando que "todas as regiões, com exceção da Norte, possuem produções produção (teses mais dissertações) endopoética maior do que exopoética" (CARVALHO, 2013, p. 45).

O trabalho 25, de autoria de Pedrini, Brotto, Lopes, Ferreira e Lopes (2013, p. 59) busca a "avaliação dos conceitos de meio ambiente e ambiente marinho de atores sociais

envolvidos com Armação de Búzios". Para este trabalho foi utilizado o questionário para coletar as informações, constatando que, conforme os autores, "é urgente a implantação de programas de informação e de educação Ambiental, direcionados a todos os segmentos sociais locais" (PEDRINI; BROTTO; LOPES; FERREIRA; LOPES, 2013, p. 73).

Quanto a relação entre conflitos ambientais e a educação ambiental, o trabalho 27 se propõe a discutir algumas possibilidades de abordagem dos conflitos ambientais a partir de uma educação ambiental crítica. Para Malagodi (2013, p. 31), os conflitos ambientais são embates sociais, apresentando três diferentes visões sobre esses conflitos, trazendo "uma delas como a mais próxima da vertente da educação ambiental crítica", visando promover uma reflexão sobre democracia e política. O autor encerra o trabalho com sugestões de materiais e fontes de informação para aprofundamento.

O trabalho 36, de autoria de Cooper e Anjos (2014, p. 133) traz como objetivo "articular pressupostos teóricos levantados por Tim Ingold a apontamentos de Enrique Leff, com o intento de se configurar uma linha de pensamento ambiental com bases críticas mais integradas". As autoras discorrem acerca das proposições apresentadas pelos teóricos que rompem com as visões fragmentadas das questões ambientais. Para Cooper e Anjos (2014, p. 143), esses teóricos "recuperam questões, centrando luz na essencialidade humana, no conceito de ambiente e nas mediações sociais [...]".

O trabalho 39 busca "fazer um registro sobre os movimentos da reflexão empreendida pelos pesquisadores participantes do grupo de Discussão de Pesquisa (GDP) sobre as pesquisas em educação ambiental e as políticas públicas, ocorrido durante o VII EPEA (Julho de 2013)" (SANTANA, 2014, p. 156). O trabalho foi produzido a partir de 21 trabalhos inscritos nesse grupo de discussão, em que foram analisados em dois focos: os entendimentos de educação ambiental e os entendimentos de políticas públicas.

Nas pesquisas recentes em educação ambiental, presentes no quadro sinóptico 2, foi possível perceber a variedade de abordagens acerca da educação ambiental nas publicações. Essa variedade de abordagens mostra a necessidade de aprofundar as reflexões nessa temática, pois parece que, num momento todos falam da mesma educação ambiental e, em outro momento, parece que se fala de aspectos totalmente diferentes. Esses trabalhos trouxeram possibilidades de reflexão acerca da temática ambiental e de compreensão dos discursos utilizados nessa temática, promovendo uma ampliação da visão desse tema.

2.3 Síntese dos estudos nas áreas da Gestão Escolar e Educação Ambiental

A gestão escolar vem sendo estudada por diversos pesquisadores com o intuito de buscar identificar aspectos que possam promover a melhoria na qualidade de ensino. Na legislação educacional brasileira, a gestão escolar está vinculada a uma visão democrática e participativa, com o foco na responsabilidade, cooperação e comprometimento com a tomada de decisão coletiva. Esse processo de ser democrático passa por reflexões que descrevem a necessidade de conhecer o contexto social, político e econômico para promover as mudanças sociais.

Enquanto processo participativo, o enfoque vai além da gestão educacional, conforme citado na legislação educacional, pois busca desenvolver nos atores sociais habilidades que promovam a autonomia, a responsabilidade, a solidariedade, o compromisso e a participação efetiva nos contextos sociais, além da escola. As transformações sociais, tecnológicas e ambientais clamam por um sujeito ativo, que esteja consciente de seu papel no coletivo social, bem como consiga se posicionar perante as situações problema com uma postura reflexiva e crítica.

As pesquisas em gestão escolar trazem diversas abordagens, envolvendo: análises de políticas e programas de governo acerca desse tema, relato de modelos de gestão adotados por instituições de ensino em diversas modalidades e níveis educacionais, discussões acerca do processo de gestão com autonomia e participação, reflexões acerca do papel do diretor na gestão das instituições escolares, a importância do desenvolvimento da habilidade de liderança nos atores da comunidade escolar e os reflexos dos modelos de gestão na qualidade do ensino e da educação.

Os estudos em educação ambiental buscam desencadear um processo reflexivo de conscientização acerca das relações entre ser humano e meio ambiente. Essa conscientização busca amenizar as interferências do ser humano nas questões ambientais, de forma a sinalizar que as distâncias geográficas influenciam, diretamente, na problemática ambiental em relação à poluição, ao descarte dos dejetos e ao uso discriminado dos recursos naturais.

Dessa forma, a compreensão da relação do ser humano com o ambiente deve ser discutida e refletida na educação, como consta na legislação educacional brasileira. As pesquisas em educação ambiental trazem essas preocupações, desde os estudos mais pontuais em relação aos aspectos de fauna e flora do ambiente natural até os estudos que tratam das

problemáticas ambientais, envolvendo: a formação de educadores ambientais, a formação inicial e continuada de docentes para tratar das questões ambientais, a formação dos estudantes da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino superior em relação à promoção da sensibilização para as questões ambientais e o conhecimento acerca dos movimentos sociais e representações sociais relacionados as questões de conflitos e debates ambientais.

As pesquisas em educação ambiental, também, buscam compreender as repercussões do desenvolvimento das ciências e das tecnologias na sociedade e no ambiente. Por meio dessas pesquisas, se percebeu uma crescente inquietação em promover uma educação mais crítica que possibilite instrumentalizar o ser humano com informações que lhe auxiliem a refletir acerca de suas responsabilidades para com o coletivo no ambiente local e global.

Nesse sentido, a educação escolar influencia, diretamente, a forma como os estudantes da Educação Básica pensam, compreendem e se posicionam frente aos desafios sociais e ambientais contemporâneos, desencadeando uma mudança, também, na escola. Dessa forma, a gestão escolar ocupa um papel importante nesse processo de mudança, justificando assim a necessidade de identificar a compreensão que os diretores das escolas estaduais têm acerca desse papel e da educação ambiental, pois por meio de suas ações as escolas desenvolvem o processo de tomada de decisão. Essa tomada de decisão na escola visa o processo de participação coletiva e o comprometimento com o bem comum, refletindo, assim, como a gestão escolar deveria conduzir sua prática no cotidiano.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo está organizado de modo a apresentar a classificação e o local da pesquisa, os sujeitos participantes da pesquisa, os instrumentos utilizados, a forma como os dados foram coletados e a análise das informações.

3.1 Classificação da pesquisa

A pesquisa seguiu os contornos de abordagem quali-quantitativa, sendo que essa possibilita utilizar procedimentos qualitativos e quantitativos por meio da integração desses dados (DEMO, 2014; CHEMIN, 2012; DIEHL; TATIM, 2004; MARCONI; LAKATOS, 2010). A dimensão quantitativa da pesquisa está relacionada às "condições objetivas historicamente dadas" (DEMO, 2014, p. 95) que apresentam as questões de identificação dos pesquisados, considerando: gênero, idade, formação, tempo de atuação na gestão, entre outros.

E a dimensão qualitativa busca delinear a complexidade de determinado problema, buscando compreender e interpretar os processos vividos por grupos sociais (DIEHL; TATIM, 2004; DIAS; SILVA, 2010; FIGUEIREDO; SOUZA, 2011). Nesse sentido, Creswell (2010) destaca que as razões para combinação de dados quantitativos e qualitativos, podem ser descritas como: a busca pela melhor compreensão do problema de pesquisa, por meio da triangulação dos dados numéricos quantitativos com os detalhes qualitativos e permitindo a exploração das concepções dos participantes com a intenção de ampliar essas visões para que possam ser exploradas numa grande quantidade de uma população.

Essa pesquisa também se caracteriza como descritiva e exploratória, sendo as mais utilizadas nas pesquisas sociais. As pesquisas descritivas têm como principal objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário (CHEMIN, 2012). Já a exploratória visa a proporcionar uma "visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato" (GIL, 2012, p. 27-28) e envolve revisão de literatura. O estudo exploratório, também busca a documentação como forma primária de coleta de dados.

Esta pesquisa ainda se classifica como bibliográfica e de levantamento ou *survey*. A pesquisa bibliográfica se caracteriza por realizar a revisão teórica, que compõem a maioria das teses e dissertações, tendo como propósito fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema. A pesquisa de levantamento ou *survey* visa a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas, mediante análise quantitativa (CHEMIN, 2012; GIL, 2010; DIEHL; TATIM, 2004; FIGUEIREDO; SOUZA, 2011).

3.2 Local da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida a partir de respostas fornecidas pelos diretores das escolas estaduais pertencentes a 3ª Coordenadoria Regional de Educação, localizada no Vale do Taquari, região composta por 37 municípios no estado do Rio Grande do Sul. A 3ª Coordenadoria possui sob sua responsabilidade 92 escolas estaduais, que receberam o questionário, via email, sendo que neste trabalho constam as informações de 52 escolas que responderam a essa solicitação.

O Vale do Taquari está localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, com 4.821,1 Km² de área (1,71% da área do estado) e 327.822 habitantes (3,07% do estado – Censo demográfico 2010). A região se situa às margens do rio Taquari e afluentes (BDR, 2014). Para conhecer o contexto dessa região, é importante apresentar dados acerca dos municípios no qual os diretores responderam ao questionário. Sendo que segundo Gil (2006, p. 150), "a descoberta do universo vivido pela população implica compreender numa perspectiva interna, o ponto de vista dos indivíduos e dos grupos acerca das situações que vivem".

O Vale do Taquari é formado por 37 municípios, predominando a colonização alemã e italiana, seguindo da colonização lusa portuguesa. Esses municípios se encontram organizados em seis microrregiões, são elas: a Microrregião Leste, com os municípios Dois Lajeados, Vespasiano Correa, Muçum, Roca Sales, Encantado, Nova Bréscia e Coqueiro baixo; a Microrregião Centro, com os municípios - Imigrante, Westfália, Poço das Antas, Paverama, Teutônia, Colinas; a Microrregião de Sul, com os municípios - Estrela, Fazenda Villa Nova, Bom Retiro do Sul, Tabaí e Taquari; a Microrregião Centro Oeste, com os municípios - Capitão, Arroio do Meio, Lajeado, Forquetinha, Canudos do Vale, Sério, Santa Clara do Sul, Mato Leitão e Cruzeiro do Sul; a Microrregião Oeste, com os municípios - Marques de Souza, Travesseiro, Progresso e Pouso Novo e a Microrregião Norte, com os municípios - Arvorezinha, Ilópolis, Anta Gorda, Putinga, Relvado e Doutor Ricardo.

3.3 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos participantes da pesquisa foram os diretores das escolas estaduais localizadas nos municípios de abrangência da 3ª Coordenadoria Regional de Educação do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil. Essa coordenadoria é responsável por 92 escolas estaduais, distribuídas em 37 municípios que compõem o Vale do Taquari, onde está inserido o Centro Universitário UNIVATES.

Deste total de escolas foram computados 52 questionários respondidos pelos diretores das escolas, representando, aproximadamente, 56,5% das escolas estaduais, sob a tutela da 3ª Coordenadoria Regional de Educação do Vale do Taquari-RS. Os diretores serão indicados pela letra "D" seguida de um número de 1 a 52, observando o cuidado em não identificar os respondentes.

3.4 Instrumento de Pesquisa

O instrumento de pesquisa escolhido pela pesquisadora foi o questionário, pois este instrumento melhor combinou para realizar a coleta das informações que possibilitaram conhecer o contexto da gestão escolar nas escolas estaduais, sob a organização da 3ª. CRE - RS. O questionário é definido por um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado (GIL, 2012; MARCONI; LAKATOS, 2010; FIGUEIREDO; SOUZA, 2010).

Para esses autores, ainda, este instrumento possibilita a coleta de dados em maior quantidade, considerando como vantagens a economia de tempo; permite atingir um maior número de pessoas simultaneamente e oportuniza mais tempo para responder, com horário mais favorável.

Esse questionário foi constituído por questões fechadas e abertas, sendo que algumas das questões fechadas foram organizadas utilizando a escala Likert. A escala Likert se baseia na de Thurstone que, segundo Gil (2012, p. 142) "constitui a primeira experiência de mensuração de atitudes com base numa escala de intervalos" que vão de 1 a 5. Nesse sentido, a utilização dessa escala possibilitou identificar a compreensão que os diretores das escolas estaduais têm sobre a educação ambiental e reconhecer a relevância que os gestores das escolas estaduais atribuem à educação ambiental.

Tanto o questionário como a escala Likert passaram pela aplicação de um pré-teste, buscando a validação e compreensão desses instrumentos, sendo que somente a partir daí "é que tais instrumentos estarão validados para o levantamento" (GIL, 2010, p. 107). A realização do pré-teste visou à avaliação dos instrumentos (GIL, 2010), ou seja, a proposta é de perceber se existem clareza e precisão dos termos, se a quantidade de perguntas está respeitando o limite de tempo, se as formas das perguntas e a ordem das mesmas estão adequadas e se a introdução está formulada com todas as informações necessárias para explicar a proposta do trabalho. Após a aplicação e análise do questionário e da escala Likert, como pré-teste, foram observadas mudanças na elaboração e envio das questões.

Para o pré-teste foram organizados vinte envelopes, contendo um questionário e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C), para serem enviados aos diretores das escolas estaduais. Esse material foi entregue à pessoa que coordena o setor de Educação Ambiental da 3ª. CRE/RS, que ficou responsável por enviá-los via malote. Como essa coordenadoria é responsável por noventa e duas escolas estaduais foi solicitada a escolha aleatória dos diretores. Dos vinte envelopes enviados retornaram dezesseis para serem analisados. Esse material foi compilado e analisado, demonstrando um conhecimento prévio de como os diretores compreendem o papel da gestão escolar e a educação ambiental.

3.5 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio do contato com a responsável pelo setor de

educação ambiental da 3ª Coordenadoria Regional de Educação que realizou uma reunião com a pesquisadora e a coordenadora adjunta para apresentar a proposta de pesquisa. Neste encontro foi entregue uma cópia do projeto de pesquisa e a carta de apresentação da pesquisadora, sendo que dessa forma foi dada a autorização para a realização dessa pesquisa (APÊNDICE A).

Por meio da aplicação do pré-teste o questionário foi reelaborado e modificado. A primeira modificação foi a forma de envio deste aos diretores. O novo questionário, também apresentou o registro do consentimento e identificação dos participantes e passou a ser organizado no *Google Drive*, considerando a ampliação do número de respondentes (os noventa e dois diretores) e a ampliação do número de questões referentes às temáticas da gestão escolar e da educação ambiental (APÊNDICE B). Na temática de gestão escolar foram encaminhadas cinco questões, sendo duas objetivas e três dissertativas. Para a temática de educação ambiental foram apresentadas nove questões objetivas e duas dissertativas.

A escala Lickert não foi encaminhada separadamente do questionário, pois essa foi incorporada no questionário identificando assim as questões objetivas, que se configuraram com esse tipo de coleta de informações, pois trazem uma ideia de grau de importância para cada item. Essas modificações estão mais detalhadas no próximo item deste trabalho. Os dados coletados pelo questionário foram tabulados utilizando-se a planilha *Excel*.

3.6 Análise dos dados

As informações trazidas pelos questionários foram examinadas, por meio do conteúdo das informações, considerando a metodologia de "análise de conteúdo", que é conceituada por Bardin (2012, p. 42), como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos à condições de produção/reprodução [...] destas mensagens.

Neste sentido, foram observadas a descrição e a análise dos conteúdos das mensagens dos sujeitos, procurando ser fiel aos dados coletados e à essência do tema em análise, bem como desvelar os fatores interferentes no fenômeno. Para Knechtel (2014, p. 174) essa análise pode ser

[...] realizada por 2 eixos. O vertical é representado pela transcrição das "falas" dos entrevistados, que permitem a elaboração de quadros. Já no eixo horizontal são identificados os pontos de confluência da totalidade dos questionários [...], na tentativa de interpretar, de forma subjetiva e objetiva [...], o discurso de cada um deles.

Assim, as informações foram constituídas em categorias para a análise, ou seja, "classificação segundo categorias (análise categorial)" (KNECHTEL, 2014, p. 175), se configurando em evidência no enfoque da compreensão do papel da gestão escolar e da educação ambiental. O objetivo da análise de conteúdo "é compreender criticamente o sentido das falas dos sujeitos, seu conteúdo manifesto ou latente, suas significações explícitas ou ocultas" (KNECHTEL, 2014, p. 174/175).

A organização dos dados passou pelas etapas descritas por Diehl e Tatim (2004, p. 85-86), considerando

[...] o processo de organização dos dados pode ser resumido em etapas: seleção (verificação detalhada dos dados coletados); classificação (ordenação dos dados, de acordo com determinado critério, os quais orientam sua divisão em classes ou categorias); codificação (atribui-se um nome conceitual às categorias); representação (apresentação dos dados de forma que se facilite o processo de interrelação entre eles).

A análise dos questionários permitiu discutir aspectos relacionados tanto à gestão escolar quanto à descrição do contexto de identificação, formação dos gestores e do tempo de formação e de atuação destes. Foi possível, também, identificar a compreensão dos diretores em relação à gestão educacional como um todo, sendo apresentada por duas questões, uma dissertativa e outra objetiva. E, por fim, foi observado como é percebida a concepção de educação ambiental, distribuída em três questões de múltipla escolha e dissertativas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse capítulo constam as informações dos questionários respondidos, acompanhados pelas discussões desenvolvidas, organizados em três blocos. O *Bloco I - Identificação* apresenta os seguintes dados: nome, escola/instituição, a formação em graduação, pósgraduação — especialização (*latu sensu*), mestrado e doutorado (*stricto sensu*); situação profissional em relação ao tempo de atuação na docência, identificação do nível e tempo de atuação na direção ou gestão escolar; se realizou formação específica para atuar na Direção Escolar; idade e gênero.

O Bloco II – Função / Compreensão da gestão Escolar faz alusão à função e compreensão que os gestores possuem acerca da gestão escolar e está organizado em 5 questões: a) a administração dos recursos econômicos, físicos e humanos da escola; b) ao acompanhamento do trabalho pedagógico dos docentes; c) a integração entre os sujeitos da escola; d) à formação continuada dos docentes da escola; e) ao relacionamento com a comunidade escolar – pais/famílias, alunos, funcionários, professores. Nesse bloco se encontram as informações referentes às ações desempenhadas pela gestão escolar, bem como suas principais dificuldades e facilidades. Também constam as indicações de temáticas que, na ótica dos gestores, precisam ser mais estudadas.

O Bloco III – Educação Ambiental na escola e o papel da gestão escolar corresponde a como a Educação Ambiental é desenvolvida na escola e a relação com o papel da gestão escolar. Esse bloco está organizado em 9 questões que se subdividem, conforme a opção escolhida. As questões versam acerca da visão dos gestores e do grau de importância que estes indicam para a educação ambiental, em relação: a) aos principais objetivos da educação

ambiental desenvolvidos na escola; b) à participação do gestor escolar em formação específica em educação ambiental, descrevendo a formação, carga horária, local e autores trabalhados; c) à presença da educação ambiental nas atividades da gestão escolar; d) à iniciativa para a realização de ações em educação ambiental; e) aos sujeitos envolvidos nas ações em educação ambiental; f) aos temas em educação ambiental trabalhados na escola e os sujeitos envolvidos; g) à forma de atuação da gestão escolar na formação continuada de docentes em educação ambiental; h) às dificuldades enfrentadas pela gestão escolar ao desenvolver a educação ambiental na escola; i) à definição que a gestão escolar dá para a educação ambiental desenvolvida na escola; j) à visão e / ou planejamento da escola para os próximos três anos em educação ambiental.

Considerando a necessidade de organizar, sintetizar e analisar as informações desses três blocos, a seguir são apresentados os principais aspectos dos questionários que auxiliam na compreensão dos dados obtidos.

4.1 Identificação do contexto

Quanto ao aspecto da identificação dos participantes da pesquisa, os respondentes estão divididos em 90,4% do sexo feminino e 9,6% do sexo masculino, correspondendo a 5 homens e 47 mulheres, totalizando 52 pessoas que ocupam o cargo de diretores das escolas estaduais pertencentes a 3ª CRE, localizadas no Vale do Taquari, RS. Considerando que nessa região se encontra o total de 92 escolas estaduais, o valor de 52 questionários respondidos representa, aproximadamente, 56,5% dos diretores das escolas estaduais.

A faixa etária dos diretores respondentes varia entre 31 e 65 anos de idade, sendo distribuída conforme a Tabela 1:

Tabela 1 – Faixa Etária dos Diretores

Idade	Nº de respondentes
31 – 40	8 (15,3%)
41 – 50	23 (44,2%)
51 – 60	19 (36,6%)
61 – 70	2 (3,8%)
Total	52

Fonte: Autora, 2016.

Em relação à faixa etária dos respondentes é possível perceber que 80,8% dos diretores têm mais de 40 anos de idade, ou seja, este é um grupo de profissionais que se pode afirmar possuir uma experiência de vida significativa. Cerca de, 44,2% do grupo se encontra entre 41 e 50 anos, totalizando assim um percentual significativo. Nesse sentido, ao refletir acerca da experiência de vida desse grupo, se pode observar que essas pessoas vivenciaram situações com diversas mudanças econômicas e sociais no âmbito do desenvolvimento de nosso país e, isso é relevante ao pensar na educação de forma geral.

Considerando as mudanças ocorridas na sociedade nas últimas décadas, a educação também recebe essas mudanças, exigindo da gestão escolar e demais sujeitos, uma mudança de paradigma. Assim, "a educação, no contexto escolar, se complexifica e exige esforços redobrados e maior organização do trabalho educacional [...]" (LÜCK, 2000, p. 12). Lück (2000) alerta, ainda que, essa mudança de paradigma traz uma forte tendência à utilização de concepções e práticas mais participativas, exigindo de seus gestores uma postura mais dinâmica e consciente da necessidade do envolvimento de todos.

No Gráfico 1 contam as informações relacionadas a formação em nível de graduação dos diretores participantes da pesquisa.

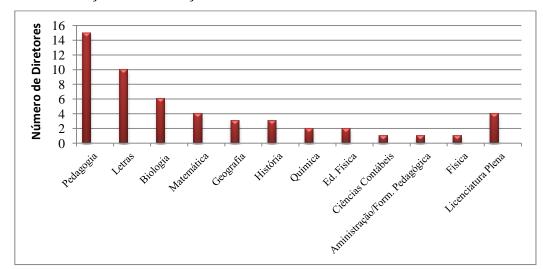


Gráfico 1 – Formação em Graduação

Fonte: Autora, 2016.

Nesse sentido, dos respondentes que especificaram suas formações em nível de graduação, chamou a atenção que no grupo tem dois diretores que não possuem formação em licenciatura, como formação inicial, sendo que, desses dois, um buscou uma formação pedagógica em Matemática como complementação e titulação em licenciatura. E, conforme

observação no questionário, o outro diretor iniciou sua carreira na docência em cursos técnicos que, na época, não exigiam uma formação pedagógica como pré-requisito para contratação. Nesse sentido, atualmente a formação pedagógica é uma das exigências para atuar na educação considerando que a LDBEN nº. 9.394/96 determina

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sidos formados em cursos reconhecidos, são: [...] III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim (BRASIL, 2016, p. 21).

Nesse grupo, ainda tem-se apenas 28,8% com formação em Pedagogia, sendo os demais, aproximadamente 71,2%, são formados em outras áreas, sendo que desse total, apenas 59,7% declararam formação em licenciatura. Considerando que a LDBEN nº 9.394/96 cita no artigo 64 que: "a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a Educação Básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia [...]" (BRASIL, 2016, p. 27). O artigo 64 traz uma informação que, em muitos casos, não está de acordo com o contexto educacional atual.

No Gráfico 2 contam as informações relacionadas à formação em nível de pósgraduação especialização (*latu sensu*) dos diretores participantes da pesquisa.

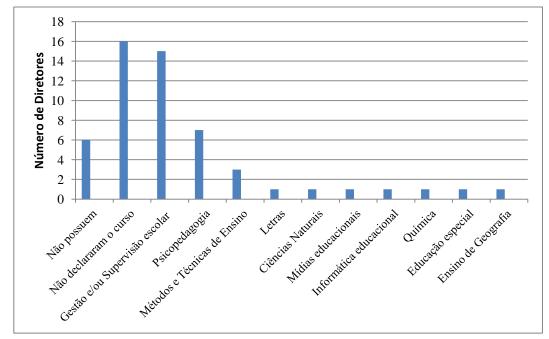


Gráfico 2 – Formação em Pós-Graduação Especialização (*latu sensu*)

Fonte: Autora, 2016.

Dos 52 respondentes, 11,5% dos diretores não possuem formação em nível de pósgraduação, porém esse é um percentual baixo comparado com a formação de 88,5% dos respondentes. As formações indicadas são as mais variadas possíveis e, apenas, 32,6% dos 46 diretores que fizeram formação nesse nível, correspondem a uma formação voltada à função exercida na gestão escolar. Nesse sentido, de acordo com Schneckenberg (2009, p. 116) a formação do diretor visa a "uma característica de atuação que pretende organizar, mobilizar e articular condições materiais e humanas necessárias para efetivar o avanço dos processos sócio-político-educacionais da instituição escolar".

No Gráfico 3 contam as informações relacionadas à formação em nível de pósgraduação *stricto sensu* dos diretores participantes da pesquisa.

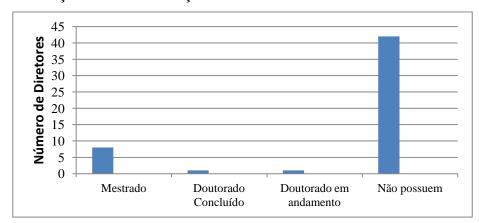


Gráfico 3 – Formação em Pós-Graduação stricto sensu

Fonte: Autora, 2016.

Dos 52 respondentes, apenas 10 (19,1%) desenvolveram habilidade de pesquisador, por meio dessas formações, o que representa, teoricamente falando, um grupo de profissionais com experiência no ensino e na pesquisa, podendo supor um profissional que possa fomentar essas habilidades em sua comunidade escolar. Conforme Schneckenenberg (2009, p. 116), a gestão escolar ainda aguarda um diretor que apresente como habilidades "uma liderança clara e competente, de um marco teórico metodológico de vanguarda e de um esforço de superação progressiva dos desafios ou dificuldades cotidianas".

Tabela 2 – Tempo de Atuação (anos) na Docência

Anos de atuação	Nº de respondentes e %
1 - 15	17 (33%)
16 - 30	26 (50%)
31 - 45	08 (15,1%)
Não declarou	01 (1,9)
Total	52

Fonte: Autora, 2016.

Os anos de atuação, indicados pelos respondentes na tabela 2, revelam que a maioria, ou seja, 65,1% do grupo apresentam mais de 16 anos de experiência na docência na Educação Básica. Isso demonstra que esse grupo traz uma grande experiência na função da docência. No entanto, a função de gestão traz uma necessidade de transformação desse sujeito de docente para diretor. Gonçalves (2010, p. 82) destaca que é preciso que "o diretor da escola se transforme no gestor escolar, consciente de seu papel mobilizador de esforços e recursos, em torno, não só da aprendizagem dos alunos, mas da autonomia e da democratização das práticas escolares".

Ao constatar o tempo de atuação na gestão escolar, por um lado, foi possível perceber que os gestores possuem experiências que variam de menos de 1 ano até 30 anos como gestores escolares. Isso nos mostra que existe um grande disparidade no grupo. A organização dessas informações consta na Tabela 3.

Tabela 3 – Tempo de Atuação na Direção Escolar

Anos de atuação	Nº de respondentes e %
0 - 10	39 (75%)
11 - 20	11 (21,2%)
21 - 30	02 (3,8%)
Total	52

Fonte: Autora, 2016.

Por outro lado, o tempo de atuação na direção escolar mostra que 75% dos respondentes possuem até 10 anos de experiência. Cabe salientar que a função de direção de escola pode ser vista por uma complexidade de enfoques, demonstrando um papel transitório entre a docência e a gestão. Conforme Junquilho, Almeida e Silva (2012, p. 348) "o fato de os diretores escolares eleitos ou, [...], indicados pelos órgãos centrais, serem docentes que assumem esse 'lugar' [...] por um tempo determinado e sofrem o dilema de estarem diretores de seu ambiente de trabalho [...]".

Quando os diretores foram questionados acerca da realização de formação específica para atuar na gestão escolar, os respondentes declararam que: 37 (71,1%) realizaram formação e 15 (28,9%) não. Nesse aspecto foi questionado também, aos que responderam 'sim', que tipos de formação realizaram e o ano dessa formação. Os diretores respondentes realizaram formações entre os anos de 1995 a 2015, nas seguintes temáticas: 9 em gestão escolar, 6 em formação oferecida pela SEDUC (Secretaria Estadual de Educação), 3 em prógestão, 2 em liderança na gestão democrática, 4 em curso de capacitação para gestores, 2 em

curso de gestão para diretores de escola da rede pública estadual, 11 colocaram o ano da formação, porém não colocaram o tipo de formação.

Ao se constatar o período no qual os diretores realizaram suas formações específicas é possível observar que no ano de 1995 a legislação vigente era a LDB nº 5692/71 fazia pouca alusão à gestão escolar, pois nessa época as escolas não gozavam de autonomia administrativa. Somente após a promulgação da LDBEN nº 9.394/96 surge a proposta de autonomia escolar, tanto administrativa, quanto pedagógica e passa a constar a ideia de gestão democrática e participativa.

Portanto, ao analisar a identificação dos respondentes ao questionário se pode perceber que a maioria dos diretores das escolas estaduais possui mais de 40 anos de idade, todos possuem graduação, sendo que, apenas, um não possui graduação em licenciatura. Desse grupo se destacam que 28,8% apresenta graduação em Pedagogia que corresponde à indicação da legislação vigente (LDBEN, nº 9.394/96).

Esse grupo apresenta uma grande experiência em relação à docência, o que pode auxiliar no conhecimento dos desafios da atuação do professor na sala de aula. Quanto ao desempenho na direção escolar, ficou evidente que essa função apresenta exigências específicas para atuar no cargo. Quanto à representação do contexto da direção das escolas estaduais vinculadas à 3ª CRE-RS, se pode perceber que 52 questionários trazem informações significativas para contextualizar essa realidade.

4.2 Compreensão da gestão escolar

O questionário enviado aos diretores das escolas possibilitou a resposta de questões abertas, em que foram encaminhados aspectos pré-determinados como referencial da temática em questão - gestão escolar. Esses aspectos foram reunidos por categorias para melhor analisá-los. Nesse sentido, os diretores apresentaram suas visões desses enfoques como também acrescentaram outros. Para mostrar as recorrências foram utilizadas as falas de diretores.

A questão base que desencadeou as percepções dos diretores foi qual a compreensão que você tem sobre o papel da gestão escolar em relação: a administração dos recursos econômicos, físicos e humanos da escola; ao acompanhamento do trabalho pedagógico dos

docentes; a integração entre os sujeitos da escola; a formação continuada dos docentes da escola; ao relacionamento com a comunidade escolar: pais/famílias, alunos, funcionários, professores. Essa questão foi aberta para a análise e desencadeou as categorias que são apresentadas a seguir.

4.2.1 Administração dos recursos econômicos, físicos e humanos da escola

As abordagens apresentadas nas respostas relacionadas à administração dos recursos são diferentes, conforme o olhar de cada diretor. Nesse sentido, se percebe uma preocupação muito grande com esse item, podendo ser classificado em cinco subcategorias: a administração como cerne do trabalho da gestão; a administração preocupada com o planejamento das ações escolares; administração como gerenciamento de forma transparente e responsável e a administração como visão sistêmica da escola.

Essas subcategorias foram analisadas, considerando a compreensão dos diretores das escolas e a articulação com autores que pesquisam a área da gestão escolar, visando um aprofundamento e uma possibilidade de ampliação dessa compreensão. Na continuidade constam as subcategorias com suas análises.

4.2.1.1 Administração como cerne do trabalho da gestão

A administração como cerne do trabalho da gestão aparece nas falas de 4 gestores que comparam a boa gestão escolar com o bom desenvolvimento da administração dos recursos. Essa percepção fica evidente nas observações seguintes, em que os diretores relatam que:

O papel da gestão escolar é administrar todo o andamento dos trabalhos escolares [...] (D16). Todos os itens são importantíssimos para desenvolvermos um bom trabalho na comunidade escolar e um ótimo trabalho na gestão (D40). [...] é de responsabilidade de o diretor administrar recursos econômicos, físicos e principalmente humanos [...] (D45). Considero que uma boa gestão escolar é de suma importância para que os recursos econômicos, físicos e humanos da escola sejam bem aplicados [...] (D 42).

Nesse sentido, numa visão empresarial, os recursos podem ser classificados em dois grupos interdependentes — os recursos objetivos e os recursos subjetivos. Conforme Paro (2010, p. 767), "[...] os recursos objetivos, [...] referem-se às condições na realização do trabalho [...] que concorrem para a realização dos fins da empresa ou organização", e por

recursos subjetivos o mesmo autor descreve que é a habilidade de trabalhar com as pessoas que utilizam os recursos objetivos.

A partir dessa percepção da administração, Hora (2010, p. 573) destaca que essa visão pode estar vinculada à "racionalidade técnica diretamente ligada à racionalidade econômica, que significa a combinação de meios eficazes para obter resultados [...] e que é entendida como adequação dos meios aos fins". Dessa forma, se percebe que os diretores trazem uma preocupação em relação a essa forma de gerir a escola.

Ao destacar a preocupação com a administração, Lück (2006, p. 110) define que a "administração constitui um conceito e conjunto de ações fundamentais para o bom funcionamento de organizações, por estabelecer as condições estruturais básicas para seu funcionamento". Outrossim, a autora destaca que esses conhecimentos devem ser incorporados no propósito do trabalho da gestão, como articulador entre os aspectos econômicos e os demais recursos.

4.2.1.2 Administração preocupada com o planejamento

Outra subcategoria percebida no relato dos diretores diz repeito a administração com a preocupação no planejamento, podendo ser vista no relato dos seguintes diretores

A gestão escolar necessita construir [...] propostas e planejamento para as ações voltadas ao público [...] (D24). O planejamento das ações ligadas a parte econômica, manutenção do prédio e dos recursos físicos devem ser bem pensados [...] (D33). A gestão escolar [...] recebe um planejamento próprio em cada item citado para que haja um resultado satisfatório em geral (D13).

A visão de planejamento apresentada pelos diretores descrevem os aspectos que compõem a perspectiva de projeção de ações que necessitam ser pensadas e organizadas. No entanto, não fica claro quem efetivamente participa desse planejamento. O planejamento nesse sentido pode estar relacionado com o trabalho desenvolvido na educação, sendo inerente à escola. Conforme Lück (2009, p. 32)

[...] o planejamento educacional surgiu como uma necessidade e um método da administração para o enfrentamento organizado dos desafios que demandam a intervenção humana. Cabe destacar também que, assim como o conceito de administração evoluiu para gestão, também o planejamento como formalidade evoluiu para instrumento dinâmico de trabalho.

Para tanto, o planejamento deve ser considerado como um processo ativo e com a

função de auxiliar nas tomadas de decisões em relação às necessidades da comunidade escolar, visando à comunicação e o registro de ações que a escola realiza, objetivando, também, a historicidade da escola e da comunidade como um todo. Nesse sentido Lück (2009) destaca, ainda, que o planejamento deve evoluir e se adaptar às situações atuais, não sendo um processo meramente burocrático.

O planejamento como trabalho coletivo, também é destaque na pesquisa de Assumpção (2006, p. 114), quando essa declara que a gestão democrática "implica no planejamento coletivo, que assegura a autonomia dos diferentes sujeitos envolvidos, [...] é pressuposto básico para a formação da vida cidadã, necessária para a construção de uma sociedade justa e igualitária". Contudo essa visão não está muito clara nos depoimentos, pois não se percebe a relação direta entre um planejamento que envolve os sujeitos e transcenda a proposta de uma ação tão efetiva na postura cidadã.

4.2.1.3 Administração como Gerenciamento de Forma Transparente e Responsável

Administração como gerenciamento de forma transparente e responsável aparece nos depoimentos dos diretores como algo significativo, pois para estes a escola pública deve desenvolver um processo de prestação contínuo de contas, tanto à sua mantenedora como para a comunidade escolar. Nos relatos os diretores deixam clara a preocupação, principalmente, com a transparência dos recursos financeiros.

Os aspectos mais destacados podem ser reunidos em quatro enforques principais: a responsabilidade em administrar os recursos, a escassez de recursos, a legislação vigente e a necessidade de prever metas. Quanto ao aspecto de responsabilidade, se pode destacar os depoimentos dos seguintes diretores:

Como gestor escolar penso que a responsabilidade quanto aos recursos financeiros tornou-se de muita responsabilidade [...] (D11). A gestão escolar tem o compromisso e responsabilidade com o todo da escola (D19). O diretor precisa ter consciência que está administrando dinheiro público, precisa ter responsabilidade sobre a boa aplicação e a legalidade dela (D22). O gestor escolar deve administrar com responsabilidade e transparência os recursos econômicos, físicos e humanos [...] (D25). Compreendo que a função requer muito comprometimento e responsabilidade, para além do modo como administramos nossa casa, [...] (D41).

Nesse sentido, Ferreira (2011, p. 8) destaca que o processo de gestão de escola deve observar "[...] a uma maior transparência nas causas e motivos para determinadas medidas

[...]". Esse autor traz a preocupação com a participação consciente dos sujeitos que compõem a comunidade escolar, tanto nas tomadas de decisões quanto na execução do planejamento da escola.

Quanto ao segundo aspecto, a escassez dos recursos públicos, que na opinião de seis diretores exige cuidado na aplicação adequada destes e, que o diretor se torna o responsável legal por essa verba pública. Para tanto essa situação fica evidente nas declarações de sete diretores:

Decisivo na administração racional e possível de todos os recursos, principalmente na situação atual (D3). Os recursos econômicos que são poucos devem ser geridos com eficiência a fim de sanar as necessidades e resolver as demandas mais urgentes [...] (D26). Os recursos financeiros evoluíram muito [...] com programas federal e estadual, porém agora não há certeza dos repasses mensais (D29). Por tratar-se de recursos públicos eles devem ser minuciosamente administrados [...] (D30). Administração escolar tem sido difícil no ponto de vista da administração dos recursos econômicos e físicos da escola, devido a escassez dos recursos destinados a manutenção [...] (D31). Recursos econômicos, além de escassos, enfrenta-se uma burocracia muito grande na hora de realizar a aplicação do mesmo [...] (D51). Recursos econômicos difícil de gerenciar, pois os recursos que advém do governo são escassos e temos a necessidade de criar constantemente meios de arrecadar recursos [...] (D52).

Outro aspecto destacado está relacionado à preocupação com a necessidade de seguir a legislação vigente no que diz respeito a aplicação de recursos públicos. Esse aspecto aparece nos depoimentos de dois diretores que a declaram que o "diretor precisa ter consciência que está administrando dinheiro público, precisa ter responsabilidade sobre a boa aplicação e a legalidade dela" (D22). "A equipe diretiva deve administrar em consonância com a legislação vigente [...]" (D32).

Considerando que a gestão das escolas públicas seguem as regras da mantenedora, nesse caso, a Secretaria Estadual de Educação – RS, por meio das CREs, se percebe que esse é um item que preocupa os gestores. Nesse sentido, a LDBEN 9.394/96 traz esse cuidado descrito no título VII – Dos Recursos Financeiros, descrevendo, do artigo 68 até o artigo 77, como devem ser aplicados os recursos públicos da União e dos Estados. Para tanto, o artigo 70 traz a seguinte descrição para a situação da manutenção e desenvolvimento do ensino:

Art. 70 Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a: I remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; II aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; IV levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino; V realização

de atividades meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino; VI concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas; VII amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo; VIII aquisição de material didático escolar e manutenção de programas de transporte escolar (BRASIL, 2010, p. 24).

A legislação declara todas as possíveis despesas que a educação pode ter e a operacionalização dessas referências está a cargo das mantenedoras, nesse caso a Secretaria Estadual de Educação do RS. Essa legislação destaca que a prestação de contas ao Poder Público deve ser um procedimento constante e observado por todas as instâncias, desde a União Federal até a escola. Para Cury (2012, p. 17), "os cidadãos querem saber dos processos de decisão por meio da transparência dos atos de governo e exercer uma fiscalização do exercício do poder [...]", ou seja, os cidadãos estão mais ativos em relação ao seu papel social.

A prestação de contas como prioridade da gestão escolar também está presente em pesquisas na organização da escola pública portuguesa. Afonso (2010, p. 27) constata que "é evidente a centralidade do pilar da prestação de contas", sendo que em Portugal existe um conjunto articulado de relações entre avaliação, prestação de contas e responsabilização.

4.2.1.4 Administração como visão sistêmica

A administração como visão sistêmica consta em diversos depoimentos, em que se pode perceber em dois enfoques: a visão do todo e o elo entre os segmentos escolares. O primeiro diz respeito a necessidade do gestor ter a visão do todo para poder acompanhar, controlar e atuar, ou seja, "precisando saber como funciona os processos [...], visando a coletividade na realização do seu trabalho" (THOMAZ; SCHMITZ, 2013, p. 2). Esses aspectos ficam evidentes nos relatos de cinco diretores:

O gestor precisa ter conhecimento geral e amplo de todos os aspectos relacionados [...] (D1). Acredito que a gestão tem que estar a par de tudo o que acontece no âmbito escolar [...] (D18). Como o próprio termo "gestão" sugere, o papel de gerir todas as dimensões que a escola possui, necessita do gestor uma visão geral desses aspectos [...] (D27). A gestão escolar tem visão sistêmica de todos os itens citados (D36). O papel da gestão é de suma importância, uma vez que o gestor deve estar comprometido e atento a todos os segmentos da escola [...] (D50).

O outro enfoque traz a perspectiva de que o gestor escolar deve ser um elo de integração entre os diversos segmentos da escola. Paro (2007, p. 109) destaca que quando existem escolas "cuja estrutura organizacional seja cuidadosamente arquitetada de modo a levar as pessoas [...] a adotar condutas que favoreçam o bom desenvolvimento do ensino",

promovendo assim um trabalho coletivo e cooperativo, que fortaleçam assim a condição de sujeito (PASSADOR; SALVATTI, 2013). Essa faceta fica clara nos depoimentos de seis diretores

A gestão escolar deve ser integrada e assistida pelos diversos segmentos que compõem o espaço escolar (D6). O gestor tem a difícil missão de equilibrar todos os ingredientes listados (D12). O gestor precisa conhecer, acompanhar e integrar toda a comunidade escolar [...] (D15). Ela deve acontecer de forma democrática, [...] com o envolvimento de todos os segmentos [...] (D34). A gestão escolar deve ser o elo entre todos os segmentos [...] (D39). A gestão escolar deve ter o objetivo de acompanhar, atuar junto a todos os segmentos escolar [...] (D43).

Nesse sentido, a gestão escolar vista como administração numa visão sistêmica tem por finalidade, segundo Santos et al. (2010, p. 12) "promover a organização, movimentação e articulação em todas as esferas materiais e humanas [...]", desenvolvendo a integração entre os setores por meio da articulação e acompanhamento das ações.

4.2.2 Acompanhamento do trabalho pedagógico

A compreensão do papel da gestão escolar em relação ao acompanhamento do trabalho pedagógico trouxe diversas visões nas respostas apresentadas pelos diretores. As respostas foram organizadas em quatro aspectos principais em que constam as declarações dos diretores. O primeiro destaque diz respeito aos recursos financeiros e humanos que são difíceis de acompanhar e podem comprometer as questões pedagógicas, ou seja, demonstra uma interdependência entre essas áreas – financeiro e pedagógico. Considerando essa relação entre recursos financeiros e pedagógicos tem-se as seguintes colocações:

[...] considero a administração dos recursos econômicos e humanos a mais difícil e que acabam comprometendo [...] o planejamento pedagógico [...] (D5). A gestão está a serviço da articulação entre pedagógico e o político [...] devem dar condições para que o papel pedagógico da escola: ensinar, humanizar e protagonizar seja vivenciado amplamente (D20). O gestor escolar deve [...] proporcionar condições para que o trabalho pedagógico seja realizado da melhor forma possível (D25).

A preocupação com os recursos financeiros e humanos perpassa as inquietações desses diretores e conforme Silva (2011, p. 22) essa visão persiste porque existe uma cultura em que o "poder de decisão segue basicamente do diretor, segundo o princípio de ordenação burocrático, uma vez que suas atribuições, de modo geral, priorizam as questões administrativas e burocráticas, em detrimento das pedagógicas [...]". Essa é uma articulação complexa que exige do diretor uma atitude mais pró-ativa.

O segundo aspecto constatado nas colocações está vinculado à separação das funções pedagógicas e administrativas que são desempenhadas por diferentes profissionais. Em algumas respostas aparece um trabalho integrado entre os dois profissionais. Nesse sentido se pode observar essa separação nos seguintes depoimentos

A coordenação pedagógica cuida dessa parte e trabalhamos em equipe, um auxilia o outro (D30). [...] apesar das poucas pessoas que temos para atuar junto ao trabalho pedagógico as pessoas se desdobram e atendem várias funções ao mesmo tempo [...] (D31). O apoio dos profissionais responsáveis pelo pedagógico e a supervisão escolar é muito importante para manter a qualidade do ensino e aprendizagem (D33). O acompanhamento pedagógico dos docentes é feito em conjunto entre direção e coordenação pedagógica, pois acreditamos ser importante que haja esta cumplicidade e comprometimento de todos (D19). O diretor sempre deve acompanhar o trabalho dos docentes com a finalidade de satisfazer a comunidade escolar frente às suas expectativas de aprendizagem. O gestor percebe quando algo não está bem e intervêm de forma a auxiliar os professores encontrando melhores formas de resolver os problemas pedagógicos, acionando a coordenação pedagógica da escola, através de um trabalho em equipe (D26).

Em relação ao trabalho desenvolvido em parceria por diferentes profissionais, nos depoimentos dos diretores essa parceria fica evidente. Os aspectos pedagógicos estão sob a responsabilidade da coordenação pedagógica, em maior proporção. Nesse sentido, Paro (2007, p. 20) destaca que o "papel estratégico da estrutura didática e administrativa na realização das funções da escola", ou seja, os aspectos pedagógicos e administrativos são imprescindíveis para se obter qualidade na educação.

O terceiro aspecto abordado trata dos adjetivos ou ações diretamente vinculados ao papel do gestor, demonstrando a importância designados a essa função. Essa importância fica evidente nos seguintes depoimentos

Quanto ao acompanhamento pedagógico é significativo diante do aprendizado dos alunos. (D2). O papel da gestão escolar é estar em constante acompanhamento com as atividades pedagógicas desenvolvidas na escola [...] (D16). Compreendo que o gestor tem o papel de **mediador** entre os segmentos, [...] oferecendo uma educação de qualidade (D21). No acompanhamento do trabalho pedagógico dos docentes a gestão escolar precisa mobilizar e estimular a todos os profissionais da educação de modo a comprometê-los com a construção do conhecimento e da aprendizagem orientada para a cidadania competente (D37). O trabalho docente necessita um olhar constante e vigilante (D42). Uma boa gestão escolar [...] desenvolve o acompanhamento do trabalho pedagógico dos docentes [...] (D42). A observação e comparação dos planos de estudos e as aulas ministradas pelos professores é de suma importância para que exista, em nível de Estado, uma forma idêntica de conhecimento e aprendizagem (D49). Deve orientar, conduzir e avaliar os resultados alcançados, juntamente com supervisora, para que a aprendizagem aconteça (D32). O gestor [...] deve estar atendo a todas as situações pedagógicas desenvolvidas pela escola [...] (D7). [...] precisa ser incentivadora para a busca constante de aprimoramento de sua equipe [...] (D43). O acompanhamento pedagógico é fundamental e necessário fazê-lo em conjunto com os professores e funcionários para que possamos estimular a criatividade e a autonomia do corpo discente para a educação integral (D41) (Grifo da autora).

Nos depoimentos dos diretores acerca da importância do papel do diretor no trabalho didático-pedagógico desenvolvido na escola estão destacados por palavras como: constante, mobilizar, estimular, compreendê-los, orientar, conduzir, avaliar, entre outros, demonstrando que no olhar dos diretores suas funções são importantes. Para Vieira, Almeida e Alonso (2003) para que o diretor promova mudanças estruturais, é necessário que ele faça parcerias, viabiliza a participação dos alunos nas decisões, estimule a aprendizagem ativa, propicie o desenvolvimento profissional dos professores, favoreça a participação da comunidade entre outros.

4.2.3 Integração entre sujeitos e o relacionamento com a comunidade escolar

A compreensão do papel da gestão em relação à integração e ao relacionamento entre os sujeitos da comunidade escolar foi um dos aspectos mais comentados pelos diretores. Todos os diretores confirmaram que a integração entre os sujeitos da comunidade escolar é imprescindível para o sucesso dos processos de ensino e de aprendizagem e que o diretor tem um papel fundamental nessa integração, pois se torna o responsável pela mediação, abertura ao diálogo e pelo espaço acolhedor.

O destaque quanto à mediação no espaço escolar está em evidência de acordo com o D21: "[...] o gestor tem o papel de mediador, fazendo com que se sintam parceiros e comprometidos com os resultados, buscando sempre o sucesso de toda a equipe escolar". A abertura ao diálogo fica em destaque nas respostas dos diretores D24 e D41, em que descrevem que

[...] os gestores são sujeitos da escola, colocando-se em situação de igualdade, abrem-se ao dialogo entre os pares. Com o professor, se apresenta como parceiro nos desafios e aos alunos, como um agente disposto ao auxílio nas dúvidas e dificuldades, além de ser um diretor incentivador. [...] De ser aberto ao diálogo com a comunidade escolar. Ouvir, aceitar, convocar, participar e buscar a participação (D24). Essa é uma das habilidades mais caras para um gestor, pois havendo uma boa integração entre o corpo docente, discente, funcionários e conselho escolar, conselho de pais/famílias e mestres, então sim, podemos dizer que estamos no caminho certo, da boa administração escolar. [...] muito importante haver um relacionamento centrado na transparência, no dialogo e no ouvir a comunidade [...] (D41).

A necessidade de abertura ao diálogo se destaca nas reflexões de Freire (2010, p. 136) quando ele descreve que o "sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade", por meio do diálogo

o diretor possibilita a integração da comunidade escolar. Essa relação dialógica depende da forma como a gestão é desenvolvida.

Freire (2000, p. 112) destaca, ainda, o diretor precisa ter "consciência do outro e de si mesmo como um ser no mundo, com o mundo e com os outros", dessa forma as discussões acerca da realidade podem ganhar corpo. Conforme Fonseca, Oliveira e Toschi (2006, p. 53), é "pelo conhecimento das finalidades que os protagonistas escolares se transformam em atores-sujeitos da ação".

Nos depoimentos analisados foi possível perceber que três diretores já desfrutam, em suas escolas, do apoio da comunidade quando afirmam que

[...] temos a aprovação e reconhecimento da comunidade escolar, [...] somos uma equipe, um time. E isso só é possível quando todos trabalham tendo um mesmo foco, sempre respeitando as diferenças. [...] Somente onde há confiança e credibilidade, tem-se o apoio da comunidade escolar. Por isso trabalhamos sempre com a maior clareza, tentando conquistar sempre mais pessoas (D19). Os recursos humanos tem sido escassos, mas existe um comprometimento e muita responsabilidade das pessoas que trabalham no educandário, [...] a integração entre os sujeitos da escola é muito boa [...]. o relacionamento entre os segmentos da comunidade escolar é bom e os pais/famílias participam nos eventos da escola para manutenção da mesma (D31). Acho que existe um bom entrosamento entre todos os sujeitos. [...] o relacionamento com a comunidade escolar tem sido nosso ponto positivo. Temos a comunidade escolar sempre nos apoiando (D52).

O processo de desenvolvimento da participação coletiva, segundo Mello e Cóssio (2006, p. 43), se estabelece em um instrumento básico de uma gestão democrática e pressupõe a disposição para do debate, reflexão, problematização, estudo, aplicação, avaliação e reformulação [...]". Para Schneckenenberg (2009, p. 131) "o processo de tomada de decisões se estabelece coletivamente, oportunizando aos membros do grupo discutir e deliberar, numa relação colaborativa".

O papel do diretor ao desempenhar a função de gestor escolar deve ser orientado à necessidade de desenvolver a integração entre os sujeitos da comunidade, tornando assim o ambiente propício para o trabalho pedagógico, como se pode constatar nos seguintes depoimentos:

A escola só existe se for pensada como uma equipe que envolve equipe diretiva, docentes, discentes, funcionários e comunidade escolar. [...] cabe ao diretor estimular o bom relacionamento entre toda a comunidade escolar, oportunizando um ambiente saudável, com práticas de respeito e solidariedade entre todos (D26). A integração entre os sujeitos da escola é importantíssima porque toma o ambiente escolar propício para o desenvolvimento do trabalho pedagógico [...]. As condições favoráveis para que isto aconteça são de responsabilidade da gestão escolar. [...] É imprescindível a gestão escolar dialogar e ter um bom relacionamento com toda a

comunidade escolar. Para que isso aconteça os gestores precisam promover atividades de integração ente os membros da comunidade escolar e buscar estratégias que viabilizem uma parceria prazerosa e eficaz (D37).

Para Brito, Freire e Gurgel (2011, p. 113), a gestão escolar deve buscar "estratégias e instrumentos que permitam a comunidade participar mais efetivamente do processo decisório [...] promover maior aproximação entre os segmentos [...], reduzir desigualdades, criar canais mais abertos de comunicação [...]". Para Supino e Ramalho (2011, p. 14) "deveria ser o gestor que garantisse a implantação da participação nas escolas, que partilhasse, descentralizasse, dialogasse, participasse, possibilitando uma transformação na dinâmica escolar".

4.2.4 Formação continuada dos docentes da escola

O papel do diretor na gestão escolar traz inúmeras incumbências que dependem de seu encaminhamento e organização. A formação continuada dos docentes que atuam nas escolas também faz parte dessa função. Os depoimentos dos diretores mostram uma preocupação com a formação continuada de docentes. No entanto apenas 18 citações diretas foram realizadas para esse item, o que corresponde a aproximadamente 34,6% do total de diretores.

Considerando os depoimentos dos diretores D24 e D39, se pode perceber a preocupação com essa formação

O papel do gestor com a formação continuada é direta e constante. Ele deve ser um identificador de situações que carecem de mais estudo. Serve como elo (D24). [...] oferecer a possibilidade de formação continuada é uma grande responsabilidade que só tem a acrescentar para o corpo docente, uma vez que através dela que se reflete a essência do trabalho a ser desenvolvido no ambiente escolar (D39).

A preocupação com a formação continuada de docentes faz parte das pesquisas de Oliveira (2010, p. 56) que convoca para uma formação focada no empreendedorismo como "um investimento no capital humano". Guilherme e Fischer (2011, p. 60) destacam que o "aperfeiçoamento da prática pedagógica dos sujeitos envolvidos se processa com base em valores educativos e que os espaços destinados aos processos de ensinar e de aprender são como complexos sistemas de comunicação em que se intercambiam [...], diferentes formas de pensar, de expressar, de sentir e de atuar".

Os diretores trazem a relação entre a importância da formação continuada de docente e o trabalho pedagógico realizado em sala de aula como forma de incentivo e de possibilidade de atualização, visando à diversidade dos estudantes. Essa relação fica evidente nos seguintes

depoimentos:

Trabalho que deve ser sempre atualizado e dentro das perspectivas da realidade escolar e comunidade que a escola está inserida (D33). A formação deve ser continuada para darmos conta da diversidade que os alunos apresentam (D2). A formação continuada dos docentes é necessária para a atualização e aperfeiçoamento das áreas do conhecimento. O papel da gestão é promover, acompanhar e participar da formação continuada, pois só assim nossos alunos serão bem atendidos e orientados na sala de aula (D37). A formação continuada é muito importante, pois injeta inovação e motivação à prática educativa (D26). Formação continuada é tudo de bom que pode haver para que a instituição escolar se atualize e avance para buscar cada vez mais melhorar os índices de aprovação e desenvolvimento pedagógico (D41).

A forma de organização dessa formação continuada fica a cargo da equipe diretiva da escola em parceria com a mantenedora (CRE, SEC) e com outras instituições que possam auxiliar nesse trabalho, como por exemplo, universidades. Porém consta a preocupação com a questão econômica, de recursos para a realização dessa atividade. Para Santos (2010, p. 241), a tarefa da gestão em relação à formação dos docentes precisa ser retomada, pois revela "a necessidade de repensar a formação de professores como profissionais críticos e reflexivos, com uma postura interdisciplinar e construtivista, capazes de compreender as relações entre trabalho pedagógico e exercício da cidadania".

No que diz respeito à formação de professores, a 3ª CRE disponibilizou seus Relatórios das Atividades Diversidade de 2011, 2012 e 2013, sob a responsabilidade do Núcleo Diversidade. No Relatório de 2011, foi oferecido, aos docentes da rede estadual, diversas atividades de formação em diversidade e educação ambiental, como por exemplo, o Curso de Formação em Multiplicadores de Educação Ambiental, dirigido aos docentes das escolas estaduais que se "identificam com os temas relacionados ao Meio Ambiente e que possam contribuir e construir uma rede de comunicação e atividades nesta área" (RAD, 2011, p. 7) em parceria com uma universidade.

Conforme o Relatório das Atividades Diversidade de 2012 foi oferecido a Formação da Agenda 21 e Com-Vida para 40 professores da rede estadual. Essa formação integrou as ações da Pós-Conferencia Infanto-Juvenil para o Meio Ambiente, com duração de 8h, em que o objetivo geral era "fortalecer as ações de Educação Ambiental e gestão Ambiental com a implantação da Agenda 21 escolar" (RAD, 2012, p. 10). Essa proposta visava oportunizar aos professores ampliar conhecimentos, debater e vivenciar atividades relacionadas à temática ambiental, por meio de oficinas e palestras.

No ano de 2012, também ocorreu o Curso de Formação Continuada: Construindo

Cidadania a partir do Diálogo na Diversidade, com duração de 40h, cujos objetivos foram:

Qualificar o educador em relação à diversidade, tendo como alvo as relações de convivência através de uma atitude de respeito às diferentes culturas relacionadas ao contexto escolar e seu entorno; formar um espírito crítico sobre as manifestações religiosas na atualidade e sua relação com a filosofia, a política, a economia e a psicologia, na perspectiva da cidadania; desenvolver uma atitude de respeito, diálogo e cuidado para com a diversidade; dialogar e refletir sobre o currículo do Ensino Religioso, articulando-o com as demais áreas do conhecimento (interdisciplinaridade); desenvolver competências, visando à atuação do educador em sala de aula, considerando o contexto escolar e a parte diversificada do currículo do ensino médio (RAD, 2012, p. 15).

Outra atividade promovida pela 3ª CRE, no ano de 2012, foi o Encontro de Formação – Educação, Diversidade e Cidadania, que teve como objetivo geral "promover espaços de reflexão e aprofundamento em vistas de uma cultura de respeito à pluralidade e a diversidade" (RAD, 2012, p. 16). Esse encontro teve a duração de 8h e contou com palestras e painéis.

Segundo o Relatório das Atividades Diversidade de 2013, foi oferecida a Formação sobre Prevenção e Promoção da Vida — Plantas medicinais, indicado a professores e funcionários das escolas, sendo 1 professor e 1 merendeira, totalizando 180 pessoas. O objetivo geral dessa formação era "resgatar saberes sobre plantas medicinais e realizar pesquisas investigativas com estudos e aprofundamentos" (RAD, 2013, p. 3). Essa formação contou com a carga horária de 8h, e teve como metodologia de trabalho palestras, oficinas práticas com orientações e acompanhamentos para o cultivo de plantas.

Nesse sentido, os depoimentos a seguir mostram como essa organização e parceria ocorrem:

Sabemos que a formação continuada é importante e [...] quando possível e há recurso, é feito na escola, onde professores e funcionários participam. Além disso, sempre são divulgados cursos, palestras que vem através da CRE, das universidades (D19). A formação continuada é realizada, normalmente em dois momentos anuais, através das formações pedagógicas [...] (D23). Sempre disponibilizamos formação continuada a todos os professores, que por sinal participam muito de formações (D30). Sempre é proporcionada pela escola espaços de formação planejados pela equipe diretiva em consonância com a necessidade e solicitação dos professores (D32). Oferecemos formação continuada aos professores através de parcerias com a coordenadoria de ensino, a secretaria municipal de educação e a SEC e as atividades da comunidade (D51). Em relação a formação continuada, fizemos duas anualmente, mas carecemos de recursos para proporcionar algo novo, "aquele" diferencial (D52).

Em relação a como a gestão escolar deve encaminhar a formação continuada de docentes, Ferreira (2008, p. 109) destaca que "a formação de um profissional entendido como 'um mediador' da 'vida social' efetiva, das expectativas e do desejo coletivo de uma

comunidade [...]" precisa ser desenvolvida por meio de uma reflexão crítica acerca da realidade social, econômica e humana, objetivando a organização de um Projeto Político e Pedagógico.

4.2.5 Ações desempenhadas pelos diretores

As ações desempenhadas pelos diretores foi uma das questões objetivas, organizada como escala Likert, em que estavam listadas 10 ações e os diretores deveriam marcar o grau de importância atribuída a elas. A Tabela 4 mostra como ficou indicado pelos diretores as 5 ações mais importantes.

Tabela 4 – Ações desempenhadas pela gestão escolar

Ações desempenhadas pela gestão escolar	Nº de diretores
Facilitar e estimular a participação dos pais/famílias, alunos, professores e demais funcionários nas tomadas de decisões da escola	50 (96,1%)
Promover um clima de confiança e de receptividade no ambiente escolar	48 (92,3%)
Desenvolver a responsabilidade com o grupo	47 (90,3%)
Compartilhar as informações constantemente de forma aberta	44 (84,6%)
Valorizar as habilidades e competências dos envolvidos na comunidade escolar	43 (82,6%)

Fonte: Autora, 2016.

As ações mais indicadas pelos diretores, correspondendo entre 96,1% e 82,6%, foram as que se relacionam com a responsabilidade para com os sujeitos da comunidade escolar e de como desenvolver a comunicação entre o grupo. Isso demonstra, segundo a opinião dos respondentes, que o diretor tem um papel importante nesse processo de congregar os sujeitos da comunidade. Conforme Vieira, Almeida e Alonso (2003, p. 35), o papel do diretor na escola renovada deveria ser de "viabilizar a participação dos alunos nas decisões de forma responsável; [...] favorecer a participação da comunidade escolar – conselhos consultivos; utilizar os diferentes espaços de formação".

Partindo da relação de ações apresentadas os diretores indicaram quais dessas ações eles têm mais dificuldades em desenvolver, justificando sua resposta. As cinco ações mais citadas para serem desenvolvidas foram organizadas na Tabela 5.

Tabela 5 – Ações com mais dificuldades para serem desenvolvidas

Ações desempenhadas pela gestão escolar	Nº de diretores
Facilitar e estimular a participação dos pais/famílias, alunos, professores e demais funcionários nas tomadas de decisões da escola	19 (31,1%)
Associar, integrar esforços e minimizar divisões nos grupos de trabalho	17 (27,8%)
Desenvolver a responsabilidade com o grupo	8 (13,1%)
Incentivar a organização de equipes participativas	6 (9,8%)
Mobilizar o entusiasmo, o dinamismo e a energia na comunidade escolar	2 (3,2%)

Fonte: Autora, 2016.

Ao analisar essas indicações se pode perceber que a ação 'facilitar a participação dos pais/famílias, alunos, professores e demais funcionários nas tomadas de decisões da escola' foi indicada na Tabela 5 como a com maior grau de dificuldades, embora isso tenha sido feito por apenas 31,1% dos diretores, aproximadamente.

Outro aspecto que chamou a atenção foi a indicação da ação 'desenvolver a responsabilidade com o grupo' que também foi citada na Tabela 4, porém essa ação não teve um grande percentual de indicação, correspondendo a aproximadamente 13,1%. Constatou-se que, a Tabela 5 mostra, também, que esse grupo de 52 diretores não apresentam muitas dificuldades em desempenhar as ações citadas. Nesse sentido, Fonseca, Oliveira e Toschi (2004, p. 53) sinalizam "o estabelecimento de uma cultura escolar, ancorada no tripé composto por estratégias de descentralização, autonomia e liderança no âmbito escolar".

Em contrapartida foi solicitado que os diretores indicassem as ações desenvolvidas pela gestão escolar em que tinham mais facilidade (TABELA 6).

Tabela 6 - Maior facilidade para desenvolver

Ações desempenhadas pela gestão escolar	Nº de diretores
Promover a comunicação aberta na comunidade escolar	12 (26,6%)
Facilitar e estimular a participação dos pais/famílias, alunos, professores e demais funcionários nas tomadas de decisões da escola	12 (26,6%)
Associar, integrar esforços e minimizar divisões nos grupos de trabalho	7 (15,5%)
Promover um clima de confiança e de receptividade no ambiente escolar	6 (13,3%)
Valorizar as habilidades e competências dos envolvidos na comunidade escolar	5 (11,1)
Todas fáceis	3 (6,6%)

Fonte: Autora, 2016.

Lembrando que, aqui constam as cinco ações mais indicadas pelos diretores, em que foi possível perceber que a ações: 'promover a comunicação aberta na comunidade escolar' e

a ação 'facilitar e estimular a participação dos pais/famílias, alunos, professores e demais funcionários nas tomadas de decisões da escola' tiveram o maior número de indicações correspondendo a, aproximadamente, 26,6% respectivamente, o que não mostra um percentual significativo no universo de 52 diretores. As ações que constam na Tabela 6 não trazem muita diferença em relação às duas Tabelas 4 e 5. Em alguns momentos o que parece demonstrar dificuldades para uns é apresentado como facilidade para outros.

As temáticas relacionadas à gestão escolar que os diretores indicaram que necessitam estudar mais (TABELA 7).

Tabela 7 – Temáticas relacionadas a gestão

Temáticas relacionada a gestão — necessidades de mais estudo	Nº de diretores
Planejamento na gestão escolar	50 (96,1%)
Trabalhar em equipe	48 (92,3%)
Liderança	48 (92,3%)
Gestão de conflitos	48 (92,3%)
Mobilizando a participação	46 (88,4%)
Desenvolvimento de habilidades	46 (88,4%)
Avaliação de desempenho (funcionários)	42 (80,7%)

Fonte: Autora, 2016.

Todos os temas relacionados à gestão precisam de estudos, pois foram citados por quase todos os diretores, correspondendo, aproximadamente, entre 96,1% e 80,7%. Esses percentuais mostram que os diretores acreditam que essas temáticas precisam ser mais aprofundadas, visando à necessidade de um trabalho mais reflexivo e qualificado.

Em relação às temáticas citadas, se podem destacar as reflexões de Aranha (2012, p. 81) que afirma que "a questão do diálogo, do clima de troca e cumplicidade se fazem importante numa escola radicalmente democrática". Em contrapartida, as críticas de Gutiérrez e Catani (2008, p. 69) reforçam essas questões quando descrevem acerca da gestão participativa na escola pública, ou seja,

^[...] estamos nos referindo a uma relação entre desiguais onde vamos encontrar uma escola sabidamente desaparelhada do ponto de vista financeiro para enfrentar os crescentes desafios que apresentam e, também, uma comunidade não muito preparada para a prática da gestão participativa da escola, assim como do próprio exercício da cidadania em sua expressão mais prosaica.

4.2.6 Síntese da compreensão acerca da gestão escolar

A compreensão dos diretores acerca do papel da gestão escolar em relação a administração dos recursos econômicos, físicos e humanos detona a maior preocupação, pois conforme os depoimentos, esses recursos são a base de todas as ações da direção escolar. A segunda preocupação dos diretores está vinculada à integração e relacionamento entre os sujeitos que compõem a comunidade escolar e que para que essa integração aconteça o diretor deve desempenhar habilidades de abertura ao diálogo, com escuta e ser um elo entre os sujeitos. A terceira preocupação está ligada ao acompanhamento do trabalho pedagógico e a formação continuada de docentes que, conforme os depoimentos ficam mais a cargo de outro profissional que compõe a equipe diretiva.

Quanto à formação continuada de docentes, ficou evidente nos depoimentos que essa é uma grande possibilidade, pois o diretor deve estar atento às necessidades dos professores. Por outro lado ele precisa perceber que a formação continuada pode refletir na melhoria da qualidade da prática docente. Nesse sentido, os depoimentos trouxeram, também, que a questão econômica está ligada a essa tarefa, pois os recursos são escassos nas escolas. Nesse sentido, deveria entrar em cena a criatividade em organizar formações continuadas com baixo custo, como por exemplo: criando grupos de estudos, com leituras e apresentações entre os colegas da escola. A questão econômica, como justificativa para a falta de formação, precisa ser revista, pois podem ocorrer diversas ideias alternativas para essa situação.

Em relação às ações desempenhadas pela gestão escolar, as respostas encaminhadas pelos diretores demonstram uma preocupação maior em relação a participação dos sujeitos da comunidade escolar, no que diz respeito ao papel do diretor no incentivo e mobilização do grupo. Essa questão ficou mais evidente, quando os diretores assinalam a preocupação com o incentivo a participação como uma ação difícil de ser desempenhada e como uma ação de fácil desenvolvimento. Nesse sentido, se pode observar que existem diferentes formas de relação entre os diretores das escolas estaduais com suas comunidades.

4.3 Educação ambiental na escola e o papel da gestão escolar

Nessa parte do questionário as informações foram organizadas em questões objetivas para marcar, conforme suas escolhas, trazendo as características da escala *Likert*. Nesse

sentido, as questões tinham um número maior de indicações e os diretores fizeram escolhas indicando o grau de importância do assunto ou tema proposto. As questões dissertativas trouxeram uma visão mais individualizada de cada diretor que contribuíram para o trabalho como um todo. As respostas foram organizadas em tabelas com o objetivo de melhor apresentação e análise das informações.

4.3.1 Objetivos, Atores, Ações e Temas em Educação Ambiental na Escola

A Tabela 8 apresenta as indicações dos diretores em relação as suas percepções quanto aos objetivos que a escola trabalha em relação a educação ambiental, sendo que quatro objetivos dos nove sugeridos tiveram indicações semelhantes.

Tabela 8 – Objetivos da educação ambiental desenvolvidos na escola

Temáticas relacionada a gestão – necessidades de mais estudo	Nº de diretores
Conscientizar alunos e comunidade para a plena cidadania	46 (88,4%)
Sensibilizar para o convívio com a natureza de forma mais harmônica	44 (84,6%)
Desenvolver o processo de ensino e de aprendizagem (Ensinar) para a preservação dos recursos naturais	42 (80,7%)
Promover o conceito de desenvolvimento sustentável	42 (80,7%)
Dialogar para a construção de sociedades sustentáveis	40 (76,9%)
Possibilitar uma compreensão crítica e complexa da realidade socioambiental	40 (76,9%)

Fonte: Autora, 2016.

A Tabela 8 traz as informações referentes aos objetivos em educação ambiental que a escola desenvolve. Para isso os diretores marcaram os cinco mais importantes. O objetivo 'conscientizar alunos e comunidade para a plena cidadania' foi o que recebeu o maior número de indicações, correspondendo a aproximadamente, 88,4% dos diretores. Esse processo de conscientização deve passar, segundo Gutiérrez e Prado (2002, p. 66) pela "interlocução, pela conversa, [...] a interlocução significativa, diálogo horizontal, ter sempre presente o outro como legitimo outro [...]". Nessa interlocução deve ser oportunizada a participação da comunidade. Conforme Giaretta, Fernades e Philippi (2012, p. 529), a "população traz, por meio da participação, conhecimentos e experiências que lhe são inerentes e que, muitas vezes, são imperceptíveis ao poder publico local [...]".

O segundo objetivo mais indicado pelos diretores foi 'sensibilizar para o convívio com a natureza de forma mais harmônica', recebendo, aproximadamente, 84,6% das indicações

dos diretores. Observa-se que a sensibilização depende de diversos fatores. Conforme Giaretta, Fernades e Philippi (2012, p. 537), a "existência de informações ambientais constitui ponto crucial para a educação/conscientização, capacitação e percepção dos impactos ambientais locais". Dessa forma, os autores destacam que as informações acerca da temática ambiental precisam ser observadas também na escola.

A terceira indicação de objetivo trabalhado nas escolas, segundo os diretores, ficou dividida entre o objetivo 'desenvolver o processo de ensino e de aprendizagem (Ensinar) para a preservação dos recursos naturais' e o objetivo 'promover o conceito de desenvolvimento sustentável'. Dessa forma se observa que a preservação dos recursos naturais e o conceito de sustentabilidade, aparentemente estão sendo desenvolvidos nas escolas. Nesse sentido, Guimarães Júnior (2011, 236) alerta para a necessidade de cuidar como a mídia, as ideologias e os interesses econômicos utilizam nos seus discursos expressões como "sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, [...] produção verde, consumo sustentável, desperdício zero, compromisso ecológico, dentro outras variantes desse viés de uma economia 'preocupada' com o bem-estar das pessoas e com a preservação da natureza".

Com uma postura mais crítica, quanto ao trabalho com a temática do desenvolvimento sustentável, Sauvé (2005, p. 320) alerta que a

[...] concepção utilitarista da educação e a representação 'recursista' do meio ambiente, adotada pela 'educação para o desenvolvimento sustentável', mostram-se nitidamente reducionistas com respeito a uma educação fundamental preocupada em otimizar a teia de relações entre as pessoas, o grupo social a que pertencem e o meio ambiente.

Quando os diretores foram questionados acerca de quem são as iniciativas na realização de ações em educação ambiental, as respostas foram as seguintes:

Tabela 9 – Quem tem a iniciativa para as ações em educação ambiental

Quem tem iniciativa para as ações educação ambiental	Sim	Não	Eventualmente
Grupos de professores	46 (88,5%)	1 (1,9%)	5 (9,6%)
Equipe diretiva da escola	46 (88,5%)	0	6 (11,5%)
Mantenedora	35 (67,3%)	3 (5,7%)	14 (27%)
Alunos	34 (65,4%)	2 (3,9%)	16 (30,7%)
Funcionários	27 (51,9%)	5 (9,6%)	20 (38,5%)

Fonte: Autora, 2016.

Na Tabela 9 consta no mesmo grau de indicação, correspondendo aproximada mente a 88,5%, que *grupos de professores* e a *equipe diretiva da escola* têm a iniciativa de indicar as ações acerca da educação ambiental na escola. Isso mostra que, em menor indicação se encontram os alunos como sujeitos e proponentes de ações em educação ambiental, correspondendo a aproximadamente 65,4%. Loureiro (2002) destaca que a educação ambiental é um elemento estratégico na consciência crítica das relações sociais.

Na Tabela 10 constam as informações relacionadas aos atores envolvidos nas ações em educação ambiental desenvolvidos na escola.

Tabela 10 – As ações em educação ambiental envolvem quais atores

Quais os atores envolvidos nas ações em educação ambiental	Sim	Não	Eventualmente
Grupos de professores	51 (98,1%)	0	1 (1,9%)
Alunos	47 (90,4%)	0	5 (9,6%)
Equipe diretiva da escola	45 (86,5%)	0	7 (13,5%)
Funcionários	39 (75%)	3 (5,8%)	10 (19,2)
Mantenedora	28 (53,8%)	8 (15,4%)	16 (30,8%)

Fonte: Autora, 2016.

A maioria dos diretores, os principais atores envolvidos nas ações em educação ambiental são: grupos de professores, alunos e equipe diretiva, correspondendo aproximadamente entre 98,1% a 86,5%. Nesse sentido, se os alunos não são sujeitos nesse processo, pode-se constatar que as "interpretações decorrentes do processo de construção simbólica" (BARCELOS, 2005, p. 90) da educação ambiental podem estar em descompasso.

Na Tabela 10, o *grupo de professores* aparece como um dos mais envolvidos nas ações em educação ambiental. Nesse sentido, para Gutiérrez e Prado (2002, p. 65), essa indicação "implica que educador ou educadora, sem deixar de ser um 'ensinador' – e bom 'ensinador' – se preocupe e saiba promover uma aprendizagem com sentido, voltado à formação da cidadania ambiental na sociedade planetária". O maior desafio da gestão escolar é promover e incentivar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem com sentido.

Quando os diretores foram questionados acerca dos temas e atores envolvidos nas ações em educação ambiental, as informações estão apresentadas na Tabela 11.

Tabela 11 – Tema em educação ambiental e atores envolvidos

Temas em educação ambiental	Professores	Pais/famílias	Alunos	Outros	Total
Água	6 (11,6%)	0	44 (84,6%)	2 (3,8%)	52 (100%)
Lixo e reciclagem	6 (12,7%)	1 (2,3%)	38 (80,8%)	2 (4,2%)	47 (90,3%)
Saúde e nutrição	8 (17,1%)	3 (6,4%)	34 (72,3%)	2 (4,2%)	47 (90,3%)
Plantio de árvores	4 (8,7%)	5 (10,8%)	34 (73,9%)	3 (10,7%)	46 (88,4%)
Plantas e animais	6 (13,3%)	1 (2,2%)	35 (77,8%)	3 (6,7%)	45 (86,5%)

Fonte: Autora, 2016.

Os cinco principais temas trabalhados na escola e os atores envolvidos nesse processo, conforme as indicações dos diretores. O tema *água* foi o mais trabalhado nas escolas pesquisadas, envolvendo o maior número de alunos 84,6%, aproximadamente, sendo seguido pelo tema *lixo e reciclagem* 80,8%, aproximadamente. Em contrapartida, o tema que envolveu o maior número de professores foi o de *saúde e nutrição* 17,1%, aproximadamente, tendo como parceiros, também os alunos 72,3%, aproximadamente.

Quanto às temáticas, indicadas pelos diretores, como as mais trabalhadas na escola se percebe uma visão reducionista e separada da realidade, pois são temas trabalhados de forma isolada. Conforme Cooper e Anjos (2014, p. 133), essa forma de fragmentar as questões ambientais acabam "construindo dogmas relacionados a uma visão higienizante, biologizante e reducionista destas, e afastando-se do seu real sentido humanitário, o da crítica social". Dessa forma, os trabalhos desenvolvidos nas escolas, aparentemente, não trazem uma transformação social, muitas vezes, encontram-se desarticulados da realidade, dificultando a participação coletiva na discussão da problemática ambiental .

Conforme os dados da Tabela 11, pouco é o envolvimento dos pais/famílias ou de outros atores sociais no desenvolvimento dos temas em educação ambiental. Porém conforme os dados da Tabela 6, os diretores indicaram com um percentual elevado, as ações que desenvolvem com mais facilidade: 'promover a comunicação aberta na comunidade escolar' e 'facilitar e estimular a participação dos pais/famílias, alunos, professores e demais funcionários nas tomadas de decisões da escola', ambos com 26,6%, aproximadamente, de indicações. Esse cruzamento de dados demonstra que nos depoimentos dos diretores a participação dos pais/famílias está em descompasso.

Como forma de encaminhar a participação mais efetiva dos pais/famílias e, demais sujeitos da comunidade, em situações que necessite da tomada de decisão, Lück, Freitas, Girling e Keith (2011, p. 66) sugerem que "usar técnicas participativas para solucionar

problemas e tomar decisões encoraja a equipe escolar, [...], assim como os pais/famílias e alunos quando apropriado, a assumirem maiores responsabilidades com relação ao que acontece na escola, como também facilita uma melhor tomada de decisão". Nesse sentido, adotar formas alternativas de promover a participação possa auxiliar no desenvolvimento desse trabalho.

4.3.2 Relação entre gestão escolar e educação ambiental na escola

A relação entre gestão escolar e educação ambiental na escola está subdividida em diversas questões que trazem um mapeamento dessa relação. As respostas foram organizadas em tabelas. Quanto à questão que trata da participação do gestor escolar em formação específica sobre a temática educação ambiental, se obteve 40 (76,9% aproximadamente) respostas negativas e 12 (23,1% aproximadamente) respostas positivas do total de 52 respondentes (TABELA 12). Esta questão apresentou dois tipos de desdobramentos, um correspondeu às afirmativas, em que foi solicitado esclarecer o tipo de formação, a carga horária, o local e autores trabalhados.

O outro desdobramento estava relacionado à resposta negativa, em que foram indicados os motivos pelo qual o gestor não havia participado de formação na área da educação ambiental. As alternativas eram: não foi oferecido; não tive interesse; não tem relação direta com o papel da gestão escolar; priorizo os interesses dos professores; indiquei outra pessoa para participar ou outro.

Tabela 12 – Participação em formação em Educação Ambiental

Respostas	Nº de Diretores
Sim	12 (23,1%)
Não	40 (76,9%)
Total	52

Fonte: Autora, 2016.

As respostas positivas foram relatadas pelos diretores, trazendo diversas formas de metodologias e assuntos na temática educação ambiental. A D7 participou do "projeto AES SUL", com duração de 4 horas. A D44 destacou que participou da última formação em "outubro com 8 horas de formação." A D51 descreveu que a formação em educação ambiental aconteceu através da "Secretaria do Meio Ambiente do Município, através da

EMATER e através da 3ª Coordenadoria de Educação". A D41 relatou que participou de

[...] seminários nacionais e internacionais sobre sustentabilidade e Meio Ambiente, Rio+20, com carga horária de 40 horas e os autores estudados: Stuart Hart — O capitalismo na encruzilhada; Al Gore — Uma verdade inconveniente; James Lovelok — Gaia; protocolo de Kyoto; Conferência sobre Mudanças no clima — Copenhague (D41).

A D35 comenta que participou de "palestras promovidas pela 3ª CRE em parceria com a SMED para alunos, duração 4h". A D19 destaca que realizou somente as "formações oferecidas pela 3ª CRE". D4, D38, D49, D52 e D6 afirmaram que realizaram formações, porém não determinaram os tipos, a carga horária, autores ou local. Deixando, portanto a reposta vaga.

As formações indicadas demonstraram serem muito pontuais, de curta duração e com temáticas muito específicas, aparentemente sem muitos resultados na comunidade escolar. Ou seja, conforme Sousa e Mioioli (2014, p. 98) esse tipo de formação não contribui para "uma educação ambiental transformadora, que modifique, de fato, a perspectiva dos indivíduos em relação com o meio que os cerca".

Tabela 13 – Não participou de formação em educação ambiental

Opções de respostas	Nº de Diretores	
Indiquei outra pessoa para participar	16 (42,1%)	
Não foi oferecido	14 (36,8%)	
Outros	4 (10,5%)	
Priorizo os interesses dos professores	3 (7,8%)	
Não tive interesse	0	
Não tem relação direta com o papel da gestão	0	
Total	37	

Fonte: Autora, 2016.

Nos dados apresentados, destaca-se a opção *indiquei outra pessoa para participar* (42,1% aproximadamente), nesses casos, normalmente as escolas enviam os professores que têm interesse ou disponibilidade de tempo, com o compromisso de repassar as informações para os demais. Essa informação destoa dos dados que constam na Tabela 14, em que todos os diretores afirmam que a educação ambiental faz parte das atividades da gestão.

O outro item mais indicado pelos diretores foi: *não foi oferecido* (36,8% aproximadamente), sendo que nos comentários os diretores citaram diversas atividades em que eles participaram inclusive oferecidos pela mantenedora (3 ª CRE e SEDUC). As

respostas colocadas para 'outros' corresponde a diversas colocações, entre elas destaco a D20 que comentou que participou "somente cursos de no máximo 8 horas". A D42 disse que "ainda não teve oportunidade, mas tenho interesse" e a D45 apresentou uma resposta muito parecida com a anterior, em que afirmou que "não tive oportunidade".

Quando se fala em participação em formação em educação ambiental, Carvalho (2005, p. 60) destaca que essas propostas de cursos, programas devem "dialogar com o mundo da vida dos professores [...], sob pena de serem recebidos como mais uma tarefa entre tantas que tornam o cotidiano do professor um sem-fim de compromissos". Nesse sentido, a autora continua descrevendo que "a formação de professores em EA, mais do que uma capacitação buscando agregar nova habilidade pedagógica, desafia a formação de um *sujeito ecológico*".

Na Tabela 14 constam as informações encaminhadas pelos diretores em relação a percepção da presença da educação ambiental nas atividades da gestão.

Tabela 14 – Presença da educação ambiental nas atividades de gestão

Respostas	Nº de Diretores
Sim	52 (100%)
Não	0
Total	52

Fonte: Autora, 2016.

De acordo com a Tabela 14 as respostas foram unânimes, considerando que todos os 52 diretores responderam que a educação ambiental está presente nas suas atividades de gestão escolar. Quando foram questionados acerca de exemplos de atividades em que eles poderiam destacar sua participação, sendo que podiam marcar mais de uma atividade, responderam os dados que constam na Tabela 15.

Tabela 15 - Tipos de atividades em que o gestor indica acerca da educação ambiental

Atividades de educação ambiental na gestão escolar	Nº de diretores
Organização de eventos alusivos a temática ambiental – Dia do Meio Ambiente; Água; Poluição; Lixo; etc.	48 (92,3%)
Incentivo aos docentes na realização de atividades em sala de aula com a temática ambiental	46 (88,4%)
Projetos e/ou Programas Ambientais (Agroecologia, Cisternas, Hortas, escolas Sustentáveis)	42 (80,7%)
Promoção de saídas de campo ou visitas técnicas, relacionadas a temática ambiental, com os docentes da minha escola	37 (71,1%)
Incentivo aos docentes no aprofundamento teórico da temática ambiental, indicando referenciais	27 (40,3%)
Outro	4 (7,6%)

Fonte: Autora, 2016.

As três ações, com maior indicação pelos diretores, envolvendo a educação ambiental na função da gestão são percebidos na *organização de eventos* (92,3% aproximadamente de diretores), *incentivo aos docentes para realizarem trabalhos em sala de aula* (88,4% aproximadamente) e *incentivo no desenvolvimento de projetos* (80,7% aproximadamente). Em contrapartida, a ação menos indicada está relacionada ao incentivo aos docentes no aprofundamento teórico da temática ambiental com, aproximadamente (40,7%) de indicações. Essas informações ficam mais evidentes na atuação dos diretores na formação continuada de docentes em educação ambiental.

Tabela 16 – Atuação da gestão escolar na formação continuada de docentes em educação ambiental

Ações da Gestão escolar	Sim	Não	Eventualmente	Nº de diretores
Acesso a informação em educação ambiental	49 (94,3%)	1 (1,9%)	2 (3,8%)	52 (100%)
Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico sobre educação ambiental	35 (68,6%)	2 (3,9%)	14 (27,5%)	51 (98%)
Participação em congressos, seminários, oficinas, fóruns sobre educação ambiental	33 (64,7%)	3 (5,8%)	15 (29,5%)	51 (98%)
Promoção de grupos de estudos na unidade escolar (hora/atividade)	26 (53%)	8 (16,4%)	15 (30,6%)	49 (94,2%)
Incentivo à qualificação dos professores em educação ambiental	39 (79,6%)	1 (2%)	9 (18,4%)	49 (94,2%)
Liberação de carga horária para educação ambiental	16 (34%)	19 (40,4%)	12 (26,6%)	47 (90,3%)
Ajuda de custo para educação ambiental	7 (15,2%)	27 (58,7%)	12 (26,1%)	46 (88,4%)
Liberação para cursos de extensão em educação ambiental	12 (26,6%)	13 (28,8%)	20 (44,6%)	45 (86,5%)
Liberação para cursos de pós-graduação em educação ambiental	11 (25,6%)	22 (51,1%)	10 (23,3%)	43 (82,6%)
Educação à distância em educação ambiental	8 (19%)	19 (45,2%)	15 (35,8%)	42 (80,7%)

Fonte: Autora, 2016.

A Tabela 16 ilustra que a maioria dos diretores promove, apoia ou incentiva que os professores participem de formações em educação ambiental com, aproximadamente, 94,3 indicações. No entanto, essa informação se contrapõe a Tabela 15, que indicou o item incentivo aos docentes no aprofundamento teórico com o menor grau de importância (40,3% aproximadamente).

Essa situação está também sendo preocupação de docentes em outros países, como

relatam Borges, Reis e Fernades (2012, p. 196) na pesquisa que desenvolveram com professores portugueses de 1º ciclo, em que ocorreu uma "manifestação da importância que os professores concedem à aquisição de conhecimentos básicos, em particular aos de natureza ecológica para melhor compreensão dos fenômenos e dos problemas ambientais".

Essa preocupação com a formação específica para a área da educação ambiental passa por diversas instâncias, até mesmo fora da esfera escolar, como mostra a pesquisa de Souza e Milioli (2014, p. 95) realizada com engenheiros ambientais que concordam que a educação ambiental "compreende um instrumento muito importante, que pode contribuir para a melhoria da qualidade socioambiental da região, empregada por meio de campanhas ou como uma disciplina obrigatória nas escolas". Dessa forma, se pode dizer que fica evidente a necessidade da escola em aprofundar os conhecimentos em relação a área ambiental, além do professor de Ciências da Natureza, constituindo uma tarefa para a gestão escolar.

Tabela 17 – Dificuldades em desenvolver a educação ambiental na escola

Dificuldades	1	2	3	4	5	Nº diretores
Dificuldade da comunidade escolar de entender as questões ambientais	2 (4,1%)	8 (16,4%)	6 (12,2%)	21 (42,8%)	12 (24,5%)	49 (94,2%)
Falta de tempo para planejamento e realização de atividades extracurriculares	1 (2%)	4 (8,4%)	6 (12,5%)	19 (39,6%)	18 (37,5%)	48 (92,3%)
Precariedade de recursos materiais	2 (4,4%)	5 (11,1%)	10 (22,2%)	17 (37,8%)	11 (24,5%)	45 (86,5%)
Falta de recursos humanos qualificados	3 (7,1%)	2 (4,7%)	8 (19,1%)	13 (31%)	16 (38,1%)	42 (80,7%)
Conflito de interesses	8 (21%)	7 (18,5%)	8 (21%)	9 (23,7%)	6 (15,8%)	38 (73%)
Falta de integração entre professores e direção escolar	10 (32,2%)	7 (22,6%)	2 (6,4%)	7 (22,6%)	5 (16,2%)	31 (59,6%)

Fonte: Autora, 2016.

A Tabela 17 expõe as indicações dos diretores em relação às dificuldades em desenvolver a educação ambiental na escola, sendo a maior dificuldade a da *comunidade escolar entender as questões ambientais* (94,2% aproximadamente), o que tem relação com a Tabela 11 que indicam os pais/famílias como os atores menos envolvidos com a temática ambiental. Essa dificuldade afeta diretamente a participação nas tomadas de decisão e pode ser relacionada, também a Tabela 16, que mostra os 5 itens menos citados, ou seja, a liberação de horas para participar de cursos de extensão, pós-graduação, à distância e carga horária no

currículo.

Quanto às dificuldades em desenvolver a educação ambiental na escola, as indicações dos diretores apontaram que a *falta de tempo para planejamento e realização de atividades extracurriculares* (39,6% aproximadamente – como importante), a *precariedade de recursos materiais* (37,8% aproximadamente – como importante) e a *falta de recursos humanos qualificados* (38,1% aproximadamente – como muito importante) estão entre as principais dificuldades. Esses aspectos corroboram com as informações das tabelas anteriores, sugerindo que as dificuldades são compartilhadas pela maioria dos diretores.

O que chamou atenção na Tabela 17 foi que o item *conflito de interesses* foi indicado, no entanto é importante para um número baixo de diretores, equivalendo a 23,7% (aproximadamente) de indicações. Nesse sentido, se apresenta o item *falta de integração entre professores e direção escolar* como nada importante, representando 32,2% (aproximadamente) das indicações dos diretores. No entanto, na Tabela 16 as informações encaminhadas pelos diretores indicam que não há liberação de horas para participar de formação específica em educação ambiental, porém na opinião dos diretores isso não gera problemas nas escolas.

Em relação à questão de como você definiria a educação ambiental na sua escola, os 52 diretores responderam de diversas formas, pois essa era uma questão aberta, que possibilitou aproximações. Sendo assim, as respostas foram organizadas em categorias, buscando uma maior compreensão dos aspectos destacados. As categorias são as seguintes: a) forma de conscientização para a comunidade escolar; b) trabalho com projetos; c) atividades práticas; d) incentivo à preservação do Meio Ambiente; e) trabalho interdisciplinar; f) educação ambiental muito teórica e pouca prática; g) foco na sustentabilidade; h) faz parte do currículo.

Tabela 18 – Definição da Educação ambiental desenvolvida na escola

Definição da Educação Ambiental desenvolvida na escola	Nº de diretores	
Forma de conscientização para a comunidade escolar	14 (22,3%)	
Trabalho com projetos	12 (18,9%)	
Atividades práticas (horta escolar, composteira, plantio de árvores,)	10 (15,9%)	
Incentivo a preservação do meio ambiente	7 (11,1%)	
Trabalho interdisciplinar	7 (11,1%)	
Educação ambiental muito teórica e pouca prática	6 (9,6%)	
Faz parte do currículo	4 (6,4%)	
Foco na sustentabilidade	3 (4,7%)	
Total de citações	63	

Fonte: Autora, 2016.

Em relação à conscientização da comunidade escolar são várias as formas de representação dessa questão pelos diretores. A D19 destaca que o "trabalho de conscientização requer paciência e persistência, pois os resultados não são momentâneos". Para D26 "[...] trabalho de conscientização quanto à coleta seletiva e separação do lixo da escola", pareceu tratar de uma ação pontual que deve desencadear a conscientização da comunidade, porém a ação é realizada dentro da escola apenas.

Os depoimentos de D37, D39 e a D51 trazem outro enfoque para esse processo, em que destaca

[...] para conscientização da comunidade escolar sobre questões ambientas. Na qual visam melhorar na qualidade de vida ambiental da comunidade (D37). [...] nossa preocupação é trabalhar não apenas a conscientização sobre diversos assuntos ligados ao tema, mas [...] à ações que precisamos desenvolver enquanto seres humanos, escola, família para preservar o meio ambiente (D39). Estamos trabalhando buscando conscientizar toda a comunidade escolar da necessidade que temos na preservação do meio ambiente [...] (D51).

Em relação aos trabalhos com projetos (18,9% aproximadamente), os diretores descreveram os projetos nos quais eles desenvolvem nas escolas, no entanto não especificam quais são os projetos, apenas indicam que estes tratam de questões ambientais. As atividades práticas desenvolvidas nas escolas correspondem a 15,9% aproximadamente e trazem ações pontuais, dentre eles destacam-se: mini-horta, composteiras, coleta de óleo de cozinha saturado, canteiros de chá, coleta de água da chuva, plantio de árvores, etc.

Na perspectiva de desenvolver a conscientização acerca das questões ambientais e, buscando ampliar essa perspectiva, Trazzi (2010, p. 107) declara que "um dos grandes desafios [...] é atuar no resgate e desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos como confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade, iniciativa

[...]". Essa deve ser a tarefa no trabalho com educação ambiental desenvolvido na escola, visando ampliar a reflexão crítica das questões ambientais para além da escola.

Aos diretores foi solicita uma questão final com o intuito de realizarem uma projeção para os próximos anos, em forma de planejamento de ações em educação ambiental nas suas escolas. A Tabela 19 apresenta as propostas organizadas em categorias.

Tabela 19 - Planejamento em educação Ambiental para os próximos anos na escola

Planejamento de ações em Educação Ambiental	Nº de diretores
Organização de formação continuada em Educação ambiental	16 (30,7%)
Trabalhar com a conscientização da comunidade	11 (22,4%)
Preocupação com a inserção no currículo	7 (14,28%)
Promoção da implementação da caminhada já existente na escola	5 (10,20%)
Promover a participação da comunidade escolar	4 (8,1%)
Desenvolvimento da avaliação do trabalho realizado nessa temática	4 (8,1%)
Necessidade de mudança de atitude	3 (6,1%)
Envolvimento nas disciplinas com a temática ambiental	1 (2%)
Aulas mais dinâmicas	1 (2%)
Total	52

Fonte: Autora, 2016.

A questão que aborda o planejamento acerca da temática em educação ambiental para os próximos anos na escola, obteve 52 respostas. Estas respostas foram organizadas em categorias, onde as 3 mais indicadas foram: a) formação continuada em educação ambiental; b) conscientização da comunidade escolar; c) preocupação com a inserção no currículo.

As respostas dos diretores destacam a preocupação com a formação continuada em educação ambiental, que equivale aproximadamente a 30,7% das indicações, envolvendo os atores da comunidade escolar, pais/famílias, alunos, professores, etc., por meio de palestras, desenvolvimento de projetos e realizando parceiras com entidades que trabalham com essa temática. Dessa forma, também, essas ações buscam contribuir para o desenvolvimento mais efetivo da conscientização dessa comunidade em relação a temática ambiental. No depoimento, D46 descreve que "é necessário incluir esta temática na formação de professores".

A declaração de D31 destaca que "existe a necessidade de formação docente nesta área para que possamos levar nossos projetos além dos muros da escola". D41 apresenta uma projeção com o foco no aluno, em que descreve que

[...] no PPP da nossa escola coloquemos como objetivo de formação do aluno, uma criança que tenha compromissos com a natureza, o meio ambiente e práticas de redução de consumo de itens poluidores, reciclem e reutilizem embalagens [...] para cuidarmos da nossa mãe Terra (D41).

Em diversos depoimentos, também, ocorre a iniciativa de inserir a temática ambiental nos planos de ensino das diferentes áreas de conhecimento, buscando um envolvimento maior dos docentes de outras áreas. Esse aspecto se evidencia no depoimento de D18: "planejamento envolvendo todos os componentes curriculares que formam o Currículo trabalhado de forma integrada". Outro aspecto nessa linha de reflexão apareceu no depoimento de D15 "educação ambiental integrada no plano de trabalho dos docentes". O depoimento de D47 destacou que "há necessidade de um maior envolvimento de todas as disciplinas".

4.3.3 Síntese da Compreensão da Gestão Escolar e Educação Ambiental pelos Diretores das Escolas Estaduais

A gestão escolar se coloca como uma área importante para a educação ambiental, na visão dos diretores, e que essa deve ser desenvolvida na escola, em parceria com os diversos atores da comunidade. Porém, a condução de ações, que envolvem essa temática, fica reduzida a formações com poucas horas e poucas pessoas participando destas formações. Nesse sentido, um questionamento emerge: por que essa temática é proposta em ações com poucas horas de formação, sendo que essa deve ser uma temática provocativa de reflexão e discussões coletiva?

As informações analisadas, nessa pesquisa, mostraram que a mantenedora das escolas estaduais promove ações de formação para a educação ambiental e para a gestão escolar, com o intuito de desencadear ferramentas de intervenção no trabalho desenvolvido nas escolas em relação a essas temáticas. No entanto, nas indicações dos diretores essas formações não tem a mesma compreensão do grupo como um todo. Dessa forma, esse estudo mostrou que formas alternativas de fomentar propostas de formações mais efetivas acerca da gestão escolar e da educação ambiental não estão sendo incorporadas nas ações da escola como um todo, necessitando de mais discussões no coletivo, fomentadas pela gestão.

As informações trouxeram um panorama do perfil dos diretores das escolas estaduais localizadas no Vale do Taquari, descrevendo um grupo na faixa etária entre 30 e 60 anos,

aproximadamente, com experiência na docência; na média, entre 10 e 40 anos; sendo que todos possuem formação em graduação e que a maioria realizou cursos em pós-graduação. Quanto a compreensão da gestão escolar, os diretores descreveram suas visões acerca dessa área, trazendo mais os aspectos relacionados com uma postura, ainda muito ligada a administração de empresas, o que corrobora com as reflexões de Paro (2003, 2007, 2010), Lück (2006, 2009, 2011, 2013), Hora (2010), entre outros autores.

As principais considerações apontadas pelos diretores estão relacionadas: a preocupação em administrar os recursos econômicos com verbas públicas; a responsabilidade em acompanhar o trabalho pedagógico com qualidade nos processos de ensino e de aprendizagem, buscando a promoção de formações continuadas, muitas vezes, restritas por falta de recursos econômicos; a mobilização dos agentes (pais/famílias, alunos, professores, funcionários, etc.) numa integração e participação reflexiva, consciente com responsabilidade e compromisso com o coletivo social e ambiental e as dificuldades em desenvolver ações como a comunicação aberta com a comunidade, a promoção do clima de confiança e de respeito às diferenças.

As declarações dos diretores mostram as percepções, quanto à relação direta entre o trabalho desenvolvido pela gestão escolar e as implicações na educação ambiental desencadeadas na escola. Nesse sentido, é possível perceber as aproximações que se poderia realizar entre o processo desejado da gestão democrática e participativa com as abordagens apresentadas pela educação ambiental, pois a educação ambiental busca fomentar a participação ativa dos atores sociais, por meio da divulgação de informações que levem esses atores a terem consciência crítica do contexto social para, assim, conseguirem compartilharem as tomadas de decisão.

Tanto na gestão democrática e participativa, quanto no desenvolvimento do trabalho de conscientização desencadeado pela educação ambiental se encontra a inserção da relação dialógica, tão apregoada por Freire (1995, 2000, 2010). A relação dialógica considera o outro como uma parte importante na tomada de decisão, pois precisa promover a exposição de ideias e experiências de vida que podem auxiliar nas decisões que deveriam ser pautadas para o bem do coletivo e do ambiente, de modo geral.

Ao analisar as informações encaminhadas pelos diretores das escolas estaduais foi possível constatar, também, que a gestão escolar, ainda, não percebe a relação direta do seu

trabalho com a educação ambiental desenvolvida nas escolas. As reflexões acerca da educação ambiental apresentam possibilidades de uma proposta de ensino mais crítica e problematizadora, no momento que pode promover a articulação entre o contexto local e o global, por meio do envolvimento dos estudantes e demais agentes da comunidade escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na finalização desse trabalho, como fechamento e não como conclusão, é necessário retomar os objetivos dessa pesquisa, com o intuito de perceber a forma como esses foram sendo desenvolvidos no transcurso do trabalho. O objetivo de *conhecer acerca da gestão escolar e da educação ambiental, visando à organização de um referencial significativo para a reflexão sobre essas áreas, contemplando aspectos históricos, conceituais e da legislação educacional* se evidenciou no capítulo da revisão de literatura e será sintetizado a seguir.

Quanto à gestão escolar, a revisão de literatura apresenta estudos que apontam para programas em gestão escolar, desenvolvidos por instituições em todo o Brasil e no exterior, como, por exemplo, em Portugal, que buscam desencadear políticas de formação nessa gestão. As políticas de formação em gestão escolar, conforme as pesquisas apresentadas nesse trabalho demonstram uma preocupação efetiva, relacionadas às políticas educacionais como um todo.

A gestão escolar também apresenta uma ligação com a visão empresarial que pauta a proximidade entre a administração. As pesquisas atuais mostram a aproximação entre gestão escolar e qualidade de ensino, tanto no Brasil como no exterior, em específico nas escolas da Coreia, necessitando de uma reflexão mais detalhada e crítica para problematizar a concepção de qualidade que está pautando as discussões.

Nas pesquisas realizadas, também, constataram modelos de gestão que foram analisados, comparados e sugeridos como subsídios e experiências inovadoras. A busca por modelos de gestão é uma preocupação também no exterior, como as pesquisas realizadas em Portugal, demonstrando uma evolução em relação às mudanças educacionais ocorridas e as

alterações nos modelos de gestão para acompanhar as mudanças educacionais.

As concepções de gestão escolar, apresentadas nos trabalhos de pesquisas, trouxeram necessidades de ampliar a compreensão em relação a participação dos atores da comunidade escolar e a desencadeamento da autonomia administrativa e pedagógica das escolas. Essas são temáticas recorrentes que apresentam certa complexidade de concepção, desenvolvendo o processo de participação e necessitando de uma gestão escolar aberta à comunidade, buscando a constituição de órgãos colegiados.

Quanto à promoção de uma gestão democrática e participativa, apregoada pela legislação educacional vigente no Brasil, ainda precisa de estudo, reflexão e operacionalização dessa concepção no contexto do cotidiano escolar. Foi possível perceber que esse processo precisa ser aprimorado e vivenciado nas instâncias da comunidade escolar.

A revisão de literatura da temática da educação ambiental promoveu uma reflexão acerca do desenvolvimento histórico dessa temática na evolução das sociedades contemporâneas, expondo a necessidade de discussão acerca da relação do ser humano com os ambientes físicos, naturais e sociais. Por meio da problematização dessa relação ser humano com o meio ambiente, surgiram diversas apontamentos e reflexões que resultaram em diversas conferências entre as nações para discutir as mudanças climáticas que afetam todo o planeta.

Desses encontros entre diversas nações surgiram políticas públicas que trouxeram discussões acerca da ecologia, sustentabilidade, globalização, que derivaram Políticas em Educação Ambiental. A escola foi um dos locais mais vistos como um espaço propício para desencadear ações que promovam essa mudança paradigmática da relação do ser humano com o meio ambiente.

A educação ambiental apregoa a conscientização por meio da divulgação do conhecimento científico e da necessidade de compreensão do conhecimento popular, buscando formas de aproximações. Essa conscientização pode acontecer por meio do diálogo e do respeito.

Os estudos recentes acerca da temática da educação ambiental trazem pesquisas pontuais que abordam as ciências naturais como forma de proteção e estudo aprofundado de aspectos da flora e da fauna, com o intuito de compreensão e de evitar possíveis extinções de

animais ou plantas no Brasil e no exterior. Os trabalhos que tratam da educação ambiental trazem discussões acerca da formação em educação ambiental, tanto de docentes como de pessoas não vinculadas às escolas, bem como da formação de discentes da Educação Básica, vistos como futuros responsáveis pelas tomadas de decisões na sociedade.

Essa revisão de literatura imbricando os temas traz aspectos interessantes e significativos com possibilidades de assessorar as discussões em relação a gestão escolar e educação ambiental de forma efetiva, tanto nas escolas como em formações de docentes, de gestores e da comunidade de modo geral.

Os objetivos de identificar a compreensão que os diretores das escolas estaduais têm sobre o papel da gestão e da educação ambiental na escola de Educação Básica e o de reconhecer as percepções dos diretores das escolas estaduais acerca da temática da educação ambiental tangenciada à gestão escolar serão enfatizados a seguir.

A compreensão dos diretores acerca da gestão escolar está muito ligada à visão da administração em que a maior preocupação está em gerir os recursos econômicos, pois são verbas públicas que precisam ser administradas de forma transparente. Outra preocupação dos diretores, em relação à gestão escolar, está vinculada a administração dos recursos humanos, que dependem das relações interpessoais entre esse profissional e os demais atores da escola.

Nesse sentido, os diretores relataram a dificuldade em desenvolver os processos de participação dos docentes, discentes, pais/famílias e funcionários nas tomadas de decisões encaminhadas pela gestão escolar. O processo de autonomia, também, demonstra ser difícil para desenvolver na escola, muitas vezes ficando a cargo do diretor ou da equipe diretiva.

A educação ambiental aparece como uma inquietação constante da gestão escolar, no entanto a escola desenvolve ações pontuais acerca dessa temática, sem certa continuidade e reflexões mais aprofundadas. A educação ambiental aparece como uma temática complexa, exigindo mais estudos e discussões com os atores da comunidade escolar como um todo, não somente em atividades como os discentes.

O objetivo de caracterizar os aspectos que são contemplados sobre a educação ambiental, na Educação Básica das escolas estaduais, a partir das ações desenvolvidas pelo setor de educação Ambiental dessa Coordenadoria foi alcançados por meio da disponibilidade e conhecimento dos relatórios desse setor dos anos de 2010, 2011, 2012 e

2013. Nos Relatórios das Atividades de educação Ambiental das escolas pertencentes à 3ª CRE, organizado pelo Núcleo Diversidade estão bem detalhados e apresentam ações encaminhadas com discentes e docentes com o intuito de serem disseminada nas escolas para a comunidade escolar.

Os relatórios descrevem as atividades e trazem uma proposta de continuidade de trabalho a ser desencadeado nas escolas. Muitas ações são indicadas para um representante de cada escola para posterior discussão nas reuniões, nos eventos organizados por essas temáticas ou trabalhos desenvolvidos em salas de aula.

A complexidade na compreensão da concepção de gestão escolar vigente na legislação educacional brasileira mostra que essa pesquisa não se esgota e necessita aprofundar essas discussões com os gestores escolares. A concepção de educação ambiental apresentada pelas escolas, também, necessita de reflexões mais aprofundadas com o intuito de mudanças significativas nas práticas desenvolvidas. Nesse sentido, a continuidade desse estudo se torna relevante, pois pode fomentar momentos de discussões, podendo auxiliar na revisão das concepções de gestão escolar e de educação ambiental no âmbito escolar como um todo.

Esse estudo provocou reflexões acerca da concepção de gestão escolar e da compreensão de educação ambiental, considerando, também, o contexto escolar. Percebe-se, como contribuição dessa pesquisa, que existem possibilidades de organizar ações de formação nas duas temáticas, buscando a participação efetiva dos grupos, desde o planejamento até o desenvolvimento de trabalhos com mais carga horária, promovendo maior comprometimento de quem desenvolve as ações, juntamente com os sujeitos da comunidade escolar.

A preocupação em ampliar o conhecimento acerca da gestão escolar e da educação ambiental, permitirá a aplicação desse instrumento de pesquisa em outras instâncias, como por exemplo, com diretores de escolas municipais em cidades do Vale do Taquari, buscando um estudo comparativo. Esse estudo pode auxiliar na reorganização e oferecimento de assessorias e formações continuadas mais provocativas e reflexivas, comprometidas com a aproximação entre o ensino superior e os contextos educacionais dessa região.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo J. **Gestão, autonomia e** *accountability* **na escola pública portuguesa: breve diacronia.** RBPAE – v.26, n.1, p. 13-30, jan./abr. 2010. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19678>. Acesso em: 28 fev. 2016.

ALVES, Wanderson F. Gestão escolar e o trabalho dos educadores: da estreiteza das políticas à complexidade do trabalho humano. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 17-34, jan.-mar. 2010. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 20 de jan. 2013.

ANDRÉ, Marcos (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas, SP: Papirus, 2001. (Série Prática Pedagógica).

ARAÚJO, Cecília S. do C. Initial training of teachers in science education activity: exploring non-formal environments. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 97-111, 2013. Disponível em: <search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile>. Acesso em: 10 nov. 2015.

ARRUDA, Cleberson P. **Gestão escolar e o paradigma multidimensional da administração da educação**. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Educação, 2012. Disponível em: www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Dissertação-Cleberson-Arruda/65315683.html>. Acesso em: 28 fev. 2016.

ASSUMPÇÂO, Eracilda. Planejamento: o desafio da participação. In: CAMARGO, Ieda de (Org.). **Gestão e Políticas da Educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

BARCELOS, Valdo. H. L. "Escritura" do mundo em Octavio Paz: uma alternativa pedagógica em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental:** pesquisas e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BEKALO, S.; BANGAY, C. Towards effective environmental education in Ethiopia: problems and prospects in responding to the environment - poverty challenge. **International**

- **Journal of Educational Development**, [S.l.], n. 22, p. 35 46, 2002. Disponível em: www.elsevier.com/locate/ijedudev>. Acesso em: 03 jan. 2014.
- BARROSO, João. A utilização do conhecimento em política: O caso da gestão escolar em Portugal. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 987-1007, set./dez. 2009. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 28 fev. 2016.
- BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F. de (Org.). **Gestão e Política da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- BLUM, N. Environmental education in Costa Rica: Building a frame work for sustainable development? **International Journal of Educational Development**, [S.l.], n. 28, 348 358, 2008. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/ijedudev>. Acesso em: 09 set. 2013.
- BORGES, F.; REIS, C.; FERNANDES, J. A. Percepções de professores portugueses do 1°. Ciclo do ensino básico sobre a abordagem da educação ambiental na escola. **Revista Electrónica de lãs Ciências**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 187-202, 2012. Disponível em: http://www.webs.uvigo.es/reec. Acesso em: 10 ago. 2013.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n°. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. 5 ed. 2010. **Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. Disponível em: http://bd.camara.gov.br. Acesso em: 15 mar. 2015.
- BRASIL. Constituição Federativa do Brasil, de 1988. **Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. Disponível em: http://bd.camara.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Brasília: MEC / SEF/SEESP, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf. Acesso em: 24 jul. 2012.
- BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Documento Referência. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Desktop/documento-referencia_PNE.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- BRUEL, Betina O.; MARQUES, Márcia C. M.; BRITEZ, Ricardo M. Survival and Growth of Tree Species under Two Direct Seedling Planting Systems. **Restoration Ecology**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 414–417, jul. 2010. Disponível em: http://doi:10.1111/j.1526-100X.2009.00634.x. Acesso em: 10 nov. 2015.
- CABRAL NETO, Antônio; CASTRO, Alda Maria D. A. Gestão escolar em instituições de ensino médio: entre a gestão democrática e a gerencial. **Educação & Sociedade**, [S.l.], v. 32, n. 116, p. 745-770, jul./set., 2011. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87320975008>. Acesso em: 28 fev. 2016.
- CALAZANS, Luana S.B.; MORAIS, Erica B.; SAKURAUI, Cassia M. *Philodendron williamsii* Hook. f. (AracEducação Ambientale), an endemic and vulnerable species of southern Bahia, Brazil used for local population. **Journal of ThrEducação Ambientaltened**

Taxa, [S.l.], v. 4, n. 15, p. 3390–3394, dez., 2012.. Disponível em: <www.thrEducaçãoAmbientaltenedtaxa.org>. Acesso em: 10 nov. 2015.

CAMARGO, Ieda de. **Gestão e política da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. CAPRA, Fritjof. **A teia da vida:** uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, Isabel C. M. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Org.). **Sociedade e meio ambiente:** a educação ambiental em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, Michele; CARVALHO, Isabel. C. M. **Educação ambiental:** pesquisas e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CARVALHO, Denis B. O local e a pesquisa em educação ambiental: a cidade como local e contexto de ensino e ação. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 45-58, 2013. Disponível em: <search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost...site...>. Acesso em: 10 nov. 2015.

CAVALHEIRO, Laísa W.; NISHIJIMA, Toshio. Uma situação de estudo como estratégia de educação ambiental à abordagem da problemática dos riachos degradados em uma escola. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 10-22, 2014. Disponível em: <periodicos.ufsm.br/reget/article/download/4049/2796>. Acesso em: 10 nov. 2015.

CHEMIN, B. F. Manual da Univates para Trabalhos Acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação. 2. ed. Lajeado: Ed. Da Univates, 2012.

COOPER, Aline de F. S. C.; ANJOS, Maylta B. dos . A constituição do pensamento ambiental: de Leff a Ingold – bases da visão crítica? **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 133-146, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/.../291017919. Acesso em: 16 nov. 2015.

CORREIA, Marisa M. Concepções de ambiente de futuras professoras portuguesas: um estudo de caso. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 87-96, 2013. Disponível em: <www.redalyc.org/pdf/1295/129530603002.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

CÓSSIO, Maria de F. Gestão democrática da educação: retórica política ou prática possível. In: CAMARGO, Ieda de. **Gestão e política da educação**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CÓSSIO, Maria de F.; MOREIRA, Hypolito; LEITE, Maria C. L.; DALL'IGNA, Maria A. Gestão educacional e reinvenção da democracia: questões sobre regulação e emancipação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 325-341, mai./ago. 2010. Disponível em: <seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19720/11491>. Acesso em: 28 fev. 2016.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURY, Carlos R. J. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: OLIVEIRA, Maria A. M. de (Org.). **Gestão educacional:** novos olhares, novas abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DELORS, Jacque (Org.). **Educação:** um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia da investigação em educação**. Curitiba: Ibepex, 2005.

_____. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DIAS, Donaldo de Souza; SILVA, Mônica Ferreira da. **Como escrever uma monografia:** manual de elaboração com exemplos e exercícios. São Paulo: Atlas, 2010.

DIAS, Nelson W. Geospatial technology applied to the identification of groundwater recharge arEducação Ambientals in northEducação Ambientalstern São Paulo, Brazil. **Revista Ambiente & Água** - An Interdisciplinary Journal of Applied Science, [S.l.], v. 4, n. 2, 2009.

Disponível em: http://doi:10.4136/ambi-agua.83. Acesso em: 10 nov. 2015.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas:** métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DUARTE, Valéria S. et al. A formação do educador ambiental em debate: uma perspectiva interdisciplinar sobre o perfil deste profissional. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 98-113, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/.../291017685. Acesso em: 16 nov. 2015.

ENRICONE, Décia. (Org.). **A Docência na Educação Superior** – Sete olhares. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FERREIRA, Naura S. C. A gestão da educação e as políticas de formação profissionais da educação: desafios e compromisso. In: _____ (Org.). **Gesta democrática da educação:** atuais tendências, novos desafios. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, Rosilda A. O conceito de redes de interação social aplicado à gestão escolar: uma leitura a partir das contribuições de Norbert Elias. ANPED, Simpósio 2011, Comunicação. Disponível em:

http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0478.pdf. Acesso em: 23 nov. 2015.

FLORES, Raul C. Los estudiantes de educación secundaria y el médio ambiente. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 112-124, 2013. Disponível em: <search.ebscohost.com/login.aspx?direct...h>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FREIRE, Paulo. A sombra desta mangueira. São Paulo: Olho D'água, 1995.

_____. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREITAS, Eduardo S. de. Representações sociais de um espaço florestal: o parque natural municipal da Freguesia (Rio de Janeiro/RJ) como área de lazer. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 23-36, 2014. Disponível em: <search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost...site..>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FONSECA, Marília; OLIVEIRA, João F. de. A gestão escolar no contexto das recentes reformas educacionais brasileiras. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 233-246, mai./ago. 2009. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/19493/11319>. Acesso em: 28 fev. 2016.

GADOTTI, Moacir (Org.). Perspectivas Atuais da Educação. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GELAIN, A. J. L. et al. Desmatamento no Brasil: um Problema Ambiental. **Revista Capital Científico** – Eletronica (RCCe), Guarapuava, PR, p. 1–15, 2012. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/ver>. Acesso em: 10 nov. 2015.

GERHARDINGER, Leopoldo C. Marine Protected Dramas: The Flaws of the Brazilian National System of Marine Protected Areals. **Journal Environmental Management**, [S.l.], v. 47, p. 630-643, 2011. Disponível em: http://doi:10.1007/s00267-010-9554-7>. Acesso em: 10 nov. 2015.

GIARETTA, Juliana B. Z.; FERNANDES, Valdir; PHILIPPI JR, Arlindo. Desafios e condicionantes da participação social na gestão ambiental municipal no Brasil. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 19, n. 62, p. 527 – 548, jul./set., 2012. Disponível em: <www.revistaoes.ufba.br>. Acesso em: 24 fev. 2015.

GIL, Antonio Carlos. Didatica do ensino superior . 1. ed. São Paulo: Atias, 200	/.
Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.	

GOMES, ALFREDO M.; SANTOS, ANA L. F. dos; MELO, DARCI B. L. de. Escola de gestores: política de formação em gestão escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 263-281, mai./ago. 2009. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19496>. Acesso em: 28 fev. 2016.

GONÇALVES, Marco Aurélio Guimarães. A prática da gestão escolar como elemento facilitador/propulsor do sucesso da escola. **Revista Científica Intr@ciência**, [S.l.], Ano 2, n. 1, p.72-105, nov. 2010. Disponível em:

<www.faculdadedoguaruja.edu.br/revista/edicoesAnteriores/edicao22010.asp>. Acesso em: 14 mar. 2013.

GOMES, Ana C.S. et al. Local plant species delimitation in a highly diverse Amazonian forest: do we all see the same species? **Journal of Vegetation Science**, [S.l.], v. 24, p. 70–79 2013. Disponível em: http://doi:10.1111/j.1654-1103.2012.01441. Acesso em: 10 nov. 2015.

GOMES, Sonia M. da S. et al. Proposta para o ensino da controladoria ambiental nos cursos de graduação de ciências contábeis nas IESs brasileiras. **Revista de Gestão Social e Ambiental** - RGSA, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 177-189, jan./abr. 2012. Disponível em: <www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2012/artigos/E2012_T00374_PCN40342.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

GONZÁLEZ- GAUDIANO, Edgar. Interdisciplinaridade e educação ambiental: explorando novos territórios epistêmicos. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel C. M. **Educação ambiental:** pesquisa e desafios. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.

GUILHERME, Ricardo; FISCHER, Julianne. O Papel da Gestão Escolar nos processos de ensinar e aprender história e geografia nos anos inicias. **Revista Interdisciplinar Aplicada**, Blumenau, v. 5, n. 4, p. 49-62 ,trim. IV, 2011. Disponível em: www.rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/viewFile/437/368>. Acesso em: 30 jul. 2015.

GUIMARÃES, Ariane; RODRIGUES, Aline S. de L.; MALAFAIA, Guilherme. Adequação de um protocolo de avaliação rápida de rios para ser usado por estudantes do ensino fundamental. **Revista Ambiente & Água** - An Interdisciplinary Journal of Applied Science, [S.l.], v. 7, n. 3, 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.996>. Acesso em: 10 nov. 2015.

GUIMARÃES JÚNIOR, Isaac de S. De volta ao mundo das ideias: o fetichismo ambiental no discurso midiático da sustentabilidade. **Comunicação e Sociedade**, [S.l.], Ano 33, n. 56, p. 233 – 263, jul./dez. 2011. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/.../2290/2761. Acesso em: 14 mar. 2013.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. Ecopedagogia e cidadania planetária. 3. ed. **Guia da Escola Cidadã**, São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, v. 3, 2002.

HENS, L. et al. Monitoring environmental management at primary schools in South Africa. **Journal of ClEducação Ambientalner Production**, [S.l.], v. 18, p. 666–677, 2010. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/jclepro>. Acesso em: 26 out. 2013.

HORA, Dinair L. da. Gestão dos sistemas educacionais: modelos e práticas exercidas na Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 26, n. 3, p. 565-581, set./dez. 2010. Disponível em: www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1427>. Acesso em: 28 fev. 2016.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional:** formar-se para a mudança e a incerteza. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

JUNQUILHO, Gelson S., ALMEIDA, Roberta A de e SILVA, Alfredo R. L. da. As "artes do fazer" gestão na escola pública: uma proposta de estudo. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, artigo 5, jun. 2012. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000200006>. Acesso em: 14 mar. 2013.

KATAOKA, Adriana M. et al. Educação ambiental: da pesquisa à extensão em três escolas de ensino fundamental. **Ambiência Guarapuava**, Guarapuava, PR, v. 10 supl. 1, p. 399 – 409, ago. 2014. Disponível em: http://doi:10.5935/ambiencia.2014.supl.13r. Acesso em: 10 nov. 2015.

KATO, Danilo S., CARVALHO, Natalia V. de; KAWASAKI, Clarice S. Um curso de educação ambiental para professores da Educação Básica e a questão da contextualização do Ensino como diretriz metodológica. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 76-86, 2013. Disponível em:

<www.search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost...site>. Acesso em: 10 nov. 2015.

KERSTEN, Rodrigo de A.; BORGO, Marília Borgo; SILVA, Sandro M. Diversity and distribution of vascular epiphytes in an insular Brazilian coastal Forest. (Diversidade e distribuição de epífitos vasculares em uma floresta insular costeira brasileira). **Revista de biologia tropical** (Int. J. Trop. Biol.), [S.l.], v. 57, n.3, p. 749-759, set. 2009. Disponível em: <www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19928468>. Acesso em: 10 nov. 2015.

KNECHTEL, Maria do R. Metodologia da Pesquisa em Educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. (Livro eletrônico). Curitiba: InterSaberes, 2014. Disponível em: http://univates.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582128992/pages/175. Acesso em: 27 fev. 2016.

LACERDA, Ana B. de. Educação ambiental entre o humano, o não humano e o desumano. In: TRISTÃO, Martha; JACOBI, Pedro Roberto. **Educação ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa**. São Paulo: Annablume, 2010.

LEANDRO, Luis; NEFFA, Elza. Is the integration of Shared Value CrEducação Ambientaltion (SVC) with strategy management of productive organizations an innovative approach to environmental challenges faced by companies today? **International Journal of Scientific and Engineering Research**, [S.l.], v. 3, n. 2, 2012, p. 484-489. Disponível em: <www.ijbmer.com>. Acesso em: 10 nov. 2015.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOUREIRO, Carlos F. B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Org.). **Sociedade e meio ambiente:** a educação ambiental em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e
planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Org.).
Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional:** uma questão paradigmática. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

_____. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa et al. **A escola participativa:** o trabalho do gestor escolar. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LÜCK, Heloísa. A Gestão educacional: uma gestão paradigmática. 2. ed. **Cadernos de Gestão**, Petrópolis, RJ: Vozes, v. 1, 2013.

MACRIS, A. M.; GEORGAKELLOS, D. A. A new teaching to olin education for sustainable development: ontology-based knowledge networks for environmental training. **Journal of Cleaner Production**, [S.l.], v. 14, p. 855 - 867, 2006. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/jclepro>. Acesso em: 16 jul. 2013.

MALAGODI, Marco A. S. Sobre conflitos ambientais e educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 31-44, 2013. Disponível em: www.search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost>. Acesso em: 10 nov. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIUCCI, Sérgio E. **A formação do gestor escolar em escolas católicas:** estudo sobre o perfil do gestor e sua relação com a qualidade da educação. Disponível em: http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/SergioMariucci-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

MARTINS, Ângela M. Gestão e autonomia escolar: um estudo comparado Brasil/Portugal. **Revista Brasileira de Educação**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 69-98, jan./abr. 2011. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27518464005. Acesso em: 28 de fev. 2016.

MARTINS, Angela M.; SILVA, Vandr G. da. Estado da arte: gestão, autonomia da escola e órgãos colegiados (2000/2008). **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], v. 41, n. 142, jan./abr. 2011. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/v41n142/v41n142a12.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2013.

MELLO, Elena M. B.; CÓSSIO, Maria de F. Gestão da Educação Básica: ausências e emergências. In: CAMARGO, Ieda de. **Gestão e política da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

MIZUKAMI, Maria da G. N. **Ensino:** as abordagens do processo. Temas básicos de educação e ensino. São Paulo: EPU, 1986.

MONTEIRO, Jamir M.; GOMES, Carla P.; SÁ, Loany; FURTADO, Thatiane F. de S. Política nacional de resíduos sólidos - lei 12.305/2010 uma visão geral e sua interface com o porto de Santos. InterfacEHS, **Revista de Saúdem meio Ambiente e sustentabilidade**, [S.l.], v. 9 n. 1, 2014. Disponível em: <www.revistas.sp.senac.br>. Acesso em: 10 nov. 2015.

MUNIZ Jr., Jorge; MAIA, Flávia Gabrielle; VIOLA, Gian. Os principais trabalhos na teoria do conhecimento tácito: pesquisa bibliométrica 2000-2011. In: SIMPOI, 2011. **Anais...** 2011. Disponível em:

http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2011/artigos/E2011_T00197_PCN17366.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

OLIVEIRA, Ângela M. G. de. Gestão escolar e qualidade no ensino: uma relação inseparável. **Revista AMAzônica**, Humaitá, AM, v. 2, n. 3, Ano 2., p. 146-159, , jul./dez. 2009. Disponível em: <www.ieaa.ufam.edu.br/.../t11>. Acesso em: 14 mar. 2013.

OLIVEIRA, Karine B. M.; MORAIS, Fernando de; BACELLAR, Luís de A. P. Distribuição

de parâmetros hidroquímicos das águas subterrâneas na região da Lagoa da Confusão - TO – Brasil. **Ambiência Guarapuava**, Guarapuava, PR, v. 10, supl. 1, p. 281 – 302, ago. 2014. Disponível em: http://doi:10.5935/ambiencia.2014.supl.05. Acesso em: 10 nov. 2015.

OLIVEIRA, Marco A. de. Gestão e pedagogia empreendedoras urgem Educador-empreendedor. **Revista de Educação, Cultura e Comunicação Social**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 55-60, jul./dez., 2010. Disponível em: <publicacoes.fatea.br/index.php/eccom/article/view/407/263>. Acesso em: 14 mar. 2013.

OLIVEIRA, Murilo de A. S.; PIRES, Paulo dos S. Uso público nas reservas particulares do patrimônio natural - convergência entre turismo e conservação ambiental no Brasil. **Revista de Gestão Social e Ambiental** - RGSA, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 116-134, set./dez. 2011. Disponível em: https://www.revistargsa.org/rgsa/article/view/307>. Acesso em: 10 nov. 2015.

OLIVEIRA, Maria A. M. de et al. Projeto político-pedagógico: da construção à implementação. In: OLIVEIRA, Maria A. M. de (Org.). **Gestão educacional:** Novos olhares, novas abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PASSADOR, Claudia S.; SALVETTI, Thales S. Gestão escolar democrática e estudos organizacionais críticos: convergências teóricas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 123, p. 477 – 492, abr./jun. 2013. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 28 fev. 2015.

PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública . São Paulo: Ática, 2003.
Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007.
A educação, a política a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola Educação e Pesquisa , São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763 – 778, set./dez. 2010.

PEDRINI, Alexandre G. Percepções sobre meio ambiente e o mar por interessados em ecoturismo marinho na área de proteção ambiental marinha de armação de Búzios, estado do Rio de Janeiro, RJ. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 59-75, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/.../258133896. Acesso em: 10 nov. 2015.

PERONI, Vera M.; OLIVEIRA, Regina T. C de; FERNANDES, Maria D. E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da Educação Básica brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 25 fev. 2015.

PICCININI, Cláudia L. Sobre precarização, flexibilização e intensificação do trabalho do educador ambiental: percursos na formação e na atuação profissional. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.1.], v. 9, n. 2, p. 67-82, 2014. Disponível em: <search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost...site>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PIEDADE, João; PEDRO, Neuza. Tecnologias digitais na gestão escolar: Práticas, proficiência e necessidades de formação dos diretores escolares em Portugal. **Revista Portuguesa de Educação**, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 109-133, 2014, Disponível em: <www.scielo.mec.pt/pdf/rpe/v27n2/v27n2a06.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

PONTES, Patrícia P.; MARQUES, Andréa R.; MARQUES, Guilherme F. Efeito do uso e ocupação do solo na qualidade da água na microbacia do Córrego Banguelo — Contagem. **Revista Ambiente & Água** - An Interdisciplinary Journal of Applied Science, [S.l.], v. 7, n. 3, 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.962>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PROENÇA, Mariana de S.; OSLAJ, Eduardo U.; DAL-FARRA, Rossano A. As percepções de estudantes do ensino fundamental em relação às espécies exóticas e o efeito antrópico sobre o ambiente: uma análise com base nos pressupostos da CTSA - ciência-tecnologia-sociedade-ambiente. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 51-66, 2014. Disponível em: <search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost...site>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PROIETTI, Maira C. Genetic Structure and Natal Origins of Immature Hawksbill Turtles (Eretmochelys imbricata) in Brazilian Waters. **PLOS ONE**, [S.l.], v. 9, Fev., 2014. Disponível em: <www.plosone.org>. Acesso em: 10 nov. 2015.

RADI, Antonio J.; ANDREOLI, Cleverson V.; FERNANDES, Valdir. Investigando ações em educação ambiental: o programa Agrinho e as histórias de vida de seus ex-alunos. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 125-139, 2013. Disponível em: http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/7444. Acesso em: 10 nov. 2015.

RIBEIRO, Job A. G.; CAVASSAN, Osmar. As quatro dimensões da relação homem – meio ambiente. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 11-30, 2013. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/handle/11449/107109>. Acesso em: 10 nov. 2015.

RIOS, Terezinha A. **Compreender e ensinar:** por uma docência da melhor qualidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ROSA, Daiani C. da. Formação docente e a educação ambiental: desafios atuais. In: MAZZARINO, Jane (Org.). Educação, meio ambiente e comunicação: reflexões, investigações e propostas. **Caderno Pedagógico**, Lajeado, RS: FATES, v. 6, n. 1, 2009.

SANTANA, Luiz Carlos. Pesquisa em educação ambiental e políticas públicas: apontamentos e memória de um processo. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 156-168, 2014. Disponível em: <search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost...site>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SANTOS, Romualdo J. dos; SILVA, Luciano F. Dimensões da realidade relacionadas ao processo educativo e à temática ambiental presentes nos manuais dos professores, referentes aos livros didáticos de biologia aprovados no PNLD 2012. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 114-132, 2014. Disponível em: http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/8317>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SANTOS, Silvio C. dos. Uma visão diacrônica da díade: escola e gestão. **Revista de Educação do IDEAU**, [S.l.], v. 5, n. 11, jan./ jun. 2010. Disponível em: http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/172_1.pdf. Acesso em: 29 fev. 2016.

- SANTOS, Terezinha F. A. M. dos. Parcerias público-privadas e gestão Escolar pública. **Revista Cocar**, Belém, v. 7, n. 14, p. 66-72, ago./dez. 2013. Disponível em: http://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/281>. Acesso em: 30 jul. 2015.
- SANTOS, Vânia M. N. dos. Formação de professores para o estudo do ambiente: realidade socioambiental local e cidadania. In: TRISTÃO, Martha; JACOBI, Pedro R. (Org.). **Educação ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa**. São Paulo: Annablume, 2010.
- SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel C. de M. **Educação ambiental:** pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317 322, mai./ago. 2005. Disponível em: <www.foar.unesp.br/.../sauve-ea-possibilidades-limitacoes-meio-ambiente---tipos.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.
- SCHNECKENENBERG, Marisa. Democratização da gestão e atuação do diretor de escola municipal. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 115-137, jan./abr. 2009. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19330>. Acesso em: 30 jul. 2015.
- SILVA, Josiane R. R. da; FILHO, Henrique O.; LACHER JR. Thomas E. Species richness and edge effects on bat communities from Perobas Biological Reserve, Paraná, southern Brazil. **Studies on Neotropical Fauna and Environment**, [S.l.], v. 48, n. 2, p. 135–141, 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/01650521.2013.845967>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- SILVA, Maraisa P. S. da. **A re-configuração das atribuições do diretor escolar com a instauração do regime de gestão democrática da escola**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Marília, 2011. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/.../silva_mps_me_mar.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2015.
- SILVA, Maria V.; PERONI, Vera M. As mutações na oferta da educação pública no período pós-Constituição Federal e suas implicações na consolidação da gestão democrática. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 243-262, mai./ago. 2013. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/43522. Acesso em: 30 jul. 2015.
- SHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo:** um novo *desing* para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, Carlos F. B.; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo S. de (Org.). **Educação Ambiental:** repensando o espaço da cidadania. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SOUSA, Enio O. F.; BRITO, Natilene M.; AMARANTE JÚNIOR, Ozelito P. de. Percepção ambiental da população urbana próxima ao rio Buriti no município de São Bernardo/MA.

Pesquisa em Educação Ambiental, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 37-50, 2014. Disponível em: http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/6669>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SOUZA, Ângelo R. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 123-140, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/07.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2015.

_____. A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola. **Revista Brasileira de Educação**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 159-174, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27522482009>. Acesso em: 29 fev. 2016.

SOUZA, Donaldo B. de. Anais dos eventos da Anped e da Anpae (2000-2008) e o estado da temática gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 26, n. 3, p. 441-459, set./dez. 2010. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19792. Acesso em: 28 fev. 2016.

SOUZA, Gláucia C. de; MILIOLI, Geraldo. Educação ambiental não formal: uma análise de sua importância sob a ótica de profissionais de meio ambiente atuantes na região carbonífera catarinense. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.1.], v. 9, n. 2, p. 83-97, 2014. Disponível em: http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/8058>. Acesso em: 10 nov. 2015.

TARDIFF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

THOMAZ, Paula C.; SCHIMITZ, Tais. Gestão educacional: um olhar sobre seus conceitos, atribuições e possibilidades. In: VI Mostra Científica do CESUCA, 2013. **Anais...** [S.l.], v. 1, n. 7, 2013. Disponível em: http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/mostrac. Acesso em: 24 fev. 2014.

TRANIER, José A. Acerca de «imprescindibles» e «irremplazables» en la gestión escolar: miradas y abordajes posibles en contextos institucionales actuales. Rosario, Argentina, 2004-2014. **Educación**, [S.l.], v. 23, n. 45, p. 7-23, set. 2014. Disponível em: http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/educacion/article/view/10518>. Acesso em: 30 jul. 2015.

TRAZZI, Patrícia S. da S. Ambiente coletivo de aprendizagem significativa na educação ambiental: vivencia de valores, práticas e a busca da sustentabilidade. In: TRISTÃO, Martha; JACOBI, Pedro R. (Org.). **Educação ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa**. São Paulo: Annablume, 2010.

TRINDADE, Rui; COSME, Ariana. **Educar e aprender na escola:** questões, desafios e respostas pedagógicas. Gaia, Portugal: Fundação Manuel Leão, V. N., 2010.

TRISTÃO, Martha; JACOBI, Pedro Roberto. A educação ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa: entre, através e além do ambientalismo e da educação. In: _____. Educação ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa. São Paulo: Annablume, 2010.

TUNCER, G.; et al. Assessing pre-service teachers' environmental literacy in Turkey as a mean to develop teacher education programs. **International Journal of Educational Development**, [S.l.], v. 29, p. 426–436, 2009. Disponível em: www.elsevier.com/locate/ijedudev>. Acesso em: 10 jan. 2014.

VIEIRA, Alexandre T.; ALMEIDA, Maria E. B. de; ALONSO, Myrtes (Org.). **Gestão educacional e tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2003.

XAVIER, Ivan et al. Fatores epidemiológicos do dengue na região central do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 2007 – 2010. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 43, n. l, p. 87-90, jan, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cr/v44n4/a32v44n4.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA



AUTORIZAÇÃO

Autorizamos a pesquisadora Daiani Clesnei da Rosa, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento - do Centro Universitário Univates- orientada pelo professor Doutor Odorico Konrad, a realizar a pesquisa com o objetivo de: "investigar como os diretores das escolas estaduais, pertencentes à 3ª CRE, localizadas no Vale do Taquari-RS, compreendem o papel da gestão escolar e da educação ambiental nas escolas de educação básica".

As informações serão utilizadas somente para esse estudo e terão garantia da não identificação pessoal ou escolar / institucional em qualquer modalidade de divulgação de resultados.

Estrela, 18 de setembro de 2015.

Coord. Regional de Educação Adjunta da 3ª CRE- Estrela-RS

GREICY WESCHENFELDER Coord. Reg. Educ. Adj. - 3° CRE/Estrela Bol. 025/2015 - D.O. 11/02/15 Id. Func. 3496007/02

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Prezado Diretor,

Convido você a participar do estudo intitulado: "A gestão escolar e a educação ambiental no Vale do Taquari", em desenvolvimento pela doutorando Daiani Clesnei da Rosa no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Desenvolvimento, da UNIVATES. O trabalho é orientado pelo professor Dr. Odorico Konrad.

O estudo tem como objetivo investigar como os diretores das escolas estaduais, pertencentes a 3ª CRE, localizadas no Vale do Taquari/RS/Brasil, compreendem o papel da Gestão Escolar e da Educação Ambiental nas escolas de Educação Básica.

Destaca-se que serão preservadas as identidades dos participantes, bem como das escolas ou instituições em qualquer modalidade de divulgação dos resultados. Não haverá nenhum tipo de indenização, mas caso deseje acessar os resultados do estudo, favor contatar a pesquisadora responsável.

Ao assinar esse termo você estará aceitando participar do estudo.

Atenciosamente	
	Daiani Clesnei da Rosa
Nome:	
Assinatura:	
RG/CPF:	

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO

Gestão escolar e educação ambiental

Gestão escolar e educação ambiental

Prezado diretor,

riezado diretor, Este formulário integra o estudo "A gestão escolar e a educação ambiental no Vale do Taquari", em desenvolvimento pela doutoranda Daiani Clesnei da Rosa no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ambiente e Desenvolvimento da Univates. O trabalho é orientado pelo professor Dr. Odorico Konrad.

O estudo tem como objetivo investigar como os diretores das escolas estaduais, pertencentes a 3ª CRE, compreendem o papel da gestão escolar e da educação ambiental.

Destaca-se que serão preservadas as identidades dos participantes, bem como das escolas ou instituição em qualquer modalidade de divulgação dos resultados. Não haverá nenhum tipo de indenização, mas caso deseje acessar os resultados do estudo, favor contatar a pesquisadora

Ao enviar o formulário, você estará aceitando participar do estudo.

Por favor, responda as questões abaixo.

Obrigada pela participação!

O questionário está organizado em três blocos:

Bloco I - Identificação Bloco II - Função / Compreensão da Gestão Escolar: Bloco III - Educação Ambiental e o Papel da Gestão Escolar

*Obrigatório

			(C)
Bloco	I	-	Identificação

1. Nome: *	,er
2. Escola/Instituição *	
3. 1- Informe o curso de graduação e a instituição de ensino que você frequentou:	
4. 2 - Formação Complementar em pós- graduação, especialização (lato sensu) * Instituição e Ano	
5. 3 - Formação Complementar em pós- graduação, Mestrado (stricto sensu) Instituição e Ano	
6. 4 - Formação Complementar em pós- graduação, Doutorado (stricto sensu)	

9/06/2016	Gestão escolar e educação ambiental
	7. 5 - Situação profissional - Tempo de atuação (anos) docência e em que nível *
	8. 6 - Situação profissional - Tempo de atuação (anos) direção escolar
	9. 7 - Realização de formação específica para atuar na Direção escolar:
	Marcar apenas uma oval.
	Sim Não
	10. 7.1 - Se você respondeu SIM a questão anterior, por favor, especifique o ano e qual formação *
	11. 8 - Qual a sua idade *
	12. 9 - Sexo * Marcar apenas uma oval.
	Feminino
	Masculino
	Bloco II – Função / Compreensão da Gestão Escolar:
	13. 10 - Qual a compreensão que você tem sobre o papel da gestão escolar em relação: * 10.1 a administração dos recursos econômicos, físicos e humanos da escola; 10.2 ao acompanhamento do trabalho pedagógico dos docentes; 10.3 a integração entre sujeitos da escola; 10.4 à formação continuada dos docentes da escola, 10.5 ao relacionamento com a comunidade escolar - pais, alunos, funcionários, professores.

Gestão escolar e educação ambiental

14. 11 - Escolha 5 das 10 ações desempenhadas pela gestão escolar e marque-as por grau de importância:

1 Nada Importante; 2 Pouco Importante; 3 Moderadamente Importante; 4 Importante; 5 Muito Importante (Lück, 2010)

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 Nada importante	2 Pouco Importante	Moderadamente Importante	4 Muito Importante	5 Importante
1 - Desenvolver a responsabilidade com o grupo			. (1)		
Compartilhar as informações constantemente de forma aberta Facilitar e estimular a participação dos					
pais, alunos, professores e demais funcionários, nas tomadas de decisões na escola 4 - Promover a					
comunicação aberta na comunidade escolar					
5 - Incentivar a organização de equipes participativas 6 - Mobilizar o			O,		
entusiasmo, o dinamismo e a energia na comunidade escolar					
7 - Promover um clima de confiança e de receptividade no ambiente escolar 8 - Valorizar as					
habilidades e competências dos envolvidos na comunidade escolar					
9 - Associar, integrar esforços e minimizar divisões nos grupos de trabalho					
10 - Compartilhar a liderança com a comunidade					

29/06/2016			Gestão escolar	e educação ambient	al	
1	5. 12 - Considerando as desenvolver e por qu	s ações listad uê? *	as no item 10	, quais você tem m	ais dificulda	des em
1	6. 13 - Das ações listad por quê? *	las no item 10), quais você _l	percebe maior facil	lidade em des	senvolver e
1	7. 14 - Quais temáticas Marque por grau de	, relacionadas importância:	s à gestão, vo	cê considera nece	ssário estuda	ır mais?
	1- Nada importante; 2 Muito Importante		rtante; 3 - Mod	eradamente Importa	ante; 4 - Impor	tante; 5 -
	Marcar apenas uma o	vai por iinna.				
	3	1 - Nada Importante	2 - Pouco Importante	3 - Moderadamente Importante	4 - Importante	5 - Muito Importante
	1 - Trabalho em			,41		
	Equipe 2 - Liderança					
	3 - Gestão de Conflitos					
	4 - Mobilizando a Participação					
	5 - Avaliação de Desempenho (funcionários)					
	6 - Planejamento na Gestão					
	7 - Desenvolvimento de Habilidades					

Bloco III - Educação Ambiental na escola e o papel da gestão escolar

19.

Gestão escolar e educação ambiental

18. 15 - Escolha 5 dos 9 principais objetivos da Educação Ambiental desenvolvidos na sua escola e marque-os por grau de importância:

1 Nada Importante; 2 Pouco Importante; 3 Moderadamente Importante; 4 Importante: 5 Muito Importante (Questão adaptada de Trajber e Mendonça, 2006): *Marcar apenas uma oval por linha.*

	1 - Nada Importante	2 - Pouco Importante	3 - Moderadamente Importante	4 - Importante	5 - Muito Importante
Intervir na comunidade Conscientizar					
alunos e comunidade para a plena cidadania 3 - Possibilitar um					
melhor desenvolvimento de determinadas áreas/disciplinas 4 - Sensibilizar para o convivio					
com a natureza de forma mais harmônica 5 - Promover o					
conceito de desenvolvimento sustentável 6 - Desenvolver o processo de ensino					
e de aprendizagem (Ensinar) para a preservação dos recursos naturais 7 - Promover			-		
valores de solidariedade e zelo planetário 8 - Dialogar para a					
construção de sociedades sustentáveis 9 - Possibilitar uma compreensão					
critica e complexa da realidade socioambiental					
16 - Você como gesto educação ambiental?	or escolar pa	rticipou de fo	rmação específica	sobre a temá	tica
Marcar apenas uma o					
Sim					
Não					

29/06/2016	Gestão escolar e educação ambiental
20	. 16.1 - Se SIM, por favor especifique a formação, carga horária, local e autores trabalhados:
21	. 16. 2- Se NÃO, marque
	Marque todas que se aplicam.
	Não foi oferecido
	Não tive interesse
	Não tem relação direta com o papel da gestão escolar
	Priorizo os interesses dos professores
	Indiquei outra pessoa para participar
	Outro:
22	. 17 - A educação ambiental está presente na sua atividade de gestão escolar?
	Marcar apenas uma oval.
	Sim
	Não f
	è
23	i. 17 .1 - Se SIM, marque Marque todas que se aplicam.
	Organização de eventos alusivos a temática ambiental – Dia do Meio Ambiente; Água; Poluição; Lixo, etc.
	Incentivo aos docentes na realização de atividades em sala de aula com a temática ambiental.
	Promoção de saídas de campo ou visitas técnicas, relacionadas a temática ambiental, com os docentes da minha escola
	Incentivo aos docentes no aprofundamento teórico da temática ambiental, indicando referenciais.
	Projetos e/ou Programas Ambientais (Agroecologia, Cisternas, Hortas, Escolas Sustentáveis);
	Outro:
24	. 17.2 - Se NÃO por favor especifique o por quê

Gestão escolar e educação ambiental

25. 18 - A iniciativa da realização de ações em Educação Ambiental da escola parte de:: *

(Questão adaptada de Trajber e Mendonça, 2006) Marcar apenas uma oval por linha,

	Sim	Não	Eventualmente
1 - Apenas um professor			
2 - Grupos de professores			
 3 - Equipe diretiva da escola (diretor, coordenador pedagógico) 4 - Funcionários (merendeira, 			
jardineiro, etc.)			
5 - Alunos			
6 - ONG			
7 - Comunidade			
8 - Empresas			
9 - Universidades			
10 - Mantenedora			
26. 19 - As ações em educação Ambie atores:	ntal, d	esenv	olvidos na escola, envolvem os seguintes
(Questão adaptada de Trajber e Men Marcar apenas uma oval por linha.	donça,	2006)	

1 - Apenas um professor
2 - Grupos de professores
3 - Equipe diretiva da escola (diretor, coordenador pedagógico)
4 - Funcionários (merendeira, jardineiro, etc.)
5 - Alunos
6 - ONG
7 - Comunidade
8 - Empresas
9 - Universidades
10 - Mantenedora

28.

Gestão escolar e educação ambiental

27. 20 - Marque os temas que sua escola já trabalhou em Educação Ambiental e os atores envolvidos:

uestäo adaptada de Trajber e Men arcar apenas uma oval por linha.				
	Professores	Pais	Alunos	Outros
Água				
Poluição e saneamento básico				
Arte-educação com sucatas				
Problemas rurais				
Lixo e reciclagem				
Saúde e nutrição				
Diversidade social e biológica				
Plantas e animais				
Hortas e pomares				
Problemas urbanos				
Agenda 21				
Carta da Terra				
Biomas				
Culturas e saberes tradicionais e				
populares Práticas agricolas				
Plantio de árvores				
Outros				
- A gestão escolar atua na form m:		ida de	docentes	s em Educação Ambie
om:		da de	docentes	s em Educação Ambie
om: uestão adaptada de Trajber e Men			e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Men arcar apenas uma oval por línha. 1 - Liberação de carga horária	donça, 2006)		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Men arcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente	donça, 2006) Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Men arcar apenas uma oval por línha. 1 - Liberação de carga horária	donça, 2006) Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Men arcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação	donça, 2006) Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Men arcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação Ambiente 3 - Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico	donça, 2006) Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Menarcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação Ambiente 3 - Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico sobre Educação Ambiental	donça, 2006) Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Menarcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação Ambiente 3 - Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico sobre Educação Ambiental 4 - Acesso à informações em	donça, 2006) Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Menarcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação Ambiente 3 - Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico sobre Educação Ambiental	donça, 2006) Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Menarcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação Ambiente 3 - Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico sobre Educação Ambiental 4 - Acesso à informações em Educação Ambiental 5 - Promoção de grupos de estudos na unidade escolar	donça, 2006) Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Menarcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação Ambiente 3 - Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico sobre Educação Ambiental 4 - Acesso à informações em Educação Ambiental 5 - Promoção de grupos de estudos na unidade escolar (hora/atividade)	donça, 2006) Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Menarcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação Ambiente 3 - Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico sobre Educação Ambiental 4 - Acesso à informações em Educação Ambiental 5 - Promoção de grupos de estudos na unidade escolar (hora/atividade) 6 - Participação de congressos,	donça, 2006) Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Menarcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação Ambiente 3 - Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico sobre Educação Ambiental 4 - Acesso à informações em Educação Ambiental 5 - Promoção de grupos de estudos na unidade escolar (hora/atividade) 6 - Participação de congressos, seminários, oficinas, foruns sobre	donça, 2006) Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Menarcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação Ambiente 3 - Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico sobre Educação Ambiental 4 - Acesso à informações em Educação Ambiental 5 - Promoção de grupos de estudos na unidade escolar (hora/atividade) 6 - Participação de congressos, seminários, oficinas, foruns sobre EA	donça, 2006) Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Menarcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação Ambiente 3 - Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico sobre Educação Ambiental 4 - Acesso à informações em Educação Ambiental 5 - Promoção de grupos de estudos na unidade escolar (hora/atividade) 6 - Participação de congressos, seminários, oficinas, fóruns sobre EA 7 - Educação a distância em Educação Ambiental	donça, 2006) Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Menarcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação Ambiente 3 - Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico sobre Educação Ambiental 4 - Acesso à informações em Educação Ambiental 5 - Promoção de grupos de estudos na unidade escolar (hora/atividade) 6 - Participação de congressos, seminários, oficinas, fóruns sobre EA 7 - Educação a distância em Educação Ambiental 8 - Liberando para cursos de	donça, 2006) Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Menarcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação Ambiente 3 - Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico sobre Educação Ambiental 4 - Acesso à informações em Educação Ambiental 5 - Promoção de grupos de estudos na unidade escolar (hora/atividade) 6 - Participação de congressos, seminários, oficinas, fóruns sobre EA 7 - Educação a distância em Educação Ambiental 8 - Liberando para cursos de extensão	Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Menarcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação Ambiente 3 - Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico sobre Educação Ambiental 4 - Acesso à informações em Educação Ambiental 5 - Promoção de grupos de estudos na unidade escolar (hora/atividade) 6 - Participação de congressos, seminários, oficinas, fóruns sobre EA 7 - Educação a distância em Educação Ambiental 8 - Liberando para cursos de extensão 9 - Liberando para cursos de pós-	Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Menarcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação Ambiente 3 - Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico sobre Educação Ambiental 4 - Acesso à informações em Educação Ambiental 5 - Promoção de grupos de estudos na unidade escolar (hora/atividade) 6 - Participação de congressos, seminários, oficinas, fóruns sobre EA 7 - Educação a distância em Educação Ambiental 8 - Liberando para cursos de extensão 9 - Liberando para cursos de pósgraduação	Sim Não		e.	s em Educação Ambie
uestão adaptada de Trajber e Menarcar apenas uma oval por linha. 1 - Liberação de carga horária para Educação Ambiente 2 - Ajuda de custo para Educação Ambiente 3 - Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico sobre Educação Ambiental 4 - Acesso à informações em Educação Ambiental 5 - Promoção de grupos de estudos na unidade escolar (hora/atividade) 6 - Participação de congressos, seminários, oficinas, fóruns sobre EA 7 - Educação a distância em Educação Ambiental 8 - Liberando para cursos de extensão 9 - Liberando para cursos de pós-	Sim Não		e.	s em Educação Ambie

Gestão escolar e educação ambiental

29. 22 - Marque 5 das 7 principais dificuldades, enfrentadas no desenvolvimento da EA na escola, conforme o grau de importância

1 Nada importante; 2 Pouco Importante; 3 Moderadamente Importante, 4 Importante; 5 Muito Importante

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 - Nada Importante	2 - Pouco Importante	3 - Moderadamente Importante	4 - Importante	5 - Muito Importante
Falta de integração entre professores e direção escolar Dificuldade da					
comunidade escolar de entender as questões ambientais					
Precariedade de recursos materiais Falta de recursos					
humanos qualificados Falta de tempo					
para planejamento e realização de atividades extracurriculares					
Conflitos de					
interesses Outro					
4 - Como você yê e <i>l</i>	ou planeja	a Educação A	mbiental na sua es	cola para os	próximos
três anos, considerar Ambiental e outros a	spectos:	as importante	s; a formação doce	ente em Educ	ação
ito obrigada p	ela colal	ooração			

Daiani Clesnei da Rosa